ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA

FORTALECENDO A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Diagrama
ACADÊMICO

ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA

FORTALECENDO A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Diagrama ACADÊMICO

São Carlos, 2021

ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA:
FORTALECENDO A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Publicação da Universidade Federal de São Carlos - Termo de Execução Descentralizada 006/2016, firmado com a Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego..

ENTIDADES PARCEIRAS

FAI-UFSCar (Fundação de Apoio Institucional da UFSCar)
SOF (Sempre viva organização feminista)
AMESOL (Associação das mulheres da economia solidária)

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Fábio José Bechara Sanchez

EQUIPE DO PROJETO

Beatriz Schwenck
Fernanda Cristina Mello
Gláucia Marques
Helena Zelic
Isabelle Hillenkamp
Joana Barros
Lohayne Oliveira
Maria Fernanda Marcelino
Milena Lima e Silva
Miriam Nobre
Nalu Faria
Natália Lobo
Renata Baboni
Sheyla Saori
Simone Braghin
Sônia Coelho
Tica Moreno
Vera Lucia Ubaldino Machado

Edição de texto Beatriz Schwenck e Simone Braghin
Produção gráfica editorial Diagrama Editorial
Foto da capa Elaine Campos
Ilustrações Helena Zelic, Biba Rigo, Camila Afonso Zuca e Leila Monségur.
Fotos Equipe do projeto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E19

Economia feminista e solidária: fortalecendo a autonomia econômica das mulheres / coordenado por Fábio José Bechara Sanchez. - São Carlos : Diagrama Acadêmico, 2021.
153 p. ; PDF ; 5,3 MB.

ISBN: 978-65-995167-1-9 (Ebook)

1. Economia. 2. Feminismo. 3. Economia Solidária. I. Sanchez, Fábio José Bechara. II. Título.

CDD 330
2021-2049 CDU 33

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
1. Economia 330
2. Economia 33

Dedicamos esse trabalho a Fernanda, Bell e Dioseli, companheiras que lutaram com dedicação e ternura para a construção da autonomia das mulheres de uma economia solidária e feminista.

Fernanda Cristina de Carvalho Mello foi nossa companheira de primeira hora no desenvolvimento do projeto que deu origem a esta publicação. Fazia doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia quando o projeto foi aprovado e, com paixão e ânimo que a caracteriza, não apenas se envolveu, mas foi a responsável por viabilizar o início da execução do projeto. Socióloga inquieta, dividia seu tempo entre reflexão teórica e pesquisa, a militância política na economia solidária e feminista, como também aos esportes. Era boxeadora. Caso raro de harmonia entre energia, afetividade e generosidade. Não deixou apenas saudades, mas um exemplo de vida e vitalidade.

Isabel Cristina Alves é criadora do grupo Griffe Criolê, em Hortolândia, São Paulo. Dedicou parte importante de sua vida para a construção da economia solidária. Foi uma pessoa comprometida com essa causa e com todas que atingem a mulher negra, pobre, de religiosidade de matriz africana. Feminista questionadora e inovadora, Bell não se conformava com pouco. Sonhava alto e construía. Ofertou sua criatividade, generosamente, para toda a economia solidária, especialmente, para a AMESOL.

Dioseli Aparecida Borges era artesã, integrante do coletivo Ybyatã, e teve grande importância para a aproximação do seu empreendimento com a AMESOL e para outras valiosas parcerias que dessa relação frutificaram- como com o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Lutava com firmeza e responsabilidade por dignidade e pela garantia de direitos, gostava do trabalho coletivo e era uma entusiasta da autonomia e da liberdade. Sabia o que queria para si e nos incentivava a fazer o mesmo.

SUMÁRIO

PARTE I – METODOLOGIAS FEMINISTAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E "PESQUISA-AÇÃO"

CAP 1 – METODOLOGIA FEMINISTA DE FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 24

Gláucia Marques
Isabelle Hillenkamp
Maria Fernanda Marcelino
Miriam Nobre
Tica Moreno
Vera Ubaldino Machado

PARTE II – CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: A EXPERIÊNCIA DA AMESOL

CAP 2 – MULHERES EMPREENDENDO 56

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

CAP 3 – MULHERES SE ORGANIZANDO. 99

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

CAP 4 – "EU NÃO ESTOU NO MAPA..." EMPREENDENDO DESDE A PERIFERIA: DESAFIOS PARA AS MULHERES 129

Beatriz Schwenck
Joana Barros

CAP 5 – DESAFIOS E SONHOS PARA A AMESOL. 145

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA
APRESENTAÇÃO E NOTAS SOBRE UMA PESQUISA

Fábio Sanchez

Para Sylvia Leser e Sônia Kruppa, pelas primeiras inspirações.

Esta publicação é parte e consequência do desenvolvimento do projeto "*Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres*", fruto da interlocução entre docentes e discentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), militantes da SOF (Sempre-viva Organização Feminista), mulheres trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários (EES) - particularmente aquelas articuladas em torno da AMESOL (Associação de mulheres da economia solidária) -, uma pesquisadora do Institut de recherche pour le développement (IRD) da França, outra da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e, por fim, gestores do (hoje extinto) Ministério do Trabalho e Emprego e sua Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Foi o encontro dessas diferentes pessoas e suas diferentes experiências que gerou este projeto e foram elas que se envolveram em seu desenvolvimento. Foi assim um projeto tecido a partir desta diversidade: o lugar institucional, o engajamento e ativismo na temática da economia solidária das pessoas da UFSCar; a histórica militância das mulheres da SOF; a militância, a luta diária e cotidiana das mulheres dos EES; o engajamento e a *expertise* na temática da economia feminista e suas interfaces com a economia solidária da pesquisadora do IRD; a experiência em cartografias sociais da pesquisadora da UNIFESP e o compromisso e responsabilidade política de dirigentes da então SENAES e do MTE.

Difícil falar de um projeto que não seja uma certa convergência entre desejos e ex-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

pectativas, experiências e convicções e uma certa dose de contingência. No caso deste projeto, estes elementos se combinaram de maneira específica, articulados e amalgamados pelo último: a contingência. Qual foi ela? O golpe de 2016, desferido contra a presidenta Dilma Rousseff que levou ao encerramento de seu governo, encerramento do ciclo mais auspicioso de desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária e, mais do que isso (o que já não é pouca coisa), a desconstrução de um projeto de estado e de sociedade que estava consubstancializado em algumas políticas públicas como a de economia solidária e as políticas para as mulheres.

Diferentes organizações da sociedade civil, entra elas a SOF, vinham, nos anos anteriores a 2016, estabelecendo um profícuo diálogo com o governo federal, particularmente a partir das Conferências Nacionais tanto de economia solidária como a de políticas para as mulheres, para desenvolver uma articulação da agenda da economia feminista com a economia solidaria[1]. Uma das propostas que estava em estágio bem avançado de interlocução era a construção de uma chamada pública para apoiar experiências de economia solidária e feminista, inclusive com recursos já separados para tal.

Contudo, o Golpe contra a presidente Dilma interrompeu este processo. Gestores do Ministério do Trabalho, por sua responsabilidade política com o processo, procuraram a Universidade Federal de São Carlos - que já tinha uma antiga experiência de apoio a empreendimentos econômicos solidários e que, por seu lado, também faz parte da estrutura administrativa do governo federal, com a diferença de gozar de autonomia e portanto não sujeita, naquele momento, às mudanças substantivas devido ao Golpe - para desenvolver o projeto que vinha sendo construído em articulação com organizações da sociedade civil (que, no caso do estado de São Paulo, era representada pela histórica e importante ONG feminista SOF[2]). A SOF, por seu lado, vinha já trabalhando muito próxima de mulheres integrantes de empreendimentos econômicos solidários que se articularam, a partir do Fórum Municipal de Economia Solidária, na AMESOL (Associação de Mulheres da Economia Solidária)[3].

Assim, diante dos acontecimentos que levaram ao afastamento da Presidenta Dilma, a Secretaria Nacional de Economia Solidária estabeleceu um Termo de Execução Descentralizada (TED)[4] com a Universidade Federal de São Carlos que teve justa-

---

1 O I Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado em 2014 na III Conferência Nacional de Economia Solidária, afirma: "*A participação organizada das mulheres, a ampliação da consciência coletiva e a abertura para o debate da economia solidária e feminista, em diálogo com as diversas organizações sociais, buscando garantir a intencionalidade das políticas públicas*". Já em seu eixo "Autonomia Econômica e social", o documento final da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres afirma, em seu inciso 13 "*Aprovar e implementar a Lei Nacional de Economia Solidária, instituindo a Política Nacional de Economia Solidária, fortalecendo os empreendimentos de mulheres, por meio de acesso ao crédito, assistência e assessoria técnica e apoio à autogestão, à produção e à comercialização, valorizando o associativismo, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável.*"

2 Projetos similares a este foram construídos em outros estados da federação, envolvendo outras universidades e outras entidades. Contudo, os únicos que se efetivaram em ações foram a parceria entre SENAES e a UFSCar (em diálogo com a SOF), em São Paulo, e a parceria entre a SENAES e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (em diálogo com o Centro Feminista 08 de março).

3 A História da AMESOL é apresentada e discutida na segunda parte desta publicação.

4 Segundo a área de planejamento do governo federal um Termo de Execução descentralizada é "instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

mente como objetivo promover ações que buscassem apoiar (assessorar e fomentar) empreendimentos de economia solidária constituído por mulheres, buscando construir convergências entre a chamada economia solidária e a economia feminista[5].

Além da necessidade de construir com agilidade[6] (para não dizer urgência) um projeto para dar conta de garantir a continuidade de uma política fruto de um amplo processo de discussão entre sociedade civil e estado, outros vários desafios foram colocados para e durante a execução desse projeto.

O primeiro desafio foi justamente, para além do conteúdo "executivo", onde havia convergência entre as diferentes pessoas e entidades envolvidas, construir parcerias e confiança entre xs parceirxs num contexto em que a pressa era imperativa e o diálogo anterior muito incipiente.

Mas as convergências pareciam ser (e acredito que eram) significativas. O docente coordenador do projeto vinha trabalhando com economia solidária há quase duas décadas, tanto na assessoria de EES, militando no movimento ou mesmo, alguns anos antes, como dirigente (secretário-adjunto) na SENAES. A Universidade Federal de São Carlos já estava envolvida com a economia solidária também há quase duas décadas no momento de efetivação deste projeto. A SOF vinha de mais de três décadas de intensa militância feminista e, fazia anos, vinha discutindo e trabalhando em torno tanto da economia feminista como da economia solidária. Várias mulheres da AMESOL militavam tanto no movimento de economia solidária como na Marcha Mundial de Mulheres, fazendo de seu dia-a-dia a luta pela economia solidária e feminista.

Apesar desta convergência, as pessoas que se engajaram no projeto, de maneira geral, não tinham conhecimento prévio umas das outras (para além de encontros ocasionais em espaços políticos comuns) e estabelecer a interlocução e confiança necessárias, que em um projeto normal leva tempo, no caso deste foi realizado no decorrer da caminhada.

Para dar conta deste desafio, foram estabelecidas reuniões regulares entre as entidades parceiras, de modo que a construção real do projeto (sua execução) pudesse ser realizada da forma mais coletiva possível e que as relações mais sólidas de parceria fossem sendo consolidadas a partir deste espaço.

Destaco este ponto não apenas para comentar um dos desafios enfrentados, mas para buscar pensar esta "unidade de diversidades" que constituiu este trabalho. Se é verdade que "*um ponto de vista é sempre a vista de um ponto*", os pontos de onde cada umx via e estava localizadx eram diferentes: universidade, entidade da sociedade civil (ONG), trabalho em empreendimento econômico

---

União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática". Concretamente, no caso do projeto que originou esta publicação, a Universidade Federal de São Carlos recebeu recursos que foram "descentralizados" pela Secretaria Nacional de Economia Solidária para executar um plano de trabalho previamente acordado e que tinha especificado uma série de ações e atividades, com metas e resultados espetados, com o objetivo promover a "Assessoria, capacitação e fomento à empreendimentos de economia solidária constituído por mulheres com base em metodologia participativa e feminista".

5 Discussão sobre as convergências entre a economia solidária e a economia feminista é feita na introdução desta publicação.

6 O Termo de Execução Descentralizada foi assinado pelo professor Paul Singer, então secretario Nacional de economia solidária, no dia 11 de maio de 2016, um dia antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Golpe de 2016 e do pedido de exoneração de Paul Singer.

solidário, pesquisadoras, gestoras. Cada um destes lugares traz suas especificidades, suas temporalidades e suas expectativas e é "natural" (se é que a palavra natural cabe em um contexto destes) que estas diferenças tragam conflitos. Felizmente. Acredito em uma pedagogia do conflito e a economia solidária é uma das formas de sua manifestação. A própria ideia de democracia, princípio basilar da economia solidária, se caracteriza por ser a forma de governo que dá centralidade, visibilidade e legitimidade ao conflito, não o esconde sob o manto das diferentes hierarquias. Os conflitos ensinam.

Estes conflitos não são, como afirmamos acima, específicos deste projeto, mas comuns a projetos que envolvem pessoas e entidades diferentes, como as que aqui participaram.

Relações entre a universidade e a sociedade civil organizada são conflituosas. Quem com o mínimo de vivência com movimentos sociais não sabe como a universidade é vista nestes círculos? Não apenas seu elitismo e a famosa denúncia (verdadeira em muitos casos) de se ver como uma "torre de Marfim", mas também o incômodo com a presença não engajada (ou engajada apenas em seus objetivos egóicos), de quem faz a pesquisa, escreve um artigo e nunca mais retorna (sulga e não deixa nada).

Conflitos em torno das ONG's, que estruturalmente foram ocupando um lugar complexo em uma certa franja da sociedade civil, fazendo por um lado, a mediação entre movimentos sociais e estado, mas por outro, em uma época neoliberal, ficam no meio da tensão das demandas populares e de uma racionalidade de mercado.

Conflitos entre trabalhadoras e entidades (seja universidade seja não governamental), uma vez que o tempo da burocracia não segue o tempo da vida e, mais do que isso, as necessidades e lutas do cotidiano se impõem num ritmo que vão além e aquém das expectativas políticas e/ou teóricas e burocráticas das entidades.

Ousaria dizer – buscando falar especificamente do lugar que ocupo, docente de uma instituição federal de ensino superior - são conflitos inerentes a um projeto de extensão universitária.

Conflitos entre ser uma instituição pública, que para seu funcionamento se rege pela legislação burocrática rígida e, ao mesmo tempo, necessitando se adequar à temporalidade dos grupos e das pessoas com que trabalha.

Conflitos entre se "colocar" no lugar de "prestadora de serviço" para a "comunidade" ou ser de fato um projeto que se interconecte com os espaços fora da universidade. Lembrando Paulo Freire, sendo menos uma "extensão" da universidade com sua lógica e problemas e mais um espaço de comunicação, o que significa troca, mistura, ou melhor dizendo, onde a universidade e a tal da comunidade se "contaminem" reciprocamente e se transformem nesta contaminação.

Conflitos do que é fazer pesquisa (ou mesmo pesquisa-ação ou pesquisa participante) neste contexto: É "levar o saber" e ao mesmo tempo ser aquelx capaz de "racionalizar" e explicar a realidade? É, por outro lado, ser quem "sabe" fazer pesquisa mas, ao invés de "tranca-lá" na universidade, compartilha com xs participantes? Ou é justamente, *a la* Gramsci, considerar

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

que somos todxs intelectuais e que uma "pesquisa participante" é na verdade uma "aventura" conjunta de construção de conhecimento, onde se possa de fato abrir um espaço para que a contaminação recíproca comentada acima possa ocorrer em um terreno comum?

Pela maneira que exponho, já deve ter ficado nítido que minha resposta se encaminharia para a última perspectiva. Contudo, responder a estas questões é uma coisa, efetivá-las é outra. Não é trivial nem fácil criar estes espaços, por mais que no caso deste projeto, o esforço foi de caminhar nesta perspectiva.

* * *

Com este espírito de "mútua contaminação" e de troca entre xs diferentes sujeitos e entidades que se envolveram, o projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres" se organizou em três grandes frentes: 1) atividades relacionadas à formação e à qualificação das mulheres participantes dos EES; 2) atividades relacionadas ao fortalecimento econômico dos empreendimentos; e, 3) atividades de pesquisa e sistematização.

Esta publicação busca trazer os resultados desta última frente , ou seja, a sistematização e apresentação da pesquisa-ação realizada com as mulheres participantes do empreendimentos econômicos solidários que se envolveram e participaram do projeto.

Para dar conta desta tarefa, a publicação está organizada da seguinte maneira.

Na introdução, escrita por Miriam Nobre, militante feminista e integrante da SOF, busca-se fazer o debate, mais conceitual, das interfaces (e também as tensões) entre a economia feminista e a economia solidária. Interessante como Miriam Nobre traz, ao mesmo tempo, a imperativa necessidade de colocar estes dois "campos" em diálogo e, mais do que isso, como eles "dependem" um do outro. Isto porque se a economia solidária não for feminista, também não será solidária e, por outro lado, a economia feminista alcança e amplia seu potencial emancipatório ao ser solidária (e ecológica). Ao mesmo tempo, Miriam Nobre aponta os limites atuais para que estes dois campos dialoguem, mostrando que mesmo que convergentes, existem tensões e desafios em suas articulações.

Ao ler o texto de Miriam Nobre pode-se pensar como ambos os campos políticos tencionam, provocam e buscam a emancipação da economia capitalista, sem esperar a tomada do "palácio de inverno", mas a partir da prática cotidiana da reprodução e da produção da vida, realizadas aqui e agora.

A economia solidária tencionando a economia para além da divisão entre capital e trabalho, mostra que junto ao modo capitalista de produzir, existem "outros modos", não baseados no assalariamento, como a produção associada, característica da economia solidária. Já a economia feminista, no mesmo sentido, tenciona a própria noção de economia como sinônimo de produção (e no capitalismo como sinônimo

de produção remunerada), mostrando que para que haja a própria produção (parte dela remunerada), existem outras atividades reprodutivas necessárias e que, ao fim e ao cabo, a economia (que etimologicamente significa "bem administrar a casa") está muito além dos cálculos frios e desumanizados do capitalismo, mas tem como centralidade seres humanos e ambiente, aquilo que hoje alguns chamam na América Latina de bem-viver.

A primeira parte da publicação, "*Metodologia feminista de fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária*" de autoria de Gláucia Marques, Isabelle Hillenkamp, Maria Fernanda Marcelino, Miriam Nobre, Tica Moreno e Vera Ubaldino Machado (todas elas mulheres que trabalharam, de diferentes maneiras e em diferentes contextos, no projeto acompanhando e apoiando os EES) tem por objetivo apresentar e sistematizar uma metodologia feminista, alicerçada na educação popular, no acompanhamento a EES formados por mulheres, desenvolvida e "aplicada" no decorrer no projeto. Para isso, esta primeira parte está organizada em quatro momentos.

Um primeiro, chamado "Formação", em que se busca apresentar as estratégias e ações utilizadas no sentido de oferecer formação e qualificação profissional para as mulheres dos EES. Estas formações envolviam desde aspectos ligados à produção e a qualificação profissional, até a criação de espaços para tematizar e compartilhar as violências e silenciamentos vividos pelas mulheres. Estas diferentes perspectivas formativas foram desenvolvidas a partir das experiências de metodologias feministas, oriundas do movimento feminista e da educação popular. Essas metodologias são apresentadas tomando como base exemplos desenvolvidos no decorrer do próprio projeto.

No tópico intitulado "Partindo das demandas concretas: construindo espaços de comercialização" o objetivo é apresentar as estratégias e ações, mas agora aquelas empreendidas para abrir canais e espaços que propiciem a comercialização (principalmente solidária) dos bens e produtos dos EES. O terceiro tópico, "Processos de aliança: inserção política e construção de movimentos sociais" busca discutir um dos elementos centrais do projeto: a articulação entre mulheres e empreendimentos, a formação das redes e, a partir delas, a subjetivação política destas experiências, sua constituição em movimentos sociais e como sujeitos políticos. Por fim, no último tópico, "Princípios metodológicos e epistemológicos da "pesquisa-ação", apresenta-se os princípios metodológicos utilizados especificamente na realização da pesquisa-ação com as mulheres dos EES.

A segunda parte, "Construindo uma economia solidária e feminista: a experiência da Amesol" apresenta os resultados da pesquisa-ação desenvolvida pelo projeto. A autoria desta parte é de Isabelle Hillenkamp e de Beatriz Schwenck.

Isabelle é pesquisadora do IRD/França e desde o início foi um dos elos de ligação do projeto. Antes da existência do projeto vinha já estabelecendo pontes entre os debates próprios da economia feminista e da economia solidária e, por isso, já vinha trabalhando tanto com a UFSCar como com a SOF. Isto fez de Isabelle uma importante agente para fomentar o diálogo e as conexões (teóricas e práticas) que caracterizaram

o projeto. Beatriz Schwenck havia concluído seu mestrado, na UFSCar sobre mulheres trabalhadoras da economia solidária na periferia de São Carlos, trazendo para a pesquisa-ação este acúmulo anterior.

Mergulhadas no espírito tanto da economia solidária como da economia feminista de não separar economia e vida, produção e reprodução, trabalho e política, de maneira muito delicada e cuidadosa, Isabelle e Beatriz olham para a AMESOL buscando articular as diferentes dimensões (que na realidade concreta são de fato "muito misturadas") da vida das mulheres que compõem os empreendimentos econômicos solidários. O texto, que faz o movimento das mulheres passando para os EES e chegando em sua organização política, busca capturar a dimensão econômica, política, territorial e pessoal de cada uma (e do todo) neste processo.

Assim, esta parte se inicia com a síntese da pesquisa realizada com as mulheres da AMESOL. As autoras foram aos empreendimentos de economia solidária, acompanharam e conversaram com as mulheres. Através da trajetória de cada uma delas, conseguem construir e articular o emaranhado da vida destas mulheres e apresentam isso nas três sessões que compõem esta parte: a primeira intitulada "mulheres empreendendo"; a segunda, "Mulheres se organizando" e a terceira, "Construindo mercados e espaços públicos: a Feira da AMESOL".

Não vem ao caso aprofundar as discussões destes textos, uma vez que são uma parte substantiva desta publicação, mas realmente espero que x leitorx tenha uma experiência rica como a que tive ao lê-los. Apenas destacaria uma das minhas impressões pessoais. O texto, me parece, traz à luz uma complexa rede de relações que estas mulheres vivenciam nas diferentes esferas de suas vidas (esferas diferentes, mas extremamente interconectadas), relações de violência e silenciamento que sofrem, as lutas cotidianas que travam, o trabalho, a família, o complexo emaranhado de atores institucionais com os quais se relacionam (estado, projetos sociais, instituições, cursos, etc.), e como diante deste emaranhado, elas agenciam as diferentes formas de gestão a que são submetidas, mas também os diferentes espaços de autonomia que criam. Por mais que haja momentos em que as falas das mulheres tragam à luz vidas mergulhadas em precariedades e permeadas de violência, não são vidas que estão previamente definidas, mas sim fazendo-se permanentemente nesta busca por autonomia.

A terceira parte desta publicação, intitulada "'Eu não estou no mapa...' - Empreendendo desde a periferia: desafios para as mulheres" foi elaborada por Joana Barros e Beatriz Schwenck. Aqui se traz a sistematização de duas oficinas de cartografia social realizadas com as mulheres da AMESOL. A colaboração de Joana Barros (hoje professora da UNIFESP), não apenas no texto, mas por trazer sua experiência em cartografias sociais, foi significativamente enriquecedora para o projeto. Através das oficinas das cartografias sociais, as mulheres da AMESOL puderam olhar para seus deslocamentos em seus espaços e, acima de tudo, para como vivenciam o tempo: tema central quando se pensa em uma economia feminista, que envolve as atividades produtivas e reprodutivas. Articulando a vivência

de um espaço determinado (a grande metrópole de São Paulo) e como o tempo é vivido (e gasto) neste espaço, estas mulheres trouxeram em suas falas as formas pelas quais puderam localizar sua experiência individual nos fluxos mais gerais da cidade. Não à toa, apesar de terem sido apenas duas oficinas no meio de um projeto que durou três anos, tive a oportunidade de ouvir em diferentes momentos destas mulheres como a sua visualização no mapa as permitiu entender e compreender tanto seu trabalho como seus desafios.

Por fim, a publicação se encerra com um texto, novamente de Isabelle Hillenkamp e de Beatriz Schwenck em que buscam retomar os sonhos e desafios que as mulheres da AMESOL colocam para si mesmas e para a articulação e espaço de uma política cotidiana de busca por autonomia que criaram.

* * *

Finalizo esta apresentação fazendo um pequeno comentário sobre a autoria dos textos. Como afirmamos acima, este projeto se caracterizou por ser uma "unidade de diversidades": experiências e pontos de vista diversos de pessoas pertencentes e participantes de diferentes entidades e espaços. A unidade foi o próprio desenvolvimento do projeto, mas nunca buscamos "homogeneizar" nossos lugares. Assim, mesmo sendo resultado de um projeto coletivo, onde todxs que participaram contribuíram, deliberadamente não produzimos como resultado um texto coletivo, pois, com isso, corria-se o risco de "apagar" justamente as diferenças que caracterizaram desde o início este projeto, empobrecendo-o. Talvez valha aqui a inversão da frase de Guimarães Rosa: se o capinar foi coletivo, a colheita é autoral. Justamente para que o aprendizado adquirido signifique mais do que "um produto" e revele a possibilidade de contaminar-se que, como afirmamos, deve caracterizar um projeto de extensão universitária como este.

Desejo uma boa leitura.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Miriam Nobre

A economia feminista é uma corrente de pensamento da economia crítica. Ela chama a atenção para o fato de que as respostas às necessidades humanas se sustentam em bens e serviços da natureza, no cuidado e na produção para o autoconsumo realizado em maior grau no âmbito das famílias e das comunidades. Além do mais, uma pequena parte é respondida pelo mercado e pelos serviços públicos, sendo esta, no entanto, a parte visível da economia, contabilizada no Produto Interno Bruto (PIB). Portanto, é mediante ao funcionamento combinado dos mercados, Estado, comunidades, domicílios e sistemas naturais que nós, pessoas, adquirimos as capacidades que nos permitem construir nosso próprio desenvolvimento humano e ter uma vida digna. (CARRASCO; TELO, 2012, p. 39).

Sendo a sustentabilidade da vida o fator que move a economia é impossível desconsiderar a enorme quantidade de trabalho e a disponibilidade permanente das mulheres, e em particular das mulheres negras e indígenas, para o cuidado das pessoas e da natureza. Durante toda a vida e, em especial, em alguns momentos do ciclo vital (quando somos crianças, idosos ou quando estamos doentes), dependemos física e emocionalmente do tempo que outras pessoas nos dão. Na maioria das vezes, do tempo de outras mulheres, que em decorrência da divisão sexual do trabalho define como responsabilidade prioritária das mulheres o trabalho doméstico e de cuidados. A divisão sexual do trabalho se organiza com base em dois princípios: "o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher)". (KERGOAT, 2003, p. 56).

A economia feminista é também uma proposta política de reorganização das formas de produção, consumo e reprodução social. Essa proposta se realiza em diálogo com práticas que visam outra economia, como a economia ecológica e a economia solidária.

A economia solidária orienta-se pela autogestão, que implica no controle das trabalhadoras e trabalhadores sobre os meios de produção e o processo de trabalho, e pela cooperação entre pessoas, grupos e redes. Busca estabelecer regras democráticas e solidárias na organização da economia, desde o funcionamento de um grupo produtivo até o desenho de políticas fiscais e de seguridade social.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Economia feminista e economia solidária compartilham o objetivo de posicionar o bem estar das pessoas em harmonia com a natureza como o centro na economia. Quando se materializam em práticas concretas o diálogo entre ambas apresenta alguns desafios:

- **Superar a divisão sexual do trabalho**. Esta é uma forma de divisão social do trabalho que organiza a sociedade como um todo, inclusive o modelo de família que tem o pai como provedor e a mãe como responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados. A socialização de mulheres e homens, negras e brancas para o cumprimento de determinadas tarefas e responsabilidades faz com que desenvolvamos certas habilidades. Esse padrão pode se reproduzir nos empreendimentos de economia solidária. Por exemplo, quando em uma unidade de reciclagem de resíduos sólidos as mulheres se concentram nas esteiras de separação (porque seriam mais atentas e ágeis) e os homens no manejo da empilhadeira (porque seriam melhores no manejo de equipamentos). (WIRTH, 2010). Nesse caso, a organização do trabalho fixa habilidades apreendidas pela socialização de gênero e atribuídas a mulheres e homens, limitando o potencial de crescimento de cada pessoa e do grupo. Em algumas situações, também pode acontecer de que se atribuam aos homens atividades de maior prestígio como a negociação comercial.

Outra questão é como os empreendimentos acolhem a responsabilidade das mulheres pelo cuidado de crianças, doentes e idosos. São comuns relatos de mulheres que valorizam a compreensão de companheiras de empreendimento por eventuais ausências causadas por estas responsabilidades. No entanto, a maioria das creches comunitárias mantidas por associações de bairro se articulam em torno ao debate da assistência tendo pouca ou nenhuma intersecção com a economia solidária. Ainda são poucos os empreendimentos de cuidadoras de idosos e, esses não são pensados considerando as necessidades das próprias cuidadoras.

Portanto, superar a divisão sexual do trabalho implica em uma atenção permanente a formas igualitárias de organização do trabalho em cada empreendimento, nas redes e no movimento, bem como, em estratégias de compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados.

- **Pautar a ruptura, e não a conciliação, como horizonte.** Durante muito tempo o horizonte de emancipação econômica das mulheres esteve limitado a sua inserção no mercado de trabalho assalariado. Em contrapartida, o envolvimento dos homens com o trabalho doméstico e de cuidados teve uma lentíssima progressão e as políticas públicas de apoio à reprodução ainda tem insuficiente cobertura. Além do mais, as empresas transferem tarefas de alimentação e limpeza para as famílias e acenam com políticas de conciliação. O trabalho em domicílio ou em jornadas menores é apresentado como formas pelas quais as mulheres poderiam melhor conciliar o trabalho remunerado e o de cuidados. Na prática, esta conciliação se baseia em uma sobrecarga física e emocional das mulheres, bem como em sua inserção em trabalhos precários e mau remunerados. Neste sentido, os empreendimentos de economia solidária não devem ser vistos apenas como uma possibi-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

lidade para aquelas mulheres que, devido a uma situação de vulnerabilidade não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Muitas das mulheres envolvidas nos empreendimentos acompanhados ao longo deste projeto situam sua participação como uma escolha, ainda que uma escolha entre possibilidades limitadas e que se combina com outras formas de acesso a rendimentos monetários. Ainda que, uma escolha frágil aponta para outras maneiras de organizar o trabalho, que não seja um trabalho alienado, nem estafante, mas fonte de crescimento pessoal.

- **Juntar a política e a economia**. A economia solidária quando democratiza os processos de tomada de decisão nos empreendimentos, desvela que a economia não existe como uma esfera autônoma. Ainda que possamos ler nas manchetes dos jornais que "os mercados estão nervosos", os mercados não são uma entidade natural, nem mesmo a expressão de um interesse único. Os conflitos de interesses entre empresas e sociedades apesar das tentativas de ocultá-los, se manifestam na política formal, por exemplo, com os *lobbies* das empresas por desonerações fiscais ou normativas que excluem do mercado pequenos produtores. Sendo assim, não se trata somente de que mais mulheres tenham voz na política formal, ou que concentrem sua atuação em temas considerados "sociais". A questão é como demonstrar como são tomadas as decisões de política macroeconômica (política monetária e fiscal) e como estas se relacionam com as políticas sociais (saúde, educação, seguridade social), sendo todas passíveis de um escrutínio feminista.

- **Incluir atividades econômicas não monetárias**. Os empreendimentos podem estabelecer relações em rede que melhor equilibrem recursos monetários e não monetários. Um exemplo é quando agricultoras e grupos de consumo se reúnem em mutirão para manejar um quintal em que boa parte da produção é para o autoconsumo da família estendida das agricultoras. O envolvimento no mutirão é um aprendizado, além de que muitas vezes as agricultoras recebem as integrantes dos grupos em suas casas. Os termos das trocas são objeto de permanente reflexão para evitar a reprodução de desigualdades entre rural e urbano, entre trabalho manual e intelectual. Os empreendimentos muitas vezes são um grupo de referência para acolher situações de violência doméstica ou para apoio mútuo no cuidado de crianças. Ainda que na maioria das vezes estas práticas de solidariedade sejam invisíveis, porque respondem a necessidades no campo da reprodução, inclusive subjetivas, elas são indispensáveis para a estabilidade física e emocional das pessoas. (CARRASCO, 2003).

Estes desafios estiveram como pano de fundo no desenvolvimento deste projeto que combinou ações de formação político-técnica, acompanhamento processual, construção de alianças e pesquisa-ação. As mulheres envolvidas no processo foram aos poucos formulando questões para seus empreendimentos, para o movimento de economia solidária e para o aprimoramento de políticas públicas. Vejam alguns casos.

O movimento de economia solidária amadureceu uma série de políticas que recobrem o financiamento, apoio técnico e comercialização. O acesso a elas tem como

porta de entrada o Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária (CADSOL). Os EES se definem pela participação de 3 ou mais pessoas que não sejam familiares, cujos participantes sejam trabalhadores e decidam democraticamente a gestão. Estes critérios evitam que empresas de subcontratação disfarçadas de cooperativas, as coopergatos, acessem as políticas e os recursos dirigidos ao fomento da economia solidária. Em certo sentido, remetem a experiência da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) como documento de identidade da agricultura familiar. A DAP foi reivindicada e criada por organizações de agricultores familiares para diferenciar de outras categorias sociais e garantir o tratamento diferençado no acesso a políticas públicas, como uma distinção positiva. No entanto, com o passar do tempo a DAP foi se convertendo em um obstáculo para determinados setores, em particular, as mulheres que se dedicam com maior peso à produção para o autoconsumo (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Este risco poderia se reproduzir no âmbito do CADSOL? Os EES segundo os critérios definidos recobrem todo o universo da economia solidária? Como entender as situações em que artesãs produzem individualmente, mas comercializam de forma coletiva em feiras? Ou os casos, bastante frequentes, em que irmãs, ou mães e filhas produzem conjuntamente e participam dos debates políticos e de formação do movimento?

Algumas leituras sobre os EES separam as dimensões empreendedora e solidária como se fossem processos em paralelo. Segundo Gaiger (2007), os EES de maior porte e com maior presença de mulheres associadas combinam melhor estas duas características, solidariedade e empreendedorismo. No entanto, as mulheres predominam em empreendimentos menores, com até 10 integrantes, muitos deles informais e intermitentes. No cotidiano dos grupos, a soma dos fatores é mais complexa do que a busca linear de um equilíbrio perfeito. Em um grupo ou uma rede as mulheres podem decidir a entrada de uma nova companheira "porque ela está precisando", ainda que a retirada individual final possa cair. Esta decisão pode ter significados diferentes para cada uma delas dependendo de sua situação: se contam ou não com outras fontes de rendimentos, se tem ou não filhos ou outras pessoas que dela dependem economicamente. Estar atentas ao processo de cada grupo ao longo do tempo pode nos ensinar mais sobre o que é a economia solidária feminista do que a afirmação de um ponto de chegada. Mais uma vez a sistematização de critérios de definição do que é um EES contribui para a organização de políticas públicas que visam abranger múltiplas realidades. Mas podem excluir ou invisibilizar iniciativas econômicas que, por exemplo, garantem o recurso da passagem de ônibus para que as mulheres possam se reunir.

Na tentativa de articular as dimensões "empreendedora" e "solidária" tendo como referência a economia feminista, durante este projeto buscou-se considerar as práticas solidárias que atuam no sentido de economizar tempo, trabalho ou recursos monetários, ou ainda gerar renda. Desde um olhar centrado na economia solidária como ocorre na prática na vida das mulhe-

res, e menos em casos exemplares, qual seriam os parâmetros e critérios do que são empreendimentos solidários? Seriam estes parâmetros e critérios passíveis de adoção em políticas públicas inscritas em legislação específica?

Seguir avançando neste processo combinando a prática e a reflexão está diretamente ligado à constituição de um sujeito político enraizado na economia solidária feminista. Os aprendizados deste projeto indicam algumas pistas que esperamos apontem caminhos e mais do que isto, fortaleçam as vontades de seguir construindo caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRASCO, C; TELLO, E. Apuntes para una vida sostenible. MATEO, M (coord.) *Sostenibilitats: Politiques públiques des del feminisme i l'ecologisme*. Barcelona: ICPS, 2012. p. 11-54

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N. e NOBRE, M. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Cuadernos Sempreviva, SOF, p. 11-49, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio : A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 79, dez. 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (2014). "Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil". *Revista de Economia e Sociologia Rural (Piracicaba)*, 52, nº 1: 125-146

KERGOAT, Danièle: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, in Teixeira, Marilane e outras (org.): *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, São Paulo, 2003.

WIRTH, Ioli. *As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?*, Tese de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

PARTE I

METODOLOGIAS FEMINISTAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E "PESQUISA-AÇÃO"

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Esta primeira parte apresenta um balanço das atividades desenvolvidas ao longo do projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres". Foram dois territórios principais de atuação, a região do Vale do Ribeira e a Região Metropolitana de São Paulo. Nos dois territórios foram desenvolvidas atividades de formação e acompanhamento dos grupos produtivos de mulheres, com o objetivo de fortalecer a autonomia das mulheres e a construção de uma economia solidária feminista.

A metodologia de formação e acompanhamento dos grupos desenvolvida ao longo deste Projeto se embasa na educação popular e feminista. O propósito é criar um espaço de confiança de modo que cada participante se sinta à vontade para expressar suas ideias e, livre das tensões usuais, reflita sobre sua própria vida. A metodologia também busca romper dicotomias entre razão e emoção, e hierarquias entre as animadoras e participantes. Utiliza-se de diferentes linguagens como trabalho corporal, dramatizações, colagens, desenhos que fazem emergir a criatividade, facilitam a integração do grupo e permitem a expressão de todas, mesmo aquelas que não são acostumadas a falar em público.

A metodologia feminista tem como referências os grupos de autoconsciência do movimento feminista, dos anos 1960 que, continuam a ser organizados por coletivos feministas. No momento em que cada mulher compartilha sua trajetória percebe o que há de comum com a trajetória de outras mulheres. No caso das mulheres da AMESOL, esse ponto é aprofundado na Parte II, do Capítulo I.

Além de uma leitura psicológica, as relações de dominação são consideradas por meio de uma análise da sociedade atual, da dimensão histórica da situação das mulheres e das resistências por elas desenvolvidas. Outra referência é a educação popular como sistematizada por Paulo Freire, onde a formulação do problema é realizada pelos próprios sujeitos em um movimento contínuo entre a reflexão sobre a realidade e a intenção de transformá-la. A tomada de consciência, enquanto sujeito, é favorecida pela vivência de rupturas com as expectativas pré-estabelecidas sobre o que cabe às mulheres.

Na preparação das feiras de economia feminista e solidária e de demais espaços de

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

comercialização, os processos são ancorados nessa visão integral da vida das mulheres, partindo de demandas concretas. Assim como na construção das alianças, inserção política e participação em movimento sociais, as reflexões entre as pesquisadoras, as animadoras e as mulheres dos empreendimentos foram feitas de forma coletiva e permanentemente, avaliando os impactos concretos que teriam para a vida das mulheres e suas ambivalências.

Outra dimensão deste projeto foi uma pesquisa realizada junto às mulheres da AMESOL. A contribuição específica da pesquisa consiste na produção de conhecimentos sobre as condições de construção de autonomia econômica das mulheres em diversos níveis e âmbitos: nos empreendimentos e nas redes ou associações de economia solidária (como, por exemplo, a AMESOL), mas também na esfera familiar, nos espaços de diálogo com os poderes públicos e de construção política desde a sociedade civil. Assim, a autonomia econômica é entendida aqui em sentido amplo, incluindo a geração de renda monetária, bem como o trabalho não remunerado, essencial para a reprodução da vida, de acordo com a abordagem da economia feminista. Consideramos também, a interação entre as práticas econômicas e os processos e instituições sociopolíticas, sejam eles localizados na esfera do Estado ou da sociedade civil.

As mulheres que participaram deste projeto na condição de formadoras, pesquisadoras ou assessoras, também aprofundaram a tomada de consciência de sua condição de mulher de forma simultânea a tomada de consciência das mulheres dos empreendimentos. Cada uma se identificou com as mulheres com quem atuou por sua condição de mulher, buscando não perder de vista as relações de classe e raça que entrecruzam o gênero. De modo algum se colocaram em uma posição de especialista em gênero, o que despolitiza as demandas das mulheres ao torná-las administráveis por parte das instituições. Foram convidadas a ter um olhar crítico para as contradições em que vivem, decorrentes de sua posição de gênero, de modo a perceber como estas são vivenciadas por outras mulheres.

A partir desses princípios gerais de metodologia, a equipe do projeto dedicou-se a quatro frentes de ação, que contaram com momentos privilegiados de discussão e construção, mas que também se cruzavam de forma constante e concomitante em todas as atividades desenvolvidas. As atividades se relacionam a atividades de formação, a construção de espaços de comercialização, construção de alianças e a inserção dos grupos produtivos em movimentos sociais, e uma pesquisa-ação. Esta especialmente realizada junto às mulheres da AMESOL.

Os textos a seguir estão organizados de acordo com as frentes de ação do projeto, e são de autoria da equipe dele participante, que se dedicou a planejar e executar as atividades.

METODOLOGIA FEMINISTA DE FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gláucia Marques
Isabelle Hillenkamp
Maria Fernanda Marcelino
Miriam Nobre
Tica Moreno
Vera Ubaldino Machado

FORMAÇÃO

A formação é um processo contínuo que combinou o acompanhamento processual aos empreendimentos em redes (AMESOL, Mulheres do Vale do Ribeira, grupos de consumo solidário e agricultoras urbanas) com momentos de maior aprofundamento. Estes momentos aconteceram por meio de 12 cursos de formação com duração de um dia; um curso de formação em economia solidária e feminista em 2 módulos de 4 dias cada; e 3 seminários, sendo dois deles de caráter nacional. Os aprendizados ao longo deste projeto foram relatados nos seminários nacionais pelas próprias mulheres dos empreendimentos.

A programação destas atividades contou com reflexões sobre a sociedade em que vivemos, divisão sexual do trabalho, economia feminista, economia solidária, organização em redes setoriais e territoriais, comercialização, agroecologia, políticas públicas, autogestão, autonomia econômica. Ao longo das atividades estes temas se con-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

cretizaram em reflexões sobre o território, desde o fundo do quintal até os trajetos das mulheres pela cidade. Foi de grande importância a movimentação das mulheres conhecendo os locais de produção umas das outras durante as atividades de formação, pois antes estava cada uma em sua casa e ninguém sabia o que acontecia com a companheira. Reflexões sobre os tempos, como mulheres e homens organizam suas jornadas diárias e, os espaços, os territórios das mulheres que se expandiram durante este projeto permearam a maioria das atividades. Isto permitiu descobertas sobre as cotidianas injustiças, como a sobrecarga de trabalho das mulheres e constrangimentos e, a violência sexista enfrentada pelas mulheres, e como superá-los.

As atividades de formação cumpriram os propósitos elencados a seguir e exemplificados com temas e metodologias desenvolvidos ao longo das mesmas. Ao final apresentamos a estrutura de uma atividade de formação conforme a metodologia desenvolvida.

CONCEITOS APREENDIDOS POR MEIO DA ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA

"Se isto é agroecologia, então eu sou agroecológica". A agroecologia, por exemplo, tem como conceito chave a aproximação da agropecuária como atividade humana dos processos da natureza, ou seja, "a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas". (GLIESSMAN *apud* SILIPRANDI, 2015)[1]. Não se trata, portanto de um sistema predeterminado ou um pacote tecnológico, mas sim, da experimentação e da observação de como a natureza vai se adaptando e se reequilibrando depois de mudanças causadas, seja pelo trabalho humano direto, seja por intervenções mais amplas como o uso de agrotóxicos que contaminam fontes de água próximas, ou mesmo mudanças climáticas. Foram trabalhadas práticas de agrofloresta, cultivo de plantas medicinais e de plantas alimentícias não convencionais (PANC), dentre outras. Uma das atividades de formação do projeto foi uma oficina de criação de galinhas caipira, que se iniciou com uma pergunta: o que faz uma galinha ser o que é? As agricultoras foram respondendo, nomeando, muitas vezes com termos locais, atividades (ciscar), fisiologia (trocar as penas), comportamentos (uma bicar a outra). A partir do que elas trouxeram foi possível conversar sobre as razões de problemas que ocorrem na criação (por que as galinhas bicam umas nas outras?) e sobre as formas como a criação industrial opera negando o que faz uma galinha ser o que é. Ou seja, não foi feita uma separação entre o conhecimento considerado técnico, como alimentação ou prevenção de doenças, daquele considerado político, como as respostas aos problemas dadas pela criação industrial e como estas diferem das práticas agroecológicas.

Na AMESOL as mulheres começaram a fazer as conexões entre os debates e a realidade dentro de suas casas ou nos espaços de participação que atuam. Elas tiveram iniciativas de solicitar a presença de mulheres em espaços de coordenação, a responder quando maridos e namorados que dizem que elas não trabalham, ressaltando o fato

de que a produção delas é dentro de casa, ao mesmo tempo em que adquirir a matéria prima e comercializar implicam em longas distâncias em transportes públicos.

Também não foi feita uma separação entre a análise e a prática. A natureza é diversa, várias plantas e animais convivem em um mesmo espaço. A agricultura se aproxima desta diversidade nos quintais e hortas coletivas das mulheres. Agricultoras urbanas representaram com massinha de modelar o desenho de suas hortas misturando variadas plantas. A representação lhes motivou a conhecer cada horta *in loco*. Os intercâmbios continuaram e em cada um houve troca de sementes e mudas, o que permitiu o aumento da diversidade nos quintais e hortas das participantes.

Em suma, a experiência vivida integra diferentes dimensões e os conceitos alcançam esta complexidade quanto mais se aproximam da vida.

A AUTONOMIA SE FORTALECE POR MEIO DE HABILIDADES CONSTRUÍDAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

As atividades de formação combinaram momentos de autopercepção, autorreflexão com momentos de reflexão em duplas, trios e grupos maiores. Em todos estes momentos estava posto o convite à observação, à escuta ativa, de modo que a compreensão do problema vivido e das soluções possíveis fosse internalizada. Na realidade das mulheres é comum encontrar exemplos de capacitações que são externas a elas. Um grupo de agricultoras levou 12 meses para usar uma picadora de legumes e verduras que havia recebido de um projeto. Agricultoras também relataram como são desestimuladas a utilizarem equipamentos que diminuem a penosidade do trabalho como motosserra e roçadeira. Em contraponto, uma agricultora relatou que depois de haver participado de uma atividade de formação sobre feminismo voltou para casa e, ao invés de pedir ao marido, ela própria ligou o transformador de eletricidade.

Há uma dimensão que é o entendimento racional dos mecanismos patriarcais que criam falsas dependências. Por exemplo: as mulheres são frágeis, não entendem de máquinas, dentre outros preconceitos muitas vezes verbalizados. Há também o reconhecimento de que as análises realizadas pelas mulheres são válidas e devem ser tomadas em conta. A demanda para formação em saneamento por meio de fossas biodigestoras partiu da percepção das mulheres de alta incidência de diarreias nas crianças da comunidade. Elas também consideraram a relação de confiança com os grupos de consumo que esperam comprar produtos não contaminados. Ao estabelecer o vínculo entre as duas pontas, participantes dos grupos de consumo se envolveram nos mutirões e compartilharam técnicas de permacultura. As mulheres envolvidas na construção puderam entender o que devia ser observado e consertado sem esperar a presença das técnicas.

A dimensão da autonomia e da autopercepção também surgiu em reflexões sobre a medicalização de estados emocionais, fases da vida e do controle da reprodução. A depressão atinge muitas mulheres, urbanas

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

e rurais, que participaram das atividades de formação ou são companheiras delas. A depressão pode tornar-se um impedimento para que as mulheres se envolvam nos empreendimentos, mas também, a vivência compartilhada nos empreendimentos pode ser uma saída da depressão. "Pegar na enxada e trabalhar" é um indicador de que "a companheira está bem e não está triste".

AS SAÍDAS SÃO COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DAS SAÍDAS TAMBÉM O SÃO

A construção de uma representação coletiva pelo grupo pode favorecer maior tomada de consciência de conflitos latentes e possibilidades. A materialização pode se dar por um desenho coletivo, uma colagem com imagens de revistas, montagem com objetos ou com pequenos papéis coloridos. Estes últimos foram usados na avaliação de uma etapa do curso de formação, organizado com as mulheres da AMESOL e do Vale do Ribeira.

> "Enquanto íamos fazendo o desenho, as fichas iam caindo do que foi acontecendo, o que fomos aprendendo, como evoluímos". "Conforme a gente ia pegando os papeizinhos, a colega dava uma ideia, a gente ia formando o desenho e outra colega dava outra ideia. A dinâmica só é feita entre todas, cada colega dando uma ideia." "No começo os papeizinhos não eram nada, era difícil pensar que iam dar em alguma imagem, mas daí foi virando".

A elaboração da trajetória pessoal de cada uma – limites e potencialidades – se dá no diálogo com a experiência da outra, que já é ou vai se tornando companheira. A partir das perguntas: como foi fazer este exercício? Foi fácil ou difícil?, possibilitou que o exercício do trabalho em grupos e a reflexão sobre o fazer juntos ampliasse o aprendizado. Em uma atividade de formação, durante uma colagem, um dos grupos não funcionou devido a diferenças de ritmo de cada uma. Diante de uma primeira hesitação das demais participantes, uma delas começou a colagem e foi continuando, o que causou desconforto nas demais. A vivência do grupo foi compartilhada e foi sendo elaborada pelo grupo ao longo da atividade. A questão das diferenças de ritmo começou a ser tratada a partir da experiência de cada uma. A participante que estava mais acelerada compreendeu que ir fazendo, sem esperar pelas demais, era a forma como ela tinha conseguido superar os entraves que a vida lhe colocava, desde as imposições do pai, depois do marido, e depois que havia se separado. "Eu conto comigo e me basta". Sem entrar numa dinâmica do que é certo ou errado, foi sendo discutido como era possível estabelecer um funcionamento que acolhesse a todas.

A partir de uma questão aparentemente individual, se abriram reflexões sobre a socialização de gênero e como reagimos às representações de mulheres como passivas, algumas vezes sendo muito ativas ou aceleradas. Também permitiu uma reflexão crítica sobre a ideia de "empreendedorismo", muitas vezes associado à qualidade ou esforços individuais e opostos à cooperação. Como se fazer sozinha fosse mais rápido e

desse menos dor de cabeça do que fazer em conjunto.

No entanto, o processo de funcionamento das redes foi acontecendo e sendo refletido de modo que as ações conjuntas potencializassem a todas e a cada uma. Por exemplo, a comercialização conjunta em feiras onde algumas vendem os produtos de todas fez com que o volume de vendas de todas e de cada uma aumentasse potencialmente. E para que isto funcionasse bem, foi necessário que todas conhecessem o produto de cada uma. Ainda que a costura e o artesanato tivessem características e demandassem habilidades muito próprias de cada uma, o sentido comum da comercialização foi sendo tecido.

Entender-se parte de uma caminhada conjunta e o resgate da memória do processo também foi objeto das atividades de formação, seja para construir uma visão comum da história, seja para integrar as que chegavam. A trajetória coletiva foi resgatada e processada por meio de linha do tempo, espiral de fotos e frases de momentos marcantes, a construção conjunta da história coletiva. Neste resgate foram marcados os pontos de ligação e de tensão, as diferentes experiências e posições, os acordos de funcionamento coletivo e o permanente revisão-ajuste-aperfeiçoamento da atuação em rede.

SUPERANDO A SOBRECARGA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA SEXISTA

Questões que limitam a participação das mulheres e afeta a dinâmica dos grupos, como a sobrecarga de trabalho dada a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, e a violência sexista, permearam quase todos os momentos de formação. Estas questões emergiram porque a formação aconteceu em um espaço de confiança entre mulheres e com uma abordagem feminista, possibilidades que várias mulheres dos empreendimentos só encontraram nestes espaços.Em muitos casos, capacitações sobre autonomia econômica se limitam à procura do que as mulheres devem fazer para ter seu próprio recurso, ou seja, a autonomia financeira. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar. O acesso aos mercados e a renda é parte necessária para que as mulheres tenham autonomia econômica. Mas a autonomia econômica vai além, e envolve também o direito garantido aos serviços públicos – como saúde e educação – e a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos, e de colocar em prática essas decisões. As participantes das atividades de formação compartilharam muitas informações sobre a divisão dos tempos dos trabalhos que geram renda e os trabalhos domésticos, e sobre como os trabalhos dos cuidados também tomam o tempo e a preocupação das mulheres. Essas questões são tratadas em maior profundidade, no caso das mulheres da AMESOL, no primeiro capítulo da Parte II, da presente publicação.

A dinâmica do relógio é bastante utilizada pelo movimento feminista. Em grupos, as mulheres são convidadas a descreverem sua jornada desde a hora que se levantam

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

até a hora que vão dormir: que atividades realizam e quanto tempo levam; e também a estimar os tempos de atividades de seus companheiros ou algum homem com quem convivam. Avançamos um passo a mais na reflexão sobre os tempos organizando-os conforme a proposta da pesquisadora chilena Cristina Carrasco. (SOF, 2014, p.24)[2].- Tempo de trabalho de mercado: Tempo destinado a atividades de produção de mercadorias ou serviços, as atividades podem ser remuneradas ou não como o trabalho no comércio familiar ou na produção rural para autoconsumo. Aqui também se considera o tempo gasto no transporte para ir ao trabalho e voltar.

- Tempo de trabalho doméstico e de cuidados: Tempo destinado às atividades de limpeza, cozinha, administração da casa e cuidado das pessoas da família e de animais domésticos.
- Tempo de necessidades pessoais: Tempo dedicado a dormir, comer, cuidar da higiene pessoal.
- Tempo de participação cidadã: Tempo destinado a atividades que promovem nosso crescimento pessoal como estudo, participação política e trabalhos voluntários.
- Tempo de ócio, tempo livre: Tempo dedicado a atividades que fazemos para nos divertir, descansar ou mesmo quando não fazemos nada.

A organização da jornada nesta proposta de divisão do tempo já permite uma primeira reflexão. Muitas vezes não consideramos o tempo de lazer e quando queremos acrescentá-lo percebemos que é necessário um dia com mais de 24 horas. Percebe-se também que muitas atividades que consideramos lazer têm uma dimensão de cuidado dos outros. Além disso, se percebe que muitas vezes o trabalho para o mercado é o centro, e a jornada se organiza a partir dele. A suposta autonomia das mulheres dos empreendimentos para organizar seu tempo, já que não cumprem uma jornada definida, muitas vezes se transforma em maior demanda para o trabalho de cuidado. Os usos diferentes do tempo por mulheres e homens remetem a forma como o trabalho se organiza em nossa sociedade por meio de uma divisão sexual. Os trabalhos que produzem bens e mercadorias são separados e mais valorizados do que aqueles que (re) produzem as pessoas e a natureza. Enquanto os trabalhos considerados produtivos são tidos como responsabilidade dos homens, aqueles que reproduzem a vida são considerados responsabilidade das mulheres.

O debate sobre os usos do tempo também remeteu a modelos de família. O modelo de família patriarcal é heteronormativo (que tem como regra certa a relação entre homem e mulher) e considera que as mulheres devem organizar seu tempo para responder mais do que as necessidades, as vontades dos homens, inclusive adultos e em plena capacidade. Para que as mulheres possam se dedicar ao empreendimento é preciso abrir um tempo em sua vida reorganizando as responsabilidades pelo cuidado da casa e das pessoas que convivem. No caso das agricultoras, esta reflexão também envolveu os destinos da produção por elas realizada: venda, autoconsumo, doação e troca, reconhecimento do valor econômico de produtos que não circulam no mercado em troca de dinheiro, mas também buscando um equilíbrio entre os diferentes destinos de produção.

As imposições sobre os tempos e as maneiras de viver das mulheres se dão por meio de mecanismos de sedução e violência. A violência sexista é a violência praticada contra as mulheres pelo fato de serem mulheres. É usada como uma ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições patriarcais e Estados. A violência contra as mulheres atinge a todas, pois todas já tivemos medo, mudamos nosso comportamento, limitamos nossas opções pela ameaça da violência. Apesar de ser mais comum na esfera privada, como violência doméstica – seja esta sexual, física, psicológica ou abuso sexual – a violência contra as mulheres e meninas ocorre também na esfera pública. Nas atividades de formação, as mulheres relataram várias situações de violência e situações em que se sentiram em risco. O tema foi trabalhado buscando entender as razões estruturais da violência, as formas de preveni-la, de acolher as mulheres que viveram ou vivem agressões nos empreendimentos, de modo que se fortaleçam e encontrem saídas para uma vida livre de violência.

SOMOS PARTE DA HISTÓRIA: REESCREVENDO A HISTÓRIA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE CADA UMA

A economia solidária foi trabalhada nas atividades de formação não somente a partir de seus princípios, mas como estes foram sendo construídos de maneira paralela e em diálogo por movimentos sociais e pelo poder público. Pode-se ter uma visão do surgimento da economia solidária a partir das experiências de fábricas recuperadas na década de 1990, quando o Brasil estava inserido em contexto de crise econômica e desemprego. A partir dessas experiências foi se moldando o conceito de economia solidária que depois se insti-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

tucionalizou, tanto no âmbito municipal com a criação de incubadoras, centros públicos de economia solidária, políticas de crédito solidário e criação de espaços de comercialização, quanto em âmbito nacional com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Essencial para esse processo foi a organização de trabalhadores e trabalhadoras e das agências de fomento como movimento social e em Fóruns. Os Fóruns de Economia Solidária têm em sua composição de 50% de empreendimentos, 25% das agências de fomento e representação e 25% de gestores públicos. Algumas das participantes das atividades de formação já estavam mobilizadas há alguns anos em empreendimentos ou movimentos sociais e tiveram uma participação ativa neste processo. Elas contribuíram com relatos de experiências e reflexões sobre a construção das primeiras políticas públicas e suas transformações ao longo do tempo e da troca das gestões públicas. Outras conheceram a economia solidária por processos desencadeados pela SOF e pela Rede de Economia Feminista e Solidária, e posteriormente, pela AMESOL.

A reflexão tratou, portanto de situar a economia solidária enquanto identidade política de movimento social e também política pública no Brasil em contextos, processos, debates entre diferentes visões e acordos possíveis. A partir deste debate, as mulheres puderam refletir sobre suas próprias realidades e sobre como continuarão se organizando dentro do cenário político e econômico atual.

A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os cursos sobre políticas públicas de fortalecimento da economia solidária tiveram como propósito qualificar a participação das mulheres em conselhos e sua relação com o poder público. Quando as demandas são apresentadas de forma organizada, a relação com o poder público não se dá de forma clientelista, em que a resposta às demandas é apresentada como uma dívida eleitoral. Nos cursos foram trabalhados exemplos concretos como processos de negociação dos espaços e organização das feiras. Foram apresentadas as políticas existentes em âmbito nacional e em alguns municípios, e também foi debatido como elas funcionam.

As políticas de incubação e comercialização são muito importantes para os empreendimentos, porém estas são des-

contínuas e correm o risco de serem descaracterizadas. Quando as políticas públicas têm continuidade elas têm a vantagem de dirigir-se a um público mais amplo do que aquele previamente organizado, o que cria um ambiente social favorável a outras formas de organizar o trabalho e o acesso à renda. Por outro lado, elas têm lógicas e tempos próprios que podem delimitar e demarcar o que devem ser as ações dos grupos produtivos de mulheres. Essas políticas municipais de economia solidária estiveram presentes na vida das mulheres da AMESOL (em São Paulo, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo), mas não houve políticas desta natureza no Vale do Ribeira. Lá, as primeiras iniciativas de acompanhamento dos grupos foi o projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural voltado para mulheres, executado pela SOF desde 2015, e que trouxe a agroecologia como proposta de discussão e construção da economia solidária feminista.

Em um dos cursos foram feitos exercícios concretos de como aceder a políticas por meio de chamadas públicas como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em outros, foi feito o exercício de construir normativas legais e planos. Foi feita a análise da minuta de decreto proposta pelo Fórum Paulista de Economia Solidária para regulamentar Lei Estadual nº 14.651, de 15 de dezembro de 2011, que cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no estado de São Paulo e a construção de propostas para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município de São Paulo (ver mais na seção "Processos de aliança política: inserção política e construção de movimentos sociais").

ESTRUTURA DE UMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO

As atividades de formação se iniciam com um **aquecimento** que pode ser específico ou não. Ele é específico quando busca introduzir o conteúdo que será trabalhado. O aquecimento tem como papel geral eliminar o campo tenso, como se chama no psicodrama. Ou seja, trazer as pessoas para a atividade. Cada pessoa chega ao grupo trazendo os elementos, pensamentos, sensações de situações anteriores. Com o aquecimento, busca-se que se voltem e se concentrem para a atividade. Além disso, permite que a pessoa se auto reconheça e reconheça os/as outros/as. No caso do primeiro dia de uma assessoria ou atividade de formação, buscamos uma dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas que cumpra esse papel. Somente após esse momento apresentamos o programa, e nós mesmas. Consideramos que isso é extremamente importante, ou seja, a primeira coisa é o grupo se colocar.

O aquecimento pode ter uma abordagem corporal. Os trabalhos corporais devem seguir uma sequência em que seja trabalhada desde a relação da pessoa com o próprio corpo e, depois, a relação entre as diferentes pessoas. Isso quer dizer que nunca começamos por uma atividade de massagem em dupla ou em grupo e, sim, por uma automassagem.

Desenvolvimento do tema: sempre iniciamos com uma dinâmica com o objetivo de trazer o tema, ou seja, a percepção do grupo sobre o tema e, também, seu conhecimento anterior. Em geral, utilizamos técnicas chamadas projetivas, que auxiliam também a perceber a dinâmica do grupo, as representações e resistências, bem como a dimensão subjetiva. Quando o grupo termina a apresentação, antes de entrar no debate do conteúdo, fazemos a pergunta de como se sentiram realizando tal dinâmica. O sentido dessa pergunta é iniciar o que, em psicodrama, se chama processamento, que é aprofundar sobre os sentimentos, estereótipos, possíveis conflitos e resistências. Por isso é importante ter tempo para esse momento. Ainda como parte desse momento abre-se para comentários sobre o conteúdo trazido: o que apareceu de igual e diferente entre os grupos ou pessoas e as opiniões e dúvidas em geral.

Logo em seguida, se faz a sistematização a partir de uma exposição que dialoga com os conteúdos levantados pelo grupo a partir da dinâmica. Abre-se mais uma rodada de questões e depois um fechamento.

Por fim, utilizamos uma dinâmica para a **avaliação.** E, mais uma vez, perguntamos como se sentiram fazendo a dinâmica e depois a discussão dos conteúdos.

A utilização dos jogos dramáticos é muito importante para que o grupo utilize de outras linguagens, além da oral, e contribui para que se possam perceber as projeções, explora o lúdico e contribui para o exercício da criatividade.

PARTINDO DAS DEMANDAS CONCRETAS

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A construção de feiras e mostras de economia feminista e solidária foram um exercício pedagógico, impulsionado pela implementação do projeto coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a SOF. Este capítulo apresenta algumas reflexões metodológicas sobre construção de espaços de comercialização pelos empreendimentos de economia solidária e feminista. Mais adiante, na Parte 2 desta publicação, serão aprofundadas, complementarmente, algumas questões relativas à dinâmica da AMESOL e a construção dos mercados e espaços públicos, a partir dos depoimentos coletados das associadas da AMESOL no processo de pesquisa.

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA DA AMESOL

A AMESOL é composta por mulheres do município de São Paulo e de várias cidades do entorno na região metropolitana. A distância que implica em tempo e em recursos para o deslocamento, como veremos mais adiante na seção "Empreendendo desde a periferia" da Parte II, sempre foram fatores que dificultaram a articulação da Associação e, também, um determinante no ritmo da construção da AMESOL, ou seja, na organização das mulheres, na construção de um sujeito coletivo e na execução de tarefas e atividades que incluem encontros para a formação, comercialização e participação em eventos.

Uma parte das mulheres chegou à AMESOL trazendo experiências na economia solidária, sejam nos Fóruns, na execução de políticas públicas municipais e nacional, além dos próprios grupos locais, células base da economia solidária. Uma parte, porém, se aproximou da AMESOL pela própria construção da Associação, visitando as feiras de economia solidária e feminista, os eventos de economia solidária e, também, por meio das redes sociais.

As mulheres que vieram de processos constituídos de políticas públicas de economia solidária municipal trouxeram forte carga de formação com vivência em centros públicos, cursos, experiências em grandes eventos etc. Isso possibilitou uma base concreta de troca de experiências e conhecimentos que permitiram avançar na construção e na formação das que chegavam, ainda que os tempos não necessariamente fossem os mais adequados. As próprias mulheres da AMESOL foram disseminando os conceitos de economia solidária e feminista costurados pelos processos de formação implementados com o projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortale-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

cimento da autonomia econômica das mulheres", coordenado pela UFScar.

Foram compartilhadas as marcas de processos nos quais as prefeituras enfrentavam, como o desafio de implantar ou abrir uma brecha para outra política econômica, o de ter orçamento para essa política, de garantir gestores/as capacitadas. As mulheres enfrentavam desafios que vinham da ausência de marcos legais e jurídicos para economia solidária em todas as esferas (municipal, estadual e federal), além de muitas barreiras impostas pela formalidade, as quais são pensadas para empresas e não para empreendimentos econômicos solidários. Essas marcas vinham carregadas de desconfiança por se sentirem ludibriadas por disputas de pontos de vendas onde alguns grupos se sentiam preteridos, por longos processos de formação e planejamento que não necessariamente culminavam em geração de renda concreta, uma demanda sempre urgente para esse público.

Para as que estavam chegando, as marcas eram outras. Eram aquelas que reforçam ideias de empreendedorismo individual e, portanto, do sucesso pessoal. Os desdobramentos desse pensamento foram na contramão do que é entendido na AMESOL por economia solidária.

No entanto, um laço importante manteve essas mulheres unidas. A proposta de ser uma forma diferente de produzir, de se relacionar e de comercializar, onde a disputa fica distante e a colaboração é parte do processo que encanta muitas mulheres que decidem trilhar os caminhos da economia solidária.

O feminismo também não era um elemento presente na vida de todas. Ideias distorcidas do que seria a prática feminista, receio e certa resistência estavam ali misturados nas falas, atitudes, assim como gestos solidários e práticas feministas eram vivenciados, ainda que não recebessem esse nome.

Muitos desafios saltaram para a construção desses espaços de exposição e comercialização. Dificuldade em se reunir com mais frequência dada à distância entre os empreendimentos. Pouca experiência em construir juntas. A resistência de algumas em assumir responsabilidades coletivas. Um grupo fragmentado, unidas até então pelo desejo e decisão de formar uma organização capaz de olhar para a realidade específica delas próprias enquanto mulheres e produtoras. Fomos, então, construindo esses espaços de economia feminista e solidária, passo a passo, na medida em que íamos planejando, executando e avaliando as feiras e mostras, localizando práticas feministas e solidárias em cada passo.

A FEIRA NOSSA DE CADA MÊS, A RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Desde o final de 2013, a AMESOL, de forma esporádica vem desenvolvendo feiras. A partir do final de 2017, as feiras passaram a ser mensais e foram realizadas em parceria com o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, um espaço gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, e dedicado a geração de renda de usuários da saúde mental.

Na AMESOL existe um pensamento comum de que as feiras devem ser um espaço

do qual as pessoas saiam sensibilizadas para o que é uma economia feminista e solidária, o que demanda a ação coletiva de conversar com as/os consumidoras/es. Ao construir esses espaços, as mulheres exercem também a tarefa de educadoras. Para isso, as estratégias criadas foram muitas: ter caixa único, apresentações culturais, rodas de conversa e oficinas durante as feiras. Uma pretensão que ainda não conseguimos concretizar é ter espaços de acolhimento para crianças, tanto pensando nas famílias consumidoras, como nas próprias mulheres expositoras que são mães e avós.

Respeitar os processos e a compreensão das mulheres sobre cada passo que fomos dando rumo à construção de cada feira foi o método para que cada uma fosse assumindo a responsabilidade no planejamento e execução das feiras. Pensar o processo inteiro em conjunto e distribuir as tarefas foi o mecanismo utilizado para que todas entendessem que aquela era uma ação coletiva, e que na AMESOL não havia uma coordenadora responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da atividade. Evidentemente, o assumir das mulheres foi gradativo e após alguns anos ainda continua sendo um desafio.

Qual espaço cada empreendimento terá? Onde vai ficar? Que tipo de tenda seria o mais adequado? Mesas? Pranchões? E a decoração da feira será coletiva? Qual programação terá? E o caixa como será organizado, cada uma vende o seu? E as que não têm máquina de cartão? Essas e inúmeras outras perguntas foram sendo respondidas a cada evento realizado.

Percebemos alguns sinais de que o pensamento das participantes foi se alterando. De princípio, ordenar o lugar onde cada empreendimento ia ficar na feira esbarrava em falas como "eu não quero esse lugar porque ele é ruim"; "vou chegar mais cedo pra ficar num lugar melhor"; "não gosto ou não quero ficar perto dessa ou daquela pessoa". Para solucionar isso, as mulheres da AMESOL começaram a se organizar por comissões de trabalho. A que define o local onde cada empreendimento vai ficar chama-se de comissão de infraestrutura. Essa comissão tem a tarefas de acomodar, no espaço existente, lugares adequados para exposição de materiais que usam araras, cabides, peças pequenas como brincos e anéis, objetos grandes, cestarias, etc, levando em consideração mulheres com deficiência, com mobilidade reduzida, seja pela idade, seja pela obesidade.

A comissão sugeriu não setorizar a feira, mas mesclar as mulheres, colocar justamente as mulheres que ainda não se conheciam para dividir um mesmo pranchão, e assim, possibilitar que elas pudessem se conhecer, trocar experiências e se aproximar. As primeiras experiências causaram incômodos, resistências, mas na segunda ou terceira vez a postura já havia mudado. Quando elas chegavam com seus materiais com carrinhos de feira e sacolas, a comissão indicava "vocês estão aqui ou ali", a resposta era um "tá bem, ok".

Outras comissões foram criadas no mesmo movimento de ir responsabilizando todas pelo conjunto de atividades de preparação e execução das feiras. O debate sobre as finanças talvez tenha sido o que mais teve desdobramentos. Durante a preparação de uma das feiras realizadas durante uma Virada Feminista organizada pela SOF, as mu-

lheres da AMESOL se colocaram o desafio de ter um caixa único. "Qual a função disso?" foi a pergunta de várias.

A reflexão foi qualificada em torno desse assunto. Possibilitar que todas tenham acesso ao recebimento em cartão sem que cada uma individualmente tenha que adquirir uma máquina de cartão. Se tivermos várias máquinas, muitas têm que comprar ou pagar aluguel das mesmas, serão oneradas por taxas que variam de uma operadora para outra, sendo algumas abusivas. Possibilitar que o recurso movimentado pela feira não fique nas mãos que banqueiros, e sim, nas de quem produziu, essa é a lógica. Dar conforto as vendedoras e as consumidoras que não precisam correr atrás de troco e podem fazer compras maiores, tendo a possibilidade do pagamento no cartão. Dar tranquilidade no atendimento, não ficar divididas entre receber o pagamento de uma compra ao mesmo tempo em que outra pessoa se aproxima para apreciar os produtos. Esses foram os argumentos para que a AMESOL adotasse o caixa único em suas ações, reforçando a ideia de que aquela era uma ação coletiva. Hoje elas falam que, na AMESOL, o caixa único é um dos "representantes da economia solidária", indispensável nas feiras que organizam.

No entanto, o caixa único exige um grau de organização da equipe de finanças, pois necessita estar disponível durante todo o dia da feira no caixa, sem vender seus próprios produtos; ter um mecanismo de fichas capaz de organizar as vendas e, posteriormente, o recebimento pelos produtos vendidos (fichas de caixa); despender de tempo após a feira para separar as fichas, fazer planilhas, receber o dinheiro e dividi-lo, conforme a venda de cada grupo. Tudo isto significa muito trabalho.

A AMESOL já tinha estabelecido que cada associada pagaria uma contribuição mensal de R$ 5,00 por pessoa, e uma porcentagem de 5% em cima das vendas. A porcentagem em cima das vendas era difícil de recolher, assim a opção foi que a taxa seria descontada no acerto de cada venda, e a contribuição pessoal seria feita em outros momentos, como reuniões ou atividades de formação. Todas se tranquilizaram com isso, o que demonstrou também confiança entre o conjunto da AMESOL e a comissão.

A confiança foi se consolidando e a relação entre as mulheres foi se tranquilizando, pois haviam os mecanismos de controle e transparência da equipe no trato com os recursos. A cada feira ou evento a comissão divulgava as planilhas de vendas e, no mo-

mento seguinte, era feito o acerto do dinheiro.

Outro elemento interessante que emergiu nesse processo foi a possibilidade de olhar, sem censuras, para os ganhos de cada empreendimento. Detectamos que vários tinham vendas baixíssimas, enquanto outros, ao contrário, vendiam muito bem. A preocupação com os baixos ganhos tem levado as mulheres da AMESOL a olhar para os produtos de todas, para a apresentação deles nas feiras, pensando e buscando alternativas para mudar essa realidade.

Ainda no campo do amadurecimento de comercializar juntas na feira, a AMESOL tem sido convidada a expor em eventos, muitas vezes com espaço bastante reduzido. Em um desses momentos, na Feira da Reforma Agrária realizada em 2018, que durou 5 dias, a AMESOL teve uma banca de alimentos e uma de artesanato. Na banca de alimentos foram 5 grupos que iniciaram querendo cada um vender o seu produto, e terminaram fazendo coletivamente uma alimentação vegana. O desafio foi fazer o acerto das sobras, pensando juntas em qual método seria o melhor: por horas trabalhadas? Por participação efetiva e não só "de corpo presente"?

Na banca de artesanato o desafio foi conciliar aos 25 empreendimentos em um metro e meio de espaço com produtos que iam de cosméticos naturais que não podiam tomar sol, objetos de papel que não podiam tomar chuva, cestarias grandes com objetos muito pequenos, isso tudo de forma harmoniosa sem que parecesse a "banca do saldão". Os desafios foram: ter uma escala de trabalho justa, fechar o caixa a cada dia, manter a ordem da mesa mesmo mudando as pessoas que primeiro organizaram ela. Garantir que tudo funcionaria do início ao fim. Fazer o acerto dos produtos.

Baseados nessas experiências de caixa único, revelou-se um baixo ganho de vários empreendimentos, e na venda coletiva de produtos em alguns eventos, as mulheres da AMESOL decidiram por fazer dois processos:

1. Oficinas críticas dos produtos ou de sua viabilidade. Elas consistem na apresentação dos produtos por quem faz, explicando as técnicas, a matéria prima, os cuidados, recebendo opinião sobre a apresentação, a viabilidade econômica de cada produto, precificação, entre outros. Essas oficinas têm ajudado a pensar: "Será que esse produto é viável? Ele é viável para esse público?".

Os encontros possibilitaram que todas se sentissem mais seguras para vender o produto que outra produziu. De questionar e sugerir coisas em relação à apresentação/ exposição, valor, acabamentos. Abriu possibilidades para que houvesse a troca de matérias primas, de sobras, otimizando a produção. O que sobra em um produto pode ser utilizado em outro. Conhecendo a produção da outra foi possível propor que redes e cadeias se estabelecessem, a partir da prática e levando em consideração as distâncias de moradia, as dinâmicas de vida e limites na aquisição coletiva da matéria prima, por exemplo.

2. A elaboração de um texto explicando o que é economia solidária e feminista. Os desdobramentos das atividades de comercialização geram iniciativas em várias áreas, espacialmente na comunicação. "Ninguém pede desconto na Renner mesmo que a peça

custe mais de cem reais, porque aqui na minha que custa 18 pedem?". Com esse questionamento, as mulheres refletiram que a AMESOL deveria ter uma ação educativa, capaz de valorizar o produto artesanal e questionar o modelo capitalista que retira sua matéria prima, produz em um continente para vender em outro, com impactos ambientais terríveis e uma exploração da força de trabalho brutal.

Dessas reflexões nasceu um pequeno texto explicativo do que é a economia solidária e feminista, que foi distribuído nas feiras. Com a preocupação de não gerar mais resíduos aliados à falta de recursos para impressões, as ações da AMESOL foram reforçadas nas redes virtuais onde mantém e é alimentada de conteúdos feministas e de economia solidária, apresentando os empreendimentos, os produtos e as sujeitas da história: as mulheres.

A equipe é também responsável por animar as feiras com conteúdos de interesse do público e das próprias produtoras, como apresentações culturais e rodas de conversa de temas variados como o sistema político, eleições, aposentadoria, saúde da mulher, posturas e consciência corporal, uso de plantas não convencionais (PANCs) na alimentação, *dreads*, cosméticos artesanais, dentre outras. A criação desses espaços proporcionam a troca de saberes e técnicas.

Nas primeiras feiras contamos com 20 grupos, e hoje passam de 40 empreendimentos solidários expondo a cada mês. Isso envolve diretamente cerca de 70 trabalhadoras e mais um grupo de apoio de 5 a 10 pessoas a cada feira. Existe o interesse de muitas mulheres em participar da AMESOL e, diante dessa boa impressão, outra comissão foi criada, a de acolhimento, que tem o papel de inserir as mulheres nos primeiros debates da economia solidária, explicar a movimentação nas reuniões para que elas se integrem de forma segura e tranquila.

AS EXPERIÊNCIAS NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MULHERES DO VALE DO RIBEIRA

Agricultoras do Vale do Ribeira participaram de algumas edições das feiras da AMESOL. Mulheres com algum vínculo em São Paulo ou com maior facilidade de deslocamento conseguiram estar em mais edições, como as mulheres da União de Mulheres da Economia Solidária de Peruíbe (UMPES). Agricultoras de Itaóca e Barra do Turvo só conseguiriam manter o vínculo com a feira através de parcerias com transporte da Prefeitura ou através do Projeto, pois o transporte público requer dois dias para deslocamento ou 10 horas de carro, trajeto de ida e volta entre o território e a cidade de São Paulo.

A participação dos grupos nas feiras foi um exercício importante para compreender formas autogestionadas no processo de organização para comercialização coletiva, desde a montagem, dos processos de decisão, do caixa único e conferência das vendas. Os desafios logísticos, a referência na organização de mulheres através da economia solidária e a necessidade de obter uma renda, impulsionaram iniciativas de participação e criação de feiras locais.

O grupo de mulheres de Peruíbe (UMPES), inspirado na experiência de orga-

nização da AMESOL, iniciou em março de 2018, alianças locais (prefeitura, instituições e outras organizações formais e informais) para realização de uma feira das mulheres na economia solidária de Peruíbe. Elas elegeram o dia 8 de março, data que celebra internacionalmente a luta e conquista das mulheres, para realizar uma mostra com rodas de conversa sobre o tema da economia solidária, agroecologia e violência contra a mulher. A partir destas alianças, o grupo se mantém interagindo com as atividades de feiras e organizando ações que envolvem a autonomia das mulheres. Atualmente, as mulheres estão organizadas em uma feira semanal no centro da cidade de Peruíbe e uma vez por mês, são realizadas atividades de formação com as mulheres envolvidas.

A União de Agricultoras Agroecológica de Itaoca (UAAI) é composta por um grupo de mulheres de Itaoca e faz parte de uma associação mista de comercialização de produtos agrícolas. Esta associação, até meados de 2017, estava com contratos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e não teve a possibilidade de continuidade após cortes governamentais no orçamento do programa. No ano de 2018, o grupo iniciou a participação em uma feira local e tem garantido o escoamento de parte de sua produção. O grupo afirma que participar de feiras locais e outros eventos, permitiu entender a dinâmica de organização dos produtos, preços e qualidade. Este grupo produz essencialmente para o autoconsumo e a proposta de vender o excedente da produção faz parte do desafio. As mulheres têm se organizado para manter a relação nos bairros, onde encontram seus principais consumidores. A região é muito prejudicada no período das chuvas, e muitas/os agricultoras/es têm dificuldades de manter suas hortas. Parte do grupo de mulheres, através de algumas técnicas agroecológicas, como canteiros elevados e cobertura de superfície, tem conseguido manter uma produção mínima e comercializar parte dos produtos em um momento de escassa oferta. Atualmente, o grupo tem se aprimorado no processamento de folhas, raízes e frutas para vender na feira local com o objetivo de agregar valor e vislumbrando a venda de produtos perecíveis para outros circuitos de comercialização.

As agricultoras de Barra do Turvo, desde outubro de 2016, comercializam junto a uma rede solidária de comercialização e vem se consolidando através da atuação comprometida e responsável de consumidoras/es em São Paulo e da região metropolitana (Diadema, Santo André e Taboão da Serra) e acompanhamento técnico junto as agricultoras. O acompanhamento a essa rede é de aprendizado contínuo, desde a cidade até a organização das agricultoras e quilombolas nas roças e nos espaços mensais de reuniões de formação.

A diversificação dos mercados, logística das entregas, articulação da parceria com a prefeitura, precificação em comum, ajustes e combinados operacionais estão sempre em pauta. Atualmente, 34 mulheres compõem 6 grupos e 2 empreendimentos de quilombolas e/ou agricultoras familiares de Barra do Turvo. A maior parte das unidades de produção ainda não possuem certificação de orgânicos, o que nos impulsiona a construção de vínculos mais próximos com as/os consumidoras/es, através de relações de confiança e reciprocidade, e em seus

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

territórios, estando em grupos e realizando mutirões para que todas, de alguma forma, acompanhem as técnicas agroecológicas de produção das demais.

Há um excedente na produção de alimentos agroecológicos e agroflorestais, e estar em grupos é uma forma de organizar a comercialização e distribuição dos alimentos que, dessa forma, torna-se viável um frete mensal para São Paulo.

O grande corte no orçamento do PAA, programa responsável pelo escoamento e renda de muitas famílias de Barra do Turvo, forçaram mulheres e jovens a procurar outras formas de ganhar a vida nas cidades. A principal forma de escoamento de produtos era para o PAA, e poucas mulheres se dedicavam a fazer feiras locais ou em cidades vizinhas. As feiras na cidade de Barra do Turvo pouco valorizam ou diferenciam a produção agroecológica. Juntando a realidade de ampliar a comercialização ao desafio das distâncias para entregas em São Paulo, trouxe a necessidade de se pensar circuitos curtos.

Junto a companheiras atuantes no movimento da Economia Solidária, surge, no início de 2017, a iniciativa de formar um grupo de consumidores conscientes em Registro, que recebesse entregas, inicialmente, mensais das agricultoras de Barra do Turvo e de outros municípios próximos. A experiência das entregas de pedidos funcionaram por 3 meses, mas o trabalho operacional envolvido sobrecarregava o coletivo gestor de consumidoras/es que com o tempo foi se reformulando. Reforçando os vínculos dos/as agricultores/as da região com as consumidoras/es de Registro envolvidos desde o processo inicial de mobilização, em junho de 2018 se constituiu a Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro que, atualmente, conta com edições quinzenais e a participação de agricultores/as e artesãs de Registro, Pariquera-Açú, Eldorado, Cananéia e Barra do Turvo.

Apesar da cultura das feiras semanais em Registro, identificavam-se pouquíssimos agricultores que tinham produção orgânica ou de base agroecológica. As feiras aos sábados são espaços de convivência e de conscientização que tem se construído com o apoio de amigos e parceiros da região que realizam atividades, atrações musicais, incentivo à leitura e troca de livros, rodas de conversa temáticas com temas diversos (economia feminista, agrotóxicos, agroecologia), práticas corporais e terapêuticas. A feira tem ganhado visibilidade no município e vem participando de eventos, rodas de conversa e feiras no Serviço Social do Comércio (SESC) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Fazer feira foi uma prática que trouxe muitas reflexões para as agricultoras de Barra do Turvo. Nas reuniões mensais das representantes dos grupos de agricultoras, sempre surgem avaliações e desdobramentos do aprendizado cotidiano. As agricultoras de Barra do Turvo, apesar da "proximidade" de Registro ainda gastam, aproximadamente, 2 horas de carro e 4 horas de ônibus até o ponto das feiras. Contam com apoio de consumidoras/es para deslocamento da rodoviária até o ponto de comercialização quando se deslocam de ônibus, apoio com montagem das estruturas e bancadas para expor os alimentos e venda pós-feiras dos excedentes através das redes sociais. Fazem um revezamento entre grupos de agricultoras que se utiliza do transporte cedido através da parceria com a Prefeitura uma vez por mês.

Geralmente, as duplas de agricultoras se organizam para as feiras no dia anterior reunindo a produção das mulheres do grupo. Acordos e combinados são sempre reforçados, como por exemplo, levar pacotes de alimentos já pesados, levar troco, balança, preço dos alimentos anotados nos pacotes (para a companheira mesmo que de outro grupo auxilie na venda). Um dos avanços do último semestre foi pensar o planejamento das entregas de São Paulo e a participação nas feiras conjuntamente, fazer a comunicação direta com a Prefeitura das datas e com as consumidoras envolvidas nas feiras, tirando essa tarefa das técnicas de articulação ou intermediação. Através das datas tiradas com antecedência, as agricultoras passaram a se organizar de maneira autônoma e combinada para os dias que se deslocam de ônibus e dividindo os gastos de transporte com as demais companheiras. Alguns desafios que surgiram para a organização processual foram a precificação em comum a se combinar para as feiras de Registro e pensar formas de diminuir a utilização de plástico no transporte, assim como melhorar a exposição visual dos produtos nas bancas e a identidade visual dos produtos processados.

Dialogar sobre preço justo em sistemas agroecológicos de produção tão diversos é um grande desafio. As distâncias e tempos de percurso são muito diferentes entre os grupos de agricultoras, mesmo eles estando dentro de um mesmo município. Custos de produção, de deslocamento, o tempo contabilizado nas atividades que envolvem a gestão da comercialização nos grupos são desafios a lidar, bem como de superar a tendência de comparação com os preços de mercado que não falam sobre um valor real dos alimentos. Além de tudo, a pergunta, "para quem queremos comercializar?" é um questionamento que ecoa entre as agricultoras, para que os preços permitam a democratização do acesso, a todas, de alimentos sem veneno.

PROCESSOS DE ALIANÇA
INSERÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma dimensão importante na metodologia de fortalecimento das mulheres e seus empreendimentos solidários ao longo do projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres" foi favorecer processos de articulação e alianças com movimentos mistos e feministas. A aliança é construída em uma via de mão dupla. Por um lado, os movimentos de economia solidária e agroecológico podem enfrentar as desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens. Por outro, o movimento feminista pode aprender, com as reflexões e as práticas dos movimentos que constroem outras formas de fazer economia.

O Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES) é importante na vida da AMESOL, pois a Associação iniciou-se como um grupo de trabalho interno a ele. As mulheres de diversos empreendimentos sentiram a necessidade da auto-organização das mulheres da economia solidária, em particular, devido a pequena representação das mulheres nos espaços de direção do movimento e dos Fóruns, ainda que elas sejam o maior número nos pequenos empreendimentos. Esta percepção foi compartilhada com mulheres da economia solidária de outros estados, e processos semelhantes de auto-organização que se iniciaram no ano 2007 e na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em março de 2008, reafirmando ser um espaço próprio de auto-organização das mulheres, reconhecendo e valorizando a participação delas enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns municipais, estaduais, regionais e nacional. Ver mais sobre a história da AMESOL na Parte 2, Capítulo 2.

As mulheres mantiveram-se atuantes no Fórum, participando de suas reuniões organizativas, propondo atividades, intervindo nos diversos temas debatidos a partir de um recorte de gênero e cuidando pela paridade nas suas composições. Um exemplo é a atuação na Plenária Estadual de São Carlos, realizada em novembro de 2017, que se expressa em formulações no documento final: "A economia solidária como movimento que se preocupa com o bem viver, deve incluir os trabalhos e as ocupações das mulheres, e também suas particularidades na construção de relações econômicas, políticas, e também familiares, horizontais, respeitosas e democráticas, construindo um bem viver que abarque a todos e todas. A Economia Solidária deve se pautar na igualdade de gênero, no interior dos empreendimentos e nos espaços familiares de seus membros, em espaços de discussão e deliberação política, promovendo a justa divisão dos trabalhos de cuidado, o reconhecimento da história social das mulheres para o desenvolvimento de nosso país, em especial, das iniciativas locais e comunitárias".

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Outro momento importante foi a participação organizada na Audiência Pública Paul Singer sobre a Regulamentação da Lei de Economia Solidária do Estado de São Paulo nº 14.651, de 15/12/2011, que cria o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no estado de São Paulo (PEFES), que aconteceu no dia 20 de junho de 2018. As mulheres da AMESOL se reuniram para ler em conjunto o decreto antes de propor as seguintes alterações:

- A regulamentação do Banco do Povo Paulista, incluindo programas, planos e projetos que dialoguem com a realidade dos empreendimentos de Economia Solidária brasileiros;
- Referência a trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária que se relacionam ao sistema de saúde mental e sistema prisional;
- A explicitação das competências ligadas à educação profissionalizante de jovens e adultos e sua devida diferenciação com as competências das instâncias ligadas à economia solidária;
- A representação da sociedade civil no Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPE), sendo organizada por redes solidárias e não por entidades nominadas.

A AMESOL segue dialogando com o FOPES sobre o contexto atual, as novas relações de trabalho, o trabalho precário, ainda que regulado por tecnologias contemporâneas de informação e gestão, indústria 4.0 e a Reforma da Previdência, envolvendo parcerias com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A relação de parceira também acontece com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de São Paulo (ITCP-USP), desdobrando-se em debates, atividades de formação e de comercialização, com destaque para a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres do Butantã, na qual a AMESOL vem mantendo uma unidade de produtos alimentícios e unidade de produção artesanal. Esta experiência de comercialização conjunta tem contribuído para o conhecimento dos produtos de todas e trabalhar de forma autogestionada na sua comercialização.

A AMESOL e o Ponto de Cultura e Economia Solidária do Butantã vêm construindo uma sólida parceria desde o final de 2016, com diversas ações que contribuem para a visibilidade da AMESOL, principalmente na comercialização. O Ponto organiza e abriga fisicamente os empreendimentos Comedoria Quiririm, Orgânicos e Mudas do Ponto, Livraria Louca Sabedoria, Ybyatã e loja Pê a Biru. Desde 2017 abriga as feiras mensais de economia feminista e solidária protagonizadas pela AMESOL (ver mais no Capítulo 2, da Parte II). No âmbito desta parceria se estabeleceu o diálogo com o movimento da saúde mental, a população local, o movimento de mulheres e militantes de diversas causas. Várias integrantes da AMESOL aprofundaram seu envolvimento com o Ponto de Economia Solidária Butantã participando do seu Conselho Gestor,

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

do grupo de artesanato, da horta orgânica e principalmente da Loja Pé a Biru, onde vários de seus produtos são comercializados.

As mulheres da AMESOL, também participam da Escola de Economia Solidária, proposta do professor Paul Singer, que realiza aulas mensais sobre os diversos eixos e princípios da economia solidária, articulando o conhecimento teórico-acadêmico e dos movimentos sociais na construção do saber e da autogestão dos espaços de atuação de cada participante. Em junho de 2017, a aula inaugural foi realizada pelo professor Singer, sendo sua última conferência pública. A Escola envolve diversos atores e atrizes da Economia Solidária em São Paulo e no Brasil, e aponta para a necessidade permanente de aprofundar o conhecimento sobre o tema. Logo em seguida, aconteceram várias aulas e seminários como a Economia Feminista, Economia Solidária, Autogestão nos movimentos sociais, dialogando diretamente com as necessidades dos empreendimentos da AMESOL e do Ponto e suas relações com os movimentos sociais e o território. Essa Escola tem suas aulas/palestras mensais com professores/as e representantes dos movimentos sociais que tem como meta a construção da Autogestão. As aulas têm uma média de 80 participantes e são disponibilizadas em vídeo na plataforma *Youtube*, tendo uma média de 200 a 500 visualizações. A aula de Autogestão e a Saúde Mental, por exemplo, levantou a necessidade de mais diálogo entre os movimentos de economia solidária e a luta antimanicomial, pois boa parte do público desconhecia as possibilidades do trabalho que vem sendo desenvolvido no Ponto, sua parceria com as mulheres da AMESOL e a importância da Economia Solidária como instrumento de construção de geração de renda e autonomia econômica das mulheres.

A Articulação Nacional de Agroecologia é outro movimento aliado das mulheres envolvidas no projeto. Dentre as agricultoras do Vale do Ribeira que são acompanhadas pelo Projeto, 27 realizaram anotações sistemáticas na Caderneta Agroecológica. A Caderneta Agroecológica é um instrumento que dá visibilidade ao trabalho feito pelas mulheres nos quintais e roças, e ajuda a promover sua autonomia. Trata-se de um caderno simples, com quatro colunas que organizam as informações sobre o destino da produção, o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido.

A proposta de registro, sistematização dos dados e análise foi feita pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e envolveu 299 agricultoras de 16 estados da federação, abrangendo 4 regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Representantes dos grupos de agricultoras do Vale do Ribeira participaram de seminários nacionais onde contribuíram com a análise da informação, que demonstrou a importância econômica da produção sob sua responsabilidade que não é vendida, e mesmo da produção que é vendida em pequenas quantidades e circuitos curtos. O registro nas Cadernetas demonstrou a variedade de produtos e a contribuição das mulheres para a segurança alimentar de suas famílias e comunidades.

O sentimento de fazer parte de um movimento de caráter nacional se deu de forma bastante forte durante o IV Encontro

Nacional de Agroecologia (ENA), que aconteceu em junho de 2018, em Belo Horizonte/MG. Durante o ENA, as agricultoras assumiram responsabilidades na plenária de mulheres, plenária quilombola, seminário sobre construção conjunta do conhecimento e da feira agroecológica. A participação de representantes da AMESOL na delegação paulista reforçou os vínculos entre o campo e a cidade e, ainda possibilitou ensaios de uma cadeia produtiva, com produtoras de cosméticos naturais e artesãs acessando ervas, fibras e sementes, diretamente das agricultoras.

Em relação ao movimento feminista, destaca-se o envolvimento na Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres da economia solidária, anteriormente a AMESOL, foram incorporadas às ações da Marcha Mundial das Mulheres, na formação, nas ações de rua, mobilização, etc. Com a formação da AMESOL em 2013, fazer parte do movimento feminista foi um desdobramento que se consolidou e se expressou em diversos momentos, seja na presença das mulheres da AMESOL nas atividades da Marcha (9ª encontro internacional, 3ª e 4ª ação global, Marcha das Margaridas), seja nas mulheres da Marcha reforçando a importância da economia solidária como uma estratégia que coloca na prática, outra forma de fazer economia.

Com a realização das feiras e dos cursos, o fluxo de relações e o sentimento de pertencimento se intensificaram. As mulheres da Marcha foram convidadas a contribuir na formação e rodas de conversa das feiras, as mulheres da AMESOL atendendo aos chamados de mobilização da Marcha, ou ainda as mulheres da Marcha se voluntariando para ajudar nas feiras, ao mesmo tempo em que os grupos de economia solidária passaram a ser mais solicitados a prestar seus serviços e produtos na costura, artesanato ou alimentação, dentre outras coisas.

Esse pertencimento e identificação da Marcha como um movimento que discute o feminismo desde a realidade das mulheres populares, ficou muito marcado no debate da construção da logomarca da AMESOL, quando todas aderiram a ideia que no *lettering* o M da abreviação AMESOL fosse o mesmo M usando na logomarca da Marcha Mundial das Mulheres. A AMESOL incorporou às feiras um espaço onde as camisetas da Marcha são comercializadas, o que marca nitidamente esse pertencimento ao movimento feminista.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA "PESQUISA-AÇÃO"

Neste projeto, consideramos a pesquisa como uma das ações que busca contribuir para a autonomia econômica das mulheres, junto com as atividades de comercialização, formação, inserção política e construção de movimentos aqui apresentadas. Tivemos como campo privilegiado de investigação, interlocução e reflexão a AMESOL; as lógicas dos seus empreendimentos; história das mulheres que a compõem e, a relação com o território na qual está inserida, a Região Metropolitana de São Paulo.

A produção de conhecimentos perpassou, primeiramente, coletar os depoimentos de mulheres empreendedoras sobre suas condições atuais de trabalho e de vida; sua trajetória pessoal, familiar, de trabalho e política; e suas aspirações e oportunidades. Passou logo por conectar esses depoimentos uns com os outros, destacando suas determinações sociais comuns, e investigar os espaços de ação coletiva, principalmente, no nível dos empreendimentos e da AMESOL. Por último, colocamos estas observações em perspectiva, fazendo uso de dados de contexto mais amplos, fornecidos pela coleta de documentos e por entrevistas com informantes chave, incluindo, membros da equipe do projeto.

Para integrarem-se à ação, esses conhecimentos foram compartilhados, de forma oral ou escrita, com as mulheres da AMESOL, com a equipe do projeto à medida que avançava. Este processo de retroalimentação da pesquisa foi importante para levantar algumas questões e para orientar o processo da pesquisa, como veremos à frente. Esta publicação é, portanto, uma forma importante, mas não única, de comunicar os resultados desta pesquisa e de tentar articular a pesquisa com a ação.

Esta postura epistemológica particular tem um conjunto de consequências na concepção e organização prática da pesquisa-ação que apresentamos à frente.

1. Espaços de comunicação entre a equipe de pesquisa, as mulheres empreendedoras e a equipe do projeto voltada a outros tipos de ações (comercialização, formação, inserção política e construção de movimentos) devem ser criados em diferentes níveis. Para isso, tivemos de imaginar, experimentar e, por vezes, ajustar as nossas propostas iniciais. Finalmente, usamos três principais espaços:

- Espaços de comunicação com todas as mulheres da AMESOL e a equipe do projeto em momentos chave: no início da pesquisa (novembro de 2017 e janeiro de 2018); durante um seminário para apresentar e discutir os primeiros resultados da pesquisa na UFSCar (setembro de 2018); na apresentação dos resultados consolidados, discussão e acordos para esta publicação (janeiro

e fevereiro de 2019). A apresentação oral dos primeiros resultados sublinhou a importância de considerar o envolvimento das mulheres na economia solidária, em estreita ligação com as suas condições familiares e de trabalho doméstico e apontou para a necessidade de identificar melhor o lugar e as formas de autogestão, dentro da AMESOL e da sua feira mensal, em particular. A apresentação dos resultados do fim do projeto (na forma de uma primeira versão deste texto) suscitou reações sobre a tomada de consciência do alcance das atividades da AMESOL e sobre os pontos comuns entre as experiências e trajetórias de vida das empreendedoras. Várias mulheres expressaram que tinham "se reconhecido na fala da companheira", incluindo aquelas que só conheciam superficialmente, e que tinham aumentado a sua consciência dos seus obstáculos comuns (como mulheres ou mulheres negras, da periferia) e das possibilidades de construção conjunta. Esta devolutiva proporcionou a oportunidade para muitas reações sobre a transcrição literal das citações (ver Parte II). As reações destacaram a importância de incluir estes trechos que refletem fielmente a forma de falar de cada uma e, através disso, permitem perceber o lugar de fala das empreendedoras, como mulheres da periferia. Neste sentido, sempre que for possível identificar as citações, as empreendedoras da AMESOL afirmaram sua decisão de "assiná-las" com seu nome e o nome do empreendimento em vez de os anonimizá-las. Ao mesmo tempo, as reações mostraram uma preocupação pelos "vícios de linguagem" que aparecem nas falas (como a repetição do "tá?" ou do "né?") que poderia, de certa forma, desacreditá-las. Conversamos sobre o fato destes vícios aparecerem em qualquer entrevista e fizemos uns ajustes mínimos nas citações.

- Espaços de comunicação regulares dentro de um Comitê de pesquisa, composto pela equipe de pesquisa, três empreendedoras e as duas educadoras da SOF envolvidas no acompanhamento das outras ações do projeto com a AMESOL. Este espaço funcionou com base em quatro reuniões presenciais durante 2018 e numerosos intercâmbios dentro do grupo *Whatsapp*. O Comitê teve várias funções. Por um lado, possibilitou a discussão de algumas questões que surgiram durante a pesquisa. Uma delas foi a importância e a abrangência das práticas solidárias desenvolvidas pelas mulheres para além das fronteiras estritas dos seus empreendimentos e a possibilidade de um alargamento da noção de empreendimento de economia solidária (ver Capítulo 1, da Parte II). Estes debates permitiram que estas questões amadurecessem e guiassem a continuação da pesquisa. Por outro lado, o Comitê de pesquisa atuou como um espaço operacional de tomada de decisão para questões relacionadas à condução da pesquisa, como a possibilidade de realizar entrevistas filmadas com as produtoras durante a feira da AMESOL ou de mini-entrevistas (chamadas "conversas") com o público da feira.

- Espaços de convivência criados pela participação da equipe de pesquisa em outras atividades da AMESOL, como oportunidade não só para observar e compreender essas atividades, mas também, para compartilhar, em tempo real, os resultados intermediários e as questões levantadas pela pesquisa. As sessões de formação com as

mulheres da AMESOL e algumas reuniões da Associação constituíram uma oportunidade para que a equipe de pesquisa contribuísse sobre questões relacionadas às práticas solidárias das empreendedoras, as condições materiais (distâncias, tempo e custo de transporte) para o desenvolvimento de ações coletivas (produção, comercialização, reuniões) na escala da Grande São Paulo e os entendimentos da AMESOL em relação à sua formalização como associação. Três oficinas temáticas (duas de cartografia e uma de comunicação) possibilitaram a produção coletiva de conhecimentos (elaboração de mapas, ver Parte II, Capítulo III, e elaboração de textos de apresentação dos empreendimentos da AMESOL para uso nas redes sociais).

- O envolvimento de mulheres da AMESOL na pesquisa de campo foi inicialmente proposto pelo Comitê de pesquisa como uma forma de quebrar a "divisão social do conhecimento" e de facilitar a aproximação da equipe de pesquisa com a realidade das empreendedoras. Esta proposta não pôde ser realizada, principalmente, por causa da falta de tempo das mulheres da AMESOL, que já combinam trabalho produtivo, doméstico, engajamento comunitário e político, e ainda mais pelo fato da pesquisa de campo exigir longas viagens aos locais de produção dos empreendimentos na Grande São Paulo.

2. A pesquisa deve estar localizada em **todas as esferas da vida** que determinam as condições para a construção da autonomia econômica das mulheres. Do ponto de vista da economia feminista, consideramos que a autonomia econômica depende de um vasto conjunto de condições e relações sociais, ligadas não só ao âmbito da produção para o mercado e a geração de renda, mas também, à esfera da família e do trabalho doméstico, à posição frente ao Estado e às condições de integração nas políticas públicas, à posição na sociedade em geral e no espaço público em particular (movimentos sociais e outros espaços de engajamento e de politização). A investigação das condições para uma maior autonomia econômica das mulheres exigiu, portanto, que fossem recolhidos depoimentos e observações em todas estas esferas, utilizando uma abordagem holística que procura vincular o trabalho das mulheres nos empreendimentos com os outros espaços em que elas estão inseridas. Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida em torno de três grupos de questões e de três níveis inter-relacionados:

a. Espaço da família e dos empreendimentos. Neste nível, a pesquisa foi guiada pelas seguintes perguntas, que se desdobraram em roteiros de entrevista específicos: Qual é a nossa realidade, como mulheres urbanas, engajadas na economia solidária e feminista? Quais são os nossos pontos em comum a partir das nossas histórias de trabalho, familiares e de engajamento político? E as nossas diferenças? Quais as nossas alianças?

b. Espaços coletivos dos empreendimentos e da AMESOL. Aqui tencionamos responder às seguintes perguntas: Como nossos empreendimentos se inserem no espaço local e se articulam uns com outros na compra de matéria prima, comercialização ou outro? Como podemos ampliar ou melhorar estas ligações?

c. O espaço mais amplo dos territórios e dos espaços urbanos nos quais as mulhe-

res estão inseridas. Aqui as perguntas foram: Quais são os espaços da cidade que nós, mulheres, usamos para dar conta das nossas responsabilidades (empreendimento, AMESOL, movimento, família)? Como usamos estes espaços (tempo, custo e condições de transporte, em particular segurança)? Como são os nossos tempos? Por que é assim? O que queremos mudar e como fazê-lo?

3. A pesquisa-ação precisa **se aproximar ao máximo das experiências vividas pelas mulheres**. Este objetivo, obviamente, continua e continuará sendo um desafio. Adotamos alguns princípios para nos aproximar dele.

- As perguntas feitas às empreendedoras (ou outras pessoas) no âmbito da pesquisa devem acontecer em momentos ou espaços o mais próximo possível destas perguntas, para facilitar a aproximação. Desta forma, quando fomos investigar sobre as trajetórias individuais e a história das mulheres nos empreendimentos e movimentos de economia solidária e feminista, fizemos entrevistas de profundidade nos próprios empreendimentos, que na maioria dos casos eram também suas residências. Quando pesquisamos sobre a AMESOL, organizamos breves entrevistas na feira da AMESOL ou durante as sessões de formação onde se debatia a organização da associação. As "conversas" com as produtoras e o público sobre a construção do espaço de comercialização aconteceram durante a feira da AMESOL.

- Os instrumentos de pesquisa são principalmente qualitativos e aplicados de forma flexível, para permitir a expressão da lógica própria da pessoa entrevistada. Estes instrumentos consistiram, dependendo do tema e da situação, em entrevistas semiestruturadas e aprofundadas, em breves depoimentos ou "conversas" informais em torno de perguntas simples. O registro de observações, particularmente, durante as formações e as reuniões, bem como a coleta do material produzido durante as oficinas (como os mapas), completaram o corpus empírico da pesquisa.

- Sempre que possível, os depoimentos são gravados, transcritos na íntegra e depois codificados utilizando conceitos "ancorados" que podem ser ajustados à medida que avança a análise. O texto final dá importância às citações literais (ver acima).

4. A formulação das perguntas de investigação são orientadas **para as condições de mudança social**, neste caso, a construção da autonomia econômica das mulheres (ver item 2, acima). O objetivo da pesquisa-ação é apoiar o processo de mudança social, produzindo conhecimentos sobre e para essa dinâmica de transformação. Por conseguinte, é diferente de outros tipos de pesquisa, que tem como prioridade produzir um diagnóstico de uma situação dada, e não investigar as possibilidades de transformação desta situação. Em outras palavras, as questões colocadas aqui se centram nas condições de mudança, mais do que nas características de uma situação estática. Assim, embora coloquemos as relações de gênero e de poder no centro da nossa análise, concentramo-nos, deliberadamente, na possibilidade de transformar estas relações, mais do que nos fatores de bloqueio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF, 2014.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

PARTE II

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: A EXPERIÊNCIA DA AMESOL

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Com base nos princípios metodológicos e epistemológicos propostos na Parte I, esta segunda parte apresenta a experiência das mulheres AMESOL na construção de uma economia solidária e feminista. Nossa apresentação se sustenta no princípio de que essa construção vai além do nível dos empreendimentos e da AMESOL, para abranger a trajetória mais ampla das mulheres em relação às suas relações familiares, sua experiência prévia de trabalho remunerado e não remunerado, sua integração em seus territórios de vida e de trabalho na Grande São Paulo e sua participação em diferentes espaços, em particular, de engajamento social e político. Neste sentido, esta parte está organizada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, "Mulheres empreendendo", apresentamos as práticas e lógicas de ação das mulheres nos empreendimentos que compõem a AMESOL, a sua trajetória pessoal e de engajamento na economia solidária e feminista. Esse capítulo é formado por três seções:

1. "Autonomia econômica e solidariedade: lógicas dos empreendimentos de mulheres" analisa o quê, onde e como os empreendimentos da AMESOL produzem e vendem seus produtos e como os princípios da economia solidária são colocados em prática neste âmbito.
2. "Participação na economia solidária e feminista: um olhar desde as histórias das mulheres da AMESOL" situa a participação das mulheres nos empreendimentos dentro das suas trajetórias pessoais e familiares, laborais e de engajamento político, buscando coletar histórias individuais de forma a destacar seus determinantes sociais comuns.
3. Considerando que a economia solidária é, ao mesmo tempo, uma prática empreendedora e um projeto político, a terceira seção, "Formas de engajamento e a construção de sujeitos políticos", apresenta os processos e espaços de politização das mulheres da AMESOL.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

No segundo capítulo, "Mulheres se organizando", olhamos com maior profundidade para o coletivo da AMESOL. Esse capítulo consiste em três seções:

1. "A história da AMESOL: mobilização, políticas públicas e o fazer cotidiano" apresenta a história da associação, sua dinâmica de funcionamento e o sentido que ele tem para a construção da autonomia das mulheres.
2. "Construindo mercados e espaços públicos: a Feira da AMESOL" detalha o processo de construção comum experienciado na organização das feiras mensais de economia feminista e solidária. Ele foi o principal espaço onde a AMESOL se fez presente, ao longo deste projeto.
3. "Empreendendo desde a periferia: desafios para as mulheres" aborda a dimensão territorial da construção da AMESOL, considerando as condições de mobilidade das empreendedoras na metrópole de São Paulo, em particular, através dos tempos e dos custos de transporte envolvidos.

A conclusão geral desta parte apresenta desafios, prospecções e desejos das mulheres da AMESOL, no âmbito do fortalecimento dos empreendimentos, da organização coletiva, da relação com as políticas públicas e do sentido social e político da Associação.

Esta seção é baseada em dados de campo coletados durante o ano de 2018 durante visitas, entrevistas, conversas, observações em reuniões ou sessões de formação, e em oficinas específicas. A construção precisa desses dados é apresentada no início de cada capítulo.

Nossa equipe de pesquisa foi formada por pesquisadoras da UFSCar e do Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD). Para a seção da cartografia, contamos com a colaboração de uma professora da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP).

MULHERES EMPREENDENDO

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

Para compreender como e em quais condições as mulheres da AMESOL constroem sua autonomia, pensando, sobretudo, na participação e engajamento delas na Economia Solidária e Feminista, fomos conhecer seus empreendimentos, os locais e processos de produção e comercialização. Partimos da ideia, porém, que essa investigação não poderia perpassar apenas o âmbito dos empreendimentos aos quais elas fazem parte, ou as articulações políticas em torno do engajamento e projetos de economia solidária ou economia feminista. Antes de tudo, nos propusemos entender qual a realidade dessas mulheres, suas trajetórias de vida, onde elas moram e a relação que têm com a cidade, as relações familiares e passagem pelo mercado de trabalho.

Para reunir essas informações, fizemos, entre março e setembro 2018, 15 entrevistas de profundidade, de cerca de 2 horas, cada uma em um lugar diferente da Grande São Paulo. Visitamos o local de produção, que em muitos casos acontece dentro de casa, onde apreendemos o sentido que as mulheres atribuem à suas histórias de vida e processos que envolvem o empreendimento.

Nessas conversas, focamos no funcionamento dos empreendimentos, na passagem das mulheres pelo mercado de trabalho, nas dinâmicas de cuidado da casa e familiares, e também sobre a existência ou não de formas de engajamento político de cada uma delas. Visitar o lugar de produção e/ou a casa delas permitiu acessar temas mais íntimos e falar com maior liberdade sobre a história de cada uma.

A seguir, apresentamos essas reflexões. Inicialmente, com uma parte sobre o funcionamento dos empreendimentos que compõem a AMESOL, para depois explorar as histórias de vida das mulheres, procurando entender como estas histórias forjaram sua participação nos empreendimentos. Por fim, apresentamos reflexões sobre o engajamento político dessas mulheres, e percebemos que a participação delas nos empreendimentos vai muito além do que poderíamos entender, se nosso olhar estivesse unicamente regulado sob o prisma da dimensão econômica.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

AUTONOMIA ECONÔMICA E SOLIDARIEDADE

LÓGICAS DOS EMPREENDIMENTOS DE MULHERES

O que os empreendimentos da AMESOL produzem? Onde e como produzem? Onde e como os empreendimentos vendem seus produtos e como os transportam? Como os princípios discutidos na AMESOL da economia solidária (gestão democrática, igualdade) e feminista (valorização do trabalho das mulheres, divisão justa do trabalho doméstico) são colocados em prática? Quais são os pontos comuns, mas também, as diferenças entre os empreendimentos da AMESOL? Quais são, finalmente, as condições para que estes empreendimentos contribuam para a autonomia financeira e pessoal das mulheres? Estas são as principais perguntas que guiaram as nossas conversas com empreendedoras da AMESOL e que relatamos aqui.

O SENTIDO DOS PRODUTOS

Bonecas negras de todos os tamanhos, inclusive algumas miniaturas apresentadas dentro de garrafas recicladas de leite de coco; cosméticos naturais que cuidam de você sem que você saiba; alimentos saudáveis; bolsas montadas em caixinhas de leite recicladas; mochilas exclusivas feitas com tecido de tapeçaria recuperado, sem couro ou peças de plástico; roupas "fora da modinha" e peças *plus size*; jogos educativos de matemática e de português; marcadores de páginas na forma de personagens literários, cada um com uma citação do autor. E muitos outros: produtos "feitos com amor, agradecendo bastante" (Teresinha, Arte em Prata); produtos que mostram que para a maioria das mulheres da AMESOL "não tem sentido hoje fazer algo que não é cuidar das pessoas ou fazer algo pra uma sociedade mais justa, ou fazer algo pra uma mudança de perspectiva dentro das pessoas, dentro do mundo" (Vanessa, Aiyra da Terra).

Os empreendimentos da AMESOL distinguem-se, em primeiro lugar, pelo sentido de seus produtos e pelo que esses revelam da vida e da visão de mundo das suas

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

produtoras. Onde a sociedade de mercado gera resíduos, a economia solidária recupera e recicla; onde a sociedade de mercado fere ou adoece, a economia solidária e feminista pretende cuidar das pessoas e da natureza; onde o sistema patriarcal desvaloriza e perpetua a violência contra as mulheres, a economia feminista encoraja a criatividade e procura restaurar a dignidade; onde o acesso às mercadorias define o status social, a economia solidária feminista valoriza a produção das mulheres, a cultura negra, da periferia.

Os produtos da AMESOL refletem as trajetórias das mulheres, onde as oportunidades de formação, as experiências de trabalho, os saberes familiares, os encontros e as inspirações se misturam. Por exemplo, empreendimentos de preparação de alimentos que recuperam as tradições culinárias da família, um empreendimento de cosméticos naturais criado por mulheres formadas em biologia e farmácia, marcadores de página literários feitos por uma ex-professora de português, joias de prata feitas pela viúva de um ourives. Os produtos também refletem os cursos de formação técnica – costura, tecelagem, artesanato, preparação de alimentos – dirigidos a mulheres no âmbito de políticas públicas, de projetos sociais ou de inserção produtiva.

No entanto, os produtos mostram certas limitações. Concentram-se em setores de atividades considerados como femininos, como a alimentação e o artesanato, e por isso, menos remunerados. Quando as mulheres tentam se apropriar de outras técnicas e outros produtos, enfrentam resistências, por exemplo, no setor da joalheria. Também experimentam limites no acesso à formação: "Nós fazemos peças parcial de crochê. Porque biquíni, roupa, nós não fazemos, porque nós não sabe , também, nós não aprendeu" (Liliane, Roda de Crochê). Em alguns casos, limitação no acesso ao conhecimento, mas também, e acima de tudo, limites impostos pelas condições de produção, armazenamento e transporte, pois os produtos devem ser pequenos, leves e resistentes para serem transportados em bolsas, malas e carrinhos de mão nos ônibus, metrôs e trens das oficinas ou das casas das produtoras – da Zona Sul, Santo André, São Bernardo, Zona Leste, Osasco e Zona Oeste – até as feiras e demais locais de venda no centro ou em outras regiões da cidade de São Paulo.

ESPAÇOS DE VIDA, ESPAÇOS DE PRODUÇÃO

Um simples cantinho de um cômodo da casa; uma sala inteira dentro ou fora da casa; um ateliê emprestado ou alugado por uma amiga, uma colega ou um professor; um espaço no âmbito de um programa público ou de um projeto social, esses são os

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

locais de produção das mulheres da AMESOL, que são diversos e determinam em grande parte a organização do trabalho não só no empreendimento, mas também, dentro da família.

Nos últimos anos, as políticas públicas de economia solidária foram enfraquecidas, em nível federal, pela redução da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desde 2016 e, em nível local, pelas mudanças de gestão política. As políticas municipais de economia solidária em São Paulo, bem como em Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, foram interrompidas ou reorientadas para formas mais individuais de empreendedorismo social. Incubadoras municipais de economia solidária, como a do Cambuci em São Paulo, ou espaços de articulação da rede de Saúde Mental e Economia Solidária, como o Centro de convivência e cooperativa do Parque Raul Seixas, na Zona Leste, onde vários empreendimentos da AMESOL se reuniam para produzir, fecharam. Além disso, o declínio nas vendas, sob o efeito da "crise" econômica e política, principalmente, a partir de 2016, provocou dificuldades financeiras nos empreendimentos, às vezes, forçando-os a fechar seu local de produção ou a deslocá-lo para a casa, a fim de reduzir os custos de transporte. Neste contexto, algumas mulheres foram pressionadas por seus maridos a voltar para casa para cuidar do trabalho doméstico e dos filhos.

Se alguns empreendimentos ainda mantêm um lugar de produção coletivo, e até mesmo conseguiram adquirir um lugar próprio, como é o caso da cooperativa de costura Retros Vest (veja a seguir), muitos estão hoje instalados dentro das casas. Por um lado, trabalhar em casa, o mais próximo possível dos filhos, ajuda na conciliação da produção e do trabalho doméstico. Neste sentido, mulheres resistem à pressão do marido para mudar seu ateliê do interior da casa para outros espaços: "Aí a gente tem uma luta, porque ele assim, 'vou levar tudo suas máquinas lá pra baixo', aí eu falo assim, 'não vai'. Porque aqui... aqui em cima, né, eu costuro, eu faço a comida, cuido das crianças, faço tudo. Então, se eu for fazer lá embaixo, eu vou ter que ter um horário, vou ter que reorganizar todo meu cotidiano de novo" (Eliana, Zuca Artes). A localização dentro da casa, também facilita a participação de membros da família, que têm outro trabalho ou emprego, e se dedicam ao empreendimento à noite ou nos fins de semana.

Por outro lado, a dificuldade de organizar o trabalho em casa e o risco de precarização faz com que o maior sonho de muitas empreendedoras seja justamente "ter um espaço que não seja minha casa" (Camila, Zuca Artes). Algumas ocupam um quarto reservado, outras um simples recanto, o próprio quarto ou a varanda, ou acessam os espaços comuns da casa, como a cozinha, quando o resto da família não está lá e que elas não têm responsabilidade de cuidado, geralmente, nas madrugadas ou à noite. Ou então, ocupam-se do trabalho no empreendimento ao longo da semana, deixando para os finais de semana o trabalho pesado da casa. Muitas empreendedoras que trabalham em casa lutam contra "a bagunça" e se esforçam por separar, no espaço, no tempo e nos fluxos de dinheiro, a "vida do empreendimento" daquela da casa. "Porque no começo era muito... minha irmã

trazia a minha sobrinha pra cá, e aí minha sobrinha ficava aqui, eu tinha que trabalhar, então começou a ficar muito mais... era tudo muito misturado. Quando a gente começou a definir, assim, tal dia eu posso, tal dia, não, então... por exemplo, hoje é um dia que eu sei que ela não vai precisar de mim, porque de segunda-feira meu cunhado tá de folga" (Fernanda, Malungo Arte).

Sobretudo, separar o trabalho do empreendimento e o trabalho da casa é necessário para não ser cobrada pelo trabalho doméstico. Uma mulher obrigada a fechar seu ateliê por dificuldades financeiras, e a instalar-se em um quarto da casa, observa o quanto difícil é limitar as demandas domésticas e ter seu trabalho reconhecido. "Quando você tá fora você tem mais respeito (...) Antes, chegava aqui [em casa], ele [o marido] me ajudava a fazer o serviço, e tal. Agora, eu aqui dentro de casa, parece que eu não tô trabalhando, ele chega e fala 'E aí? Não lavou a louça?' Ele não pensa que eu tava cheia de serviço. (...) Minha mãe ficou doente essa semana, minhas irmãs trabalham registradas, que elas são professoras, trabalham na prefeitura, as minhas irmãs falaram: 'Tânia, você tem que vir ficar com a mãe'. Por quê? Porque eu não trabalho!" (Tânia, Cirandarte).

Como veremos no seguinte capítulo, trabalhar fora de casa, mas também participar de espaços de formação feminista, como da AMESOL, onde a divisão sexual do trabalho é discutida, ajuda as mulheres a se conscientizarem dessas desigualdades e a renegociar as relações de gênero dentro da família, no sentido de uma participação de todos no trabalho doméstico.

SOLIDARIEDADE EM FLUXO

Uma questão recorrente nas conversas dentro da AMESOL é a prática da economia solidária. O que ela significa concretamente para empreendimentos das mulheres na periferia da Grande São Paulo? Diante da redução das políticas de economia solidária e das vendas de muitos empreendimentos, da pressão do trabalho doméstico e das distâncias na grande cidade, são poucos os empreendimentos que correspondem ao modelo de organização coletiva e suprafamiliar da associação, da cooperativa ou do grupo de produção, considerado no Sistema de Informação em Economia Solidária[3]. No entanto, isto não significa que os empreendimentos da AMESOL não pratiquem a solidariedade, mas que ela pode assumir outras formas, por exemplo, na troca de ideias, informações ou materiais para a produção e/ou a comercialização, que são, por vezes, mais difíceis de observar. A AMESOL, em primeiro lugar, constitui um espaço coletivo de formação e de comercialização solidária para suas associadas (ver Capítulo II). Além disso, existem múltiplas relações de parceria e práticas de autoajuda, que muitas vezes ocorrem fora de qualquer organização formal. Assim, é comum que as mulheres da AMESOL acessem matérias-primas através de parceiras/os que guardam materiais recicláveis como caixas de leite, garrafas ou retalhos de tecido. Outras participam de compras coletivas através de grupos do *Whatsapp*, que não tem uma forma legal, mas que lhes permite comprar matérias-primas de qualidade como óleos essenciais e obter um desconto. As mulheres, também trocam saberes e ideias de produtos, ensinam

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

suas técnicas umas a outras, acessam juntas projetos de apoio, espaços de formação ou de divulgação dos seus produtos por meio da AMESOL ou de outros coletivos ligados à economia solidária, ao feminismo, bem como ao movimento negro, de moradia, de saúde mental. Alguns empreendimentos recebem a ajuda de amigos ou parceiros desses movimentos para a divulgação de seus produtos, seja de boca em boca ou nas redes sociais. Amigos e familiares, também ajudam no transporte e na produção nos momentos de pico.

Estas relações de parceria e práticas de solidariedade são essenciais para os empreendimentos da AMESOL. "Se não fosse essas parceiras que eu tenho, acho que eu já tinha quebrado" (Bel Bernardes). Embora alguns empreendimentos sejam, formalmente, microempresas individuais (MEI), seu funcionamento real é baseado em práticas de ajuda e de parceria: "Eu já tenho parceiros, que não necessariamente trabalham comigo, mas que me ajudam muito. O Malungo não sou só eu, por mais que eu esteja na produção" (Fernanda, Malungo Artes).

Este funcionamento distingue os empreendimentos da AMESOL das microempresas individuais convencionais. As parcerias e a ajuda de membros da família, que existem em geral, se multiplicam no caso da economia solidária e feminista através das redes de contatos que nascem destes movimentos. Assim, os parceiros dos empreendimentos não são apenas os familiares das produtoras, mas também novas pessoas que encontram nos espaços da economia solidária e do movimento feminista e com quem compartilham valores e estabelecem relações de confiança. Uma microempresária individual, cuja irmã faz parte da AMESOL, observa que primeiro achou que sua irmã empreendia "por necessidade"; logo percebeu a importância de sua participação em vários coletivos e concluiu que a irmã empreendia "por oportunidade de abraçar a ideia da solidariedade". De forma similar, uma empreendedora da AMESOL conta a descrença de uma produtora em uma feira quando ela e sua sócia compartilharam, gratuitamente, ideias para divulgar seu produto, simplesmente porque o acharam "incrível" (Fernanda, Malungo Arte).

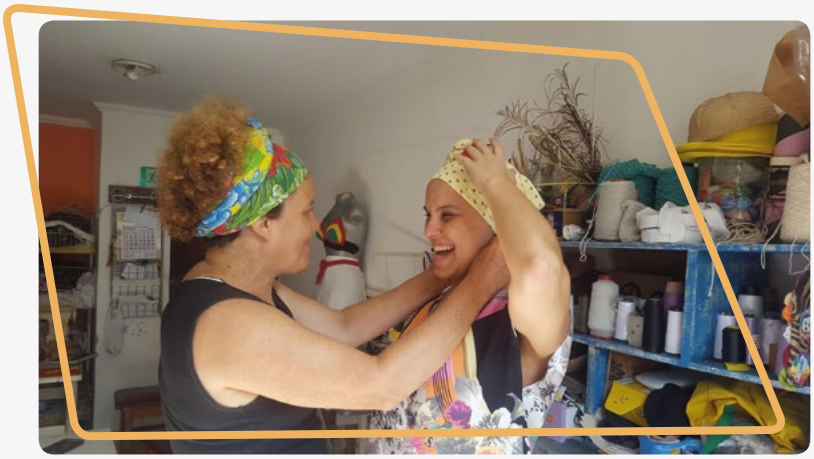
As mulheres da AMESOL desenvolvem uma subjetividade baseada na solidariedade e na valorização do trabalho, que as distingue dos microempreendedores individuais, ainda que, em face de um ambiente econômico e político incerto, as relações de solidariedade tendam a ser mais fluidas e menos estruturadas. As novas tecnologias e as redes sociais facilitam e até estimulam esse novo tipo de relação, como grupos de compra coletiva pelo *Whatsapp*. As novas tecnologias ajudam a acompanhar o ritmo acelerado de contatos e oportunidades, e a atender certas necessidades (comprar matéria-pri-

ma, vender produtos) sem que seja preciso se encontrar pessoalmente, o que muitas vezes é impossível na Grande São Paulo.

No entanto, esse tipo de relação também pode ser frágil quando confrontada a situações de estresse. Quando, em janeiro de 2018, a Incubadora Pública de Economia Solidária do Cambuci fechou, as 12 mulheres da cooperativa de costura Retros Vest que frequentavam as aulas e produziam nas instalações, foram brutalmente colocadas na rua. Retros Vest é um dos poucos empreendimentos que formou uma cooperativa de produção, como resultado de um longo processo iniciado em dois projetos da Prefeitura Municipal de São Paulo. As sócias expressam que a formalização como cooperativa foi um elo fundamental para que o grupo permanecesse unido em busca de estruturar um novo espaço, o que finalmente conseguiram em julho de 2018, pois "Se não tivesse feito a... como é? O registro da empresa [formalização como cooperativa], eu acho que todo mundo corre, a maioria tinha desistido". Estruturas coletivas, como as cooperativas de produção, são lentas e difíceis de implementar, e muitas vezes, resultam da intervenção de agentes externos cuja visão nem sempre é apropriada pelas trabalhadoras, no entanto, constituem uma proteção que pode ser decisiva em momentos críticos.

AGENCIANDO PARCERIAS: SOLIDARIEDADE E PROJETOS SOCIAIS

Uma das características dos empreendimentos da AMESOL, provavelmente, acentuada pelas condições econômicas difíceis e incertas dos últimos anos, é a sua participação num vasto conjunto de políticas e projetos sociais. São programas de economia solidária, mas também, outras políticas, como a assistência social, a rede de atenção psicossocial ou o apoio a mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade; projetos de ONGs, promovendo a economia solidária ou alguns objetivos sociais, como a atenção a mulheres carentes, a inclusão social ou racial; redes comunitárias ligadas a igrejas; ou ainda, projetos de empreendedorismo social, que promovem formas de "negócios inclusivos", a partir da canalização de recursos do setor privado por grandes empresas[4]. Esse conjunto de projetos sociais nem sempre é fácil de entender. Por um lado, existem diferenças ideológicas, às vezes sutis, entre eles. Por outro lado, coletivos de mulheres são formados por meio destes projetos, que às



◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

vezes se sobrepõem e outras vezes se desfazem. Pitadas de Sol, por exemplo, é um empreendimento da AMESOL que reúne 8 membros individuais, um empreendimento familiar e um empreendimento coletivo, que passaram por atividades do Consulado da Mulher, posteriormente, sendo apoiadas pela ONG Atados. As mulheres se perguntam: em que qualidade pessoal ou coletiva e, neste caso, de que nível participam da AMESOL? A natureza das relações nos diferentes projetos e coletivos, onde a "solidariedade" às vezes se refere à assistência ou ao patrocínio, preocupa: "E agora, nós estamos sendo mediadas, ajudadas pelo grupo de mentoras, né? Que está nos ajudando a tentar... a prosseguirmos, né? Então, estamos lá com muita dificuldade, porque as mulheres da comunidade não aderiram, acham difícil que só trabalha, trabalha e não vem logo..." (Cleusa, missionária da Igreja Batista e membro do empreendimento Mulheres Solidárias do Bororé e do Pitadas de Sol). O patrocínio nem sempre leva em conta as necessidades mais urgentes das pessoas, como gerar renda. O respeito pelas pessoas e a horizontalidade são importantes para identificar os "bons" projetos, isto é, aqueles que favorecem o empreendimento e a autonomia pessoal. "Mas é umas coisas complicadas, entendeu? E na periferia tem muito isso [oferta de projetos sociais]. Tipo, as meninas queriam participar de um edital da C. [grande empresa]. Eu falei, não galera, C. não [...] Falei, ô mano, falei, respeita nós" (Vanessa, Aiyra da Terra).

Neste contexto, e apesar das dificuldades, incluindo o fato, muitas vezes repetido, de ter que "unir muitas cabeças diferentes", a AMESOL, geralmente, é designada pelas mulheres como um lugar, ou até mesmo **o** lugar, onde puderam desenvolver este tipo de "boas" relações e onde a economia solidária e feminista é praticada.

> "Lá [na AMESOL] foi onde a gente realmente aprendeu o que era economia solidária. O que é participar com união, não é? A gente conheceu pessoas que têm interesse. Porque aqui no Parque [onde participavam de outro projeto] não tinha. [...] Porque se você vai num determinado lugar que todo mundo fala a mesma língua é diferente" (Ilma, Colibri).

> "O que é diferente [na AMESOL] é que as leis que é pregada na economia solidária, a gente via acontecer" (Elaina, Zuca Artes).

> "Porque eu já fiz parte de outros lugares [...]. Mas aquela coisa, você não se expunha, você não fala o que você acha; e na AMESOL não, você relaxa, você já tem essa liberdade de falar, de dar, de sugerir, né, de encontrar melhores caminhos" (Conceição, Manias de Menina).

O VALOR DO TRABALHO

Além da solidariedade, respeitar e valorizar o trabalho de cada uma é um princípio afirmado pelas mulheres da AMESOL. "Trabalhou, tem que receber" (Elaine, Batuque na Cozinha). "Eu não consigo me imaginar terceirizando o meu trabalho. Eu penso na possibilidade de um dia crescer, né, enfim, ter mais demanda e ter mais pessoas junto comigo, mas ganhando a mesma

coisa que eu" (Fernanda, Malungo Arte). Ao contrário das práticas prevalecentes no mercado de trabalho, que a maioria delas experimentou de forma dolorosa, sejam como funcionárias, sejam como trabalhadoras "autônomas", as mulheres da AMESOL desejam tornar seu trabalho não uma mercadoria, mas uma atividade gratificante, por meio da qual se realizam como pessoas. Isso implica o desenvolvimento não só de produtos com sentido social, ambiental ou cultural, mas também, de relações de trabalho igualitárias.

De maneira geral, os empreendimentos da AMESOL refletem um dos princípios da autogestão segundo o qual "todos aqueles que trabalham no empreendimento participam de sua gestão e todos aqueles que participam da gestão trabalham no empreendimento" (PAUL SINGER, 2006, p. 294). Isso significa que as pessoas que trabalham regularmente no empreendimento participam das decisões, como aquelas que dizem respeito à organização e à remuneração do trabalho. Em uma parte dos empreendimentos, a produção é coletiva, ou seja, várias pessoas aplicam sucessivamente um trabalho diferenciado para elaborar um determinado produto. Neste caso, a remuneração costuma ser calculada pela divisão da sobra de acordo com o tempo de trabalho de cada uma, independentemente do tipo de tarefa executada. Nesses empreendimentos coletivos, o critério de remuneração é o tempo de trabalho. Já em outros empreendimentos, a venda pode ser coletiva, mas a produção é individual ou familiar. Neste caso, a remuneração do trabalho costuma ser calculada de acordo com a venda dos produtos de cada mulher ou família, cobrando-se apenas uma contribuição para o fundo coletivo do empreendimento (para custos fixos, taxas de entrada nas feiras, matérias-primas utilizadas coletivamente). Assim, neste caso, o principal critério de remuneração do trabalho é o volume individual ou familiar de produção e venda. Em alguns casos raros, o grupo decide dividir a sobra global, mesmo que a produção seja individual, pois "Independente de... se vendeu só as bolsas que ela fez e não vendeu a que a outra fez, todo mundo leva a mesma quantidade" (Isadora, Roda de Crochê).

Contudo, o ideal de várias empreendedoras é de um trabalho emancipador, que permita a autonomia e a realização de si mesma através da participação, não apenas na produção e na comercialização, mas também, nos espaços de formação e de diálogo político.

"Temos autonomia, todas nós... qualquer ação que for fazer dentro do empreendimento, a gente só tem mesmo o direito de comunicar o que está fazendo. E, então, assim, eu faço e falo: 'óh, tô fazendo isso, que eu acho que é bom pra nós'. É claro. Então,

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

assim, autonomia [...]" (Maurisa, Tendarte). A conquista do trabalho emancipador pode se estender do empreendimento para o âmbito familiar: "Ai, eu acho que muda todos os aspectos da vida, porque até dentro de casa, dá pra gente aquela autonomia dentro de casa também de a gente saber que a gente não é empregada de filho, não é empregada de marido, e ensina eles também a respeitar isso" (Edna, Tendarte). Ao mesmo tempo, esta qualidade de trabalho requer um grande compromisso. "Manias [de Menina, empreendimento de costura] é um conjunto, e na época assim a Manias precisava. Então, eu me enturmei, porque aqui é tudo assim, é tudo unido. Quando um precisa ajuda o outro ajuda" (Sueli S., Manias de Menina). Esse requisito limita o perfil das pessoas que conseguem se integrar no empreendimento. Assim, aqueles empreendimentos com o modelo mais ambicioso de trabalho emancipador tendem a serem, também, aqueles que têm maior dificuldade em encontrar pessoas que compartilham sua visão e compromisso.

Na prática, existem limites importantes para a valorização do trabalho nos empreendimentos. O nível de renda, em primeiro lugar, varia muito entre os empreendimentos e em geral caiu nos últimos anos. Enquanto algumas empreendedoras ainda têm uma sobra de até R$2.000 por mês, outras ganham apenas R$150 a R$200, e todas enfrentam variações de renda de mês para mês. Há muitas razões pelas diferenças de renda, desde o tipo de produto, sua qualidade, a capacidade de produção do empreendimento, suas relações com consumidores e participação em espaços de venda adequados ou, ainda, a precificação (veja a seguir). No entanto, o nível de renda limita a autonomia financeira e pessoal de várias mulheres da AMESOL, que dependem da renda de seus maridos ou de outros membros da família, ou são forçadas a realizar bicos ou trabalhos eventuais. Nessas condições, é ainda mais difícil desenvolver um trabalho coletivo. "Como o financeiro, ele não vem logo e sim muito trabalho. As que estavam, algumas saíram, né? E lá é como o peixinho na água que cai lá e vai avisando para os outros..." (Cleuza, Mulheres Solidárias do Bororé).

A valorização monetária através da renda, no entanto, não é a única que conta. A oportunidade de fazer produtos que façam sentido, de conhecer pessoas que compartilham os mesmos valores e de acessar espaços de formação, graças ao empreendimento, é uma conquista em si. Por outro lado, a falta de reconhecimento social e os comentários negativos de alguns maridos ou outros membros da família, como aqueles que equiparam o trabalho artesanal com o de "barraqueiras", podem pesar muito.

Finalmente, há casos que não correspondem ao modelo de trabalho coletivo e emancipatório. Algumas mulheres acham que outras sócias do seu empreendimento "só querem comercializar" e lamentam que não participem dos espaços de formação e construção coletiva. Outras falam das dificuldades que encontraram na criação de relações de trabalho equitativas, e como se separaram de sócias que "não tinham a mesma visão", seja porque não se envolveram na gestão do empreendimento, seja porque tentaram explorá-las. Outras apontam para a posição diferente que elas mesmas ou outra pessoa ocupa no empreendi-

mento ou na AMESOL, como assistente social, técnica de um projeto, estagiária ou ainda missionária, trazendo sua ajuda, mas recebendo a sua remuneração principal de outra fonte. A natureza mais ou menos horizontal ou vertical dessas relações, que escapam às regras do trabalho diretamente "produtivo" no empreendimento, às vezes, é questionada por aquelas que laboram e se perguntam até que ponto essas relações contribuem para sua própria autonomia.

LIDANDO COM DINHEIRO

Lidar com dinheiro envolve tarefas como a precificação dos produtos e o financiamento do empreendimento, que são críticas para assegurar a perenidade do empreendimento, valorizar o trabalho, e tentar obter uma remuneração justa. No entanto, estas tarefas colocam várias dificuldades.

A precificação, ou seja, a avaliação do preço dos produtos constitui um desafio, que não é resolvido pelos métodos de precificação divulgados nos cursos como os do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que muitas empreendedoras cursaram. Esses cursos partem do modelo convencional de microempresa individual, onde a renda, assimilada ao lucro, é igual ao preço de venda menos determinados custos de produção. Este cálculo não trata da distribuição da sobra entre os membros de um empreendimento coletivo, em que a participação no trabalho nem sempre é regular. Não considera alguns custos invisíveis, especialmente, o transporte, o que representa uma quantia colossal de tempo e dinheiro na Grande São Paulo, na ordem de 40 a 80 horas por mês e até centenas de reais, de acordo com estimativas realizadas pelas mulheres da AMESOL, durante duas oficinas. Estes e outros custos são ignorados por falta de sensibilização, pela dificuldade em quantificá-los ou por medo de encarecer o produto e não conseguir vendê-lo. "Muitas meninas calculam por hora de trabalho, eu não posso calcular, senão ficaria caro demais se eu fosse cobrar por hora" (Teresinha, Arte em Prata).

Diante dessas dificuldades, alguns empreendimentos desenvolvem seu próprio método de cálculo, inspirando-se em tutoriais na *Internet* e elaborando planilhas complexas. Outros, notadamente os empreendimentos que tem uma produção individual ou familiar, desistem dessa contabilidade, especialmente, quando se trata de atender necessidades básicas das pessoas. "Então, acaba não tendo uma divisória, vamos pôr assim, de dinheiro. Como a gente traba-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

lha em família, todo lucro da Manias vai em benefício da própria família. Tirando a parte que a gente compra, repõe o material, o restante vai assim em função de socorrer a família, até porque a gente trabalha junto" (Conceição, Manias de Menina).

O financiamento do empreendimento coloca outros desafios. Em certos casos, as mulheres enfrentam o dilema de escolher entre atender as necessidades das pessoas da sua família (saúde, escola, alimentação) ou do empreendimento (reposição do capital de giro, aluguel, investimentos). Em tempos difíceis, elas escolhem sua família, mesmo que isso resulte em uma dívida com o banco. Isso nos adverte contra uma visão simples demais de gestão "profissional", segundo a qual bastaria separar adequadamente as contas pessoais e as do empreendimento. Condições de vida difíceis significam que, em alguns casos, seja indispensável dar prioridade às pessoas.

Para financiarem seu empreendimento, as mulheres da AMESOL dependem, em primeiro lugar, da sua poupança como forma de investimento do seu próprio trabalho. "Ninguém acreditava que eu ia conseguir montar o ateliê. Então eu comprava tapete, espelho... fui comprando um monte de coisa pro ateliê, comprava e deixava guardadinho. Aí as vendas, na época, tava boa, fui guardando dinheiro, guardando, aí com o dinheiro..." (Tânia, Cirandarte). Também acessam outras fontes de financiamento, sejam formais (Banco do Povo, programas públicos de microempreendedorismo, projetos de empreendedorismo social, campanhas de financiamento colaborativo) ou informais (empréstimos de familiares ou amigos, adiantamentos em espécie). As condições de acesso a estes financiamentos, com as taxas de juros e outros custos, e os prazos de pagamento, nem sempre são adequados.

Em junho de 2018, a preparação de uma audiência pública para regulamentar a Lei que criou o programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo[5], foi a ocasião de um debate entre as mulheres da AMESOL sobre o conceito de finanças solidárias. Este debate partiu da inadequação do Banco do Povo às suas necessidades, já que se orienta a microempresas individuais e aplica as condições do setor bancário convencional (empréstimo individual, fiador, lastro e altos juros). As experiências negativas de várias mulheres da AMESOL com o Banco do Povo e outros bancos, as levaram a afirmar que outro tipo de instituição financeira, realmente popular, era necessário. Nesse sentido, foi debatido o modelo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que se baseia em taxas de juros baixas, caução solidária e a possibilidade de diálogo sobre os prazos e formas de pagamento. A discussão se apoiou na experiência da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, coordenada pelo Instituto Banco Palmas, em Fortaleza/CE. Trata-se de bancos de pequeno tamanho, inseridos em determinados territórios, mas que nem sempre estão em contato com os empreendimentos da economia solidária. No caso da Grande São Paulo existem 5 BCDs[6], com os quais os empreendimentos da AMESOL poderiam entrar em contato.

CONSTRUINDO *OUTRAS* RELAÇÕES DE VENDA

A comercialização dos produtos é uma última pergunta que perpassa as nossas conversas e que está ligada, ao mesmo tempo, a valorização do trabalho, a afirmação da autonomia econômica e a prática da solidariedade. Ao longo das conversas, descobrimos um vasto conjunto de formas de comercialização praticadas pelas mulheres da AMESOL. Espaços permanentes, recorrentes ou ocasionais de venda de produtos da economia solidária, como as lojas dos Pontos de Economia Solidária e Cultura do Butantã e Benedito Calixto, a feira da AMESOL, ou de outras redes dos municípios de São Paulo, Osasco, Santo André, São Bernardo ou ainda da Universidade de São Paulo (USP). Outras feiras, por ocasião de eventos políticos ou culturais, como a feira do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Parque Água Branca, a Feira do Festival de Inverno de Paranapiacaba, ou a Feira do Jardim Secreto, em São Paulo. Vendas em lojas colaborativas, em lojas de amigas, em pontos de venda nas calçadas do centro da cidade ou em casa, em algumas lojas que compram a totalidade da produção de um empreendimento e fornecem a matéria-prima. Encomendas de parentes, amigos, conhecidos, e fregueses através de contatos diretos, indicações, divulgação em redes sociais, promoção por "madrinhas" dos empreendimentos, até atrizes da televisão[7], ilustram a importância deste tipo de alianças. Encomendas de empresas ou particulares através de anúncios no jornal, vendas ao público em geral, através de plataformas de *Internet* como ELO7.Os empreendimentos da AMESOL sustentam relações de venda realmente variadas. Algumas se baseiam em redes de amizades, comunitárias ou familiares. Outras dependem do engajamento em espaços militantes, como a economia solidária ou outros movimentos sociais. Outras ainda refletem lógicas individuais de venda em espaços convencionais ou na *Internet*. Algumas vendas acontecem perto de casa e até mesmo em casa, mas muitas outras requerem que as mulheres atravessem a cidade carregando seus produtos para ir numa feira ou abastecer uma loja. Algumas "adoram essa brincadeira [de vender]", outras preferem focar na produção.

Apesar desta diversidade, existem objetivos comuns das mulheres da AMESOL para a comercialização. Um objetivo importante é a construção de relações e espaços de venda onde o valor social, cultural e ambiental dos produtos possa ser reconhecido. Relações nas quais a "sensibilidade" da produtora para a

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

pessoa que compra e que "não é só cliente" possa se expressar (Eliana, Zuca Artes); espaços onde o público possa ser "educado" para outros valores (Fernanda, Malungo Arte); espaços aonde os clientes não venham comparar o preço de um produto artesanal com um "C&A" ou um "MacDonald" e falar "nossa! Isso é um roubo!" (Sueli M, Tendarte).

Muitas práticas das mulheres da AMESOL apontam por um esforço em criar relações e espaços onde a venda seja resultado de uma relação humana e de um compromisso social e político. A feira da AMESOL, que articula a venda com atividades culturais e políticas voltadas à economia solidária e feminista, e onde as expositoras se engajam a respeitar critérios como a venda de produtos próprios não terceirizados (veja Capítulo II), é um exemplo de tal construção. As mulheres expressam sua rejeição da representação dominante, segundo a qual seu produto seria uma mercadoria, sua relação com o cliente uma negociação de preço e a relação entre produtoras uma competição pela "demanda". Pelo contrário, pretendem que outro tipo de valor presente em seus produtos seja reconhecido, para redefinir a relação com o consumidor e entre as produtoras.

A construção de outro tipo de mercado baseia-se na divulgação do sentido de cada produto, bem como dos princípios gerais da economia solidária e feminista. "Nossa produção é coletiva e cooperativa. Praticamos o comércio justo e o consumo consciente. Valorizamos as relações humanas horizontais e o desenvolvimento sustentável", diz o bilhete que acompanha os produtos do Tendarte. "Quando você fala que é uma feira de economia feminista e solidária [...] você já atinge as pessoas, já entra nas pessoas" (Vanessa, Aiyra da Terra). Este tipo de divulgação só pode ser feita em espaços onde as expositoras compartilham os mesmos valores, como é o caso, dentre outros, da feira da AMESOL. Assim, a comercialização solidária significa não apenas que as oportunidades de venda podem aumentar por meio da oferta diversificada de produtos que atraem o público, mas também, que os valores da economia solidária e feminista podem ser divulgados e construídos com esse público.

Esta observação aponta pela importância da comercialização solidária na construção da autonomia financeira e pessoal das mulheres. As oficinas de cartografia (veja Capítulo III) trouxeram para o debate a ideia que tais espaços podem ser desenvolvidos não apenas na região central de São Paulo, senão também, nos territórios da vida das mulheres na periferia. Por um lado, vários depoimentos mostram o quão difícil é valorizar os produtos da economia solidária e feminista nestes territórios onde o poder de compra é limitado e os modos dominantes de consumo são considerados um sinal de status social. Alguns empreendimentos tentaram divulgar seus produtos em suas ruas ou nas escolas da sua região e não tiveram êxito. "Minha rua é bruta, não há nenhum interesse em saber de nada" (Maurisa, Tendarte). Por outro lado, algumas experiências mostram que uma "comunicação com a comunidade" é possível e, em certas condições, pode transformar uma praça da periferia "onde as pessoas nem paravam" em um lugar de cultura urbana e de venda de produtos orgânicos (Bruna, Horta di

Guetto). A comunicação alternativa e novas alianças locais, com coletivos de jovens, o movimento cultural, líderes comunitários ou outros atores que compartilham dos mesmos valores abre novos caminhos para a reflexão e a ação na promoção da economia solidária e feminista nos territórios de vida.

CONCLUSÃO

Desde 2016, as condições econômicas e políticas para o desenvolvimento da economia solidária e feminista têm se tornado cada vez mais difíceis. Além das condições materiais (queda no poder de compra e nas vendas, cortes nas políticas públicas), um discurso racista, misógino e homofóbico se espalhou, revivendo velhos preconceitos e criando apreensão e até medo em certas mulheres. Diante disso, a existência de espaços como a AMESOL, onde falas e práticas diferentes são incentivadas, torna-se ainda mais importante para as mulheres que procuram autonomia. Apesar das condições externas, a conquista da autonomia e o reconhecimento de outras formas de fazer economia e de viver permanecem vivas em coletivos que mantêm seus compromissos no longo prazo.

As mulheres da AMESOL têm de atuar a partir dos territórios da periferia de São Paulo para o reconhecimento do valor, não só econômico, mas também social, cultural e ambiental do seu trabalho. Elas visam obter maior autonomia financeira através da venda de seus produtos. Procuram aumentar sua autonomia pessoal através da capacidade de tomar decisões que dizem respeito a seu empreendimento e à sua vida como mulher, sejam casadas ou solteiras, sejam heterossexuais ou homossexuais, seja a cargo de outros membros da família ou não.

O reconhecimento do valor do trabalho é um desafio que começa no nível familiar. Em primeiro lugar, trata-se de obter não apenas apoio moral, mas também concreto, de outros membros da família para uma divisão justa do trabalho doméstico. Para aquelas, cada vez mais numerosas nos últimos anos, que produzem em casa, isso significa reconhecer sua produção como um verdadeiro trabalho, para evitar ser consideradas responsáveis por todo o trabalho doméstico com base no fato de trabalharem em casa. A participação em um coletivo feminista como a AMESOL, onde as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são discutidas, desempenha um papel importante para que todas se conscientizem dessas desigualdades e encontrem os argumentos e os apoios necessários para renegociar a organização do trabalho doméstico no âmbito familiar (veja seção "Trabalho doméstico e de cuidados").

A geração de uma renda da qual as mulheres possam viver sem ter que recorrer a "bicos" ou confiar em outro membro da família é outro desafio. Há grandes diferenças neste respeito entre as mulheres da AMESOL. A construção coletiva de espaços de venda onde o significado dos produtos é reconhecido pelos consumidores é um fator essencial que está nas mãos da AMESOL. O diálogo com o público, não apenas sobre o significado de cada produto, mas também sobre os valores comuns da economia solidária e feminista, é um trabalho que vai além do nível de cada empreendimento. É através da diversidade de produtos e da di-

nâmica criada pelo coletivo que os produtos são valorizados pelo público. A experiência da Feira da AMESOL no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã é um exemplo desse potencial, e abre um debate sobre as possibilidades de desenvolver outros espaços públicos de venda nos territórios de vida das mulheres na periferia.

Estas dinâmicas são baseadas em solidariedades no nível da AMESOL e de outros coletivos. Há também uma diferença entre os empreendimentos que têm uma dimensão coletiva, como grupos ou cooperativas de produção ou como redes de comercialização, e outros que se definem no nível da família e se encaixam em redes informais de parceria e de ajuda mútua. No entanto, todos têm de se apoiar em solidariedades, isto é, em relações de interdependência voluntariamente construídas. Há duas questões principais para que essas relações contribuam positivamente para a autonomia das mulheres. A forma, mais ou menos igualitária, destas relações é uma primeira questão, tanto mais importante quanto as mulheres da AMESOL são confrontadas com uma vasta oferta de projetos sociais. Esses projetos estão proliferando na periferia da Grande São Paulo e incentivando a formação de novos coletivos, nem sempre respeitando as pessoas e o princípio de igualdade. A solidez desses coletivos é uma segunda questão, em um momento em que a incerteza política e econômica está levando muitas mulheres a multiplicar suas alianças. Reforçar as alianças positivas, para poder absorver choques e se projetar melhor no futuro, continua sendo uma tarefa importante para a AMESOL e os empreendimentos.

MULHER MALUCA

Rosana Camilo - empreendimento Berkana
Joias Artesanais

Vida de mulher maluca
Doida varrida, forte, aguerrida
Verdadeira mulher da vida!
Enquanto prepara o jantar
Põe o filho pra banhar e
A máquina pra lavar.
Num momento de tormento
Quase não me atento
No feijão, prestes a queimar.
Em pleno desespero
Abro a panela correndo
E começo a berrar:
- Venham cá meninos! Vejam só que confusão!
- Me digam vocês três, onde está o feijão?!
Entre risos e desatinos,
Chega o mais pequenininho
E com certa expressão
De quem sente a diversão
Me diz todo sorrindo,
Cheio de sensatez
Que pro jantar de hoje
Vai faltar só lucidez!
E feijão...

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA

O OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS DAS MULHERES DA AMESOL

Em que histórias pessoais e coletivas se inscrevem a participação das mulheres nos empreendimentos que hoje formam a AMESOL? Claro que existem diferenças entre as histórias de cada uma das mulheres, mas também, pontos comuns, que têm sua origem nas relações de gênero, de classe e raça, e na história social e econômica do Brasil. A identificação destes pontos comuns contribui para a construção de uma economia e, mais amplamente, para um olhar feminista sobre o mundo e sobre a AMESOL, na medida em que permite reconhecer na outra a condição da sua própria luta. Seguimos as orientações metodológicas da pesquisadora feminista alemã Maria Mies (1979)[8] ao afirmar que as mulheres não podem apropriar-se de sua própria história sem começar a coletivizar sua experiência. Esta coletivização permite multiplicar e diversificar a informação, mas também, e, sobretudo, ajuda as mulheres a superar o seu isolamento dentro da família e a compreender que os seus sofrimentos individuais têm causas sociais. Nas entrevistas que fizemos com as mulheres, tivemos interesse especial em ouvir sobre suas trajetórias pessoais e familiares, laborais e de engajamento político. A partir dos relatos, fomos procurando entender o que pesou nas trajetórias para o desenvolvimento dos empreendimentos e para o engajamento delas na economia solidária feminista. Apresentar aqui as histórias cruzadas é mostrar quais são as relações entre as diferentes dimensões de suas trajetórias, sobretudo, nos aspectos que se revelaram estruturais.

Conversando com as mulheres da AMESOL, pode-se ouvir de cada uma delas, uma história de vida particular. Conquistas, afetos, lutas, perdas, desafios, violências. Buscamos entender os determinantes que têm influência na participação das mulheres na economia solidária e feminista. Tentamos olhar mais de perto para mecanismos de dominação (de gênero, raça, classe), mas também, para as possibilidades de resistência e de emancipação. Faremos o esforço de demonstrar as diferenças existentes nas histórias que ouvimos, diferenças que se constroem como desafios, e também, como caminhos para a AMESOL, enquanto uma construção coletiva de mulheres.

QUEM SÃO AS MULHERES DA AMESOL: IDADES, IDENTIDADES, LUGARES E FORMAÇÃO

A AMESOL é um coletivo bastante diverso de mulheres, que têm em comum,

entre outras coisas, o fato de participarem de empreendimentos solidários e de compartilharem um horizonte político de construção de uma nova visão do campo da economia solidária, que incorpore os debates e dilemas femininos e feministas. Criar esse horizonte compartilhado entre mulheres tão diferentes entre si não é tarefa simples. Vamos começar olhando para essa diversidade para que, a partir dela, possamos pensar nas confluências, concordâncias, e diferenças.

A AMESOL reúne, em suas feiras, reuniões, atividades de formação ou articulação política, mulheres de idades muito diferentes. As mais jovens começam agora sua vida adulta, beirando os 20 e poucos anos, e encontram na AMESOL alguns dos primeiros passos de sua trajetória laboral, que encaram com muito entusiasmo e disposição. As mais velhas, com mais de 60 ou 70 anos, apesar de já terem trilhado longos caminhos, não só no que diz respeito ao trabalho, mas também, na construção de suas famílias, trazem ao coletivo muita vitalidade e compartilham com o grupo experiências valiosas.

Na AMESOL, há mulheres que se consideram brancas e outras se consideram pardas ou negras. Há refugiadas da Síria que trazem histórias de outro contexto cultural e político. Há uma diversidade de culturas, trajetórias, identidades que fazem circular o debate, mostrando novos modos de ser, ver e estar no mundo. Durante o ano de 2018, houve a aproximação de mulheres transexuais às atividades do coletivo, sobretudo, nos espaços de comercialização.

Na AMESOL, há mulheres que são casadas com homens, e há mulheres que são casadas com mulheres. Muitas são mães, avós. Algumas são viúvas, outras separadas, e também, tem as solteiras. Algumas moram sozinhas, outras dividem a casa com a família.

Se o assunto é religião, a lista não é menos extensa, pois algumas são budistas, outras evangélicas, católicas. Tem mulheres de religiões de matriz afro-brasileira. Tem aquelas que buscam sua espiritualidade em forças do universo, e aquelas que acham nas forças que têm dentro de si. E tem as ateias.

As associadas da AMESOL residem por todos os cantos da Grande São Paulo, a maior região metropolitana do Brasil. Muitas moram na própria cidade de São Paulo, da Zona Leste à Zona Sul, Oeste, Norte, algumas beirando a área rural. Outras moram em municípios circunvizinhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, Suzano. A distância e tempo de deslocamento entre suas residências chega a ser maior do que uma viagem ao interior do estado.

A Grande São Paulo reúne mais de 20 milhões de habitantes em 39

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

municípios vizinhos[9]. Seu crescimento se deu por conta de um processo massivo de migração, em contexto de crescimento da indústria brasileira e de modernização do campo, que teve início na segunda metade do século passado, e se manteve até o início dos anos 2000. A maioria das mulheres da AMESOL, que residem na Região Metropolitana de São Paulo, têm na própria trajetória ou na trajetória familiar uma história de migração. Muitas famílias que vieram de estados das regiões Norte e Nordeste para São Paulo "tentar a vida", "tentar a sorte", e instalaram-se nos rincões de uma cidade que hoje já cresceu muito além de onde fizeram residência. Não é à toa que a maioria delas reside em municípios vizinhos ou nas zonas periféricas da cidade de São Paulo. Há, neste grupo, mulheres com diferentes escolaridades. Tem aquelas que pararam de estudar cedo, algumas não chegaram a concluir o ensino básico, e tiveram sua formação fora do sistema formal de ensino. Trabalham ou têm trabalhado, em particular, como empregadas domésticas ou vendedoras em lojas convencionais ou em postos de vendas. Outras, têm ensino superior completo e algumas pós-graduação. São biólogas, advogadas, professoras, historiadoras, farmacêuticas, arquitetas. Olhando para essas histórias, podemos refletir sobre a educação na trajetória de cada uma, buscando as condições de entrada e permanência em espaços de ensino formal, ou sua interrupção. Para as que pararam de estudar cedo, a interferência de relações familiares, casamento ou maternidade, aparece como entrave na conclusão dos estudos. Algumas voltaram a estudar e terminaram o ensino básico depois que os filhos cresceram. Para aquelas que tiveram a passagem pelo ensino superior, fica nítida a importância dos programas de inclusão e financiamento criados ao longo do governo Lula, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2004.

Todas as mulheres, independente do grau de estudo formal, buscaram e seguem buscando qualificação profissional nas áreas pertinentes aos empreendimentos, em lugares de formação técnica para a economia solidária ou para o empreendedorismo. Elas buscam cursos de costura, modelagem, boas práticas de manipulação de alimentos, gestão, marketing, vendas. Aprender novas técnicas de artesanato, culinária, costura, e aprender ferramentas de gestão e comercialização constitui uma preocupação entre elas. Muitas vezes o próprio trabalho no empreendimento é um incentivo para que voltem a estudar, terminem o colégio, ingressem em um curso superior. E dizem: "Hoje eu tenho um sonho de fazer minha faculdade". A própria AMESOL desempenha, na história delas, a possibilidade de acesso à formação, seja no âmbito do empreendimento (precificação, apresentação do produto, embalagem, rotulagem), seja no âmbito pessoal, a partir de encontros nos quais são debatidos e politizados temas da economia solidária e do feminismo (ver Capítulo II).

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Um ponto comum entre as mulheres da AMESOL é terem passado pelo mercado de trabalho, formal ou informal, antes de engajarem-se nos empreendimentos solidá-

rios. Esses empregos, muitas vezes, "não era o emprego dos sonhos", mas quando se tem "bocas para alimentar" e "uma casa para sustentar", seguem no emprego, pois não é uma questão de agrado: "você fica porque você tem que ter obrigações." (Liliane, Roda de crochê).

A passagem pelo mercado de trabalho aparece como determinante para a entrada na economia solidária a partir de diferentes fatores. Algumas falam da dificuldade de permanência no mercado de trabalho por conta de deficiência ou idade: "A gente tinha ficado em casa né. Pela idade. Empresa nenhuma pega mais pessoas com a idade da gente". Ainda há mulheres que relatam falta de emprego (dela própria ou de familiares) e a necessidade de gerar renda, outras, cuja possibilidade de participação em empreendimentos solidários se deu após a aposentadoria.

Para muitas delas, o envolvimento no mercado de trabalho é um experiência dolorosa de sua trajetória: permeada por violências, assédio, preconceito, situações de opressão. As mulheres contam que em muitos momentos foram "humilhadas". As mulheres adoecem. Crise do pânico, depressão, ansiedade, pressão alta, tendinite. "Eu cheguei uma época que eu fiquei meio louca por causa do capitalismo. Trabalhava, trabalhava, saía daqui... Morando aqui [na Zona Leste], ia lá para a Zona Norte. Não tinha ônibus... Depois fiquei desempregada. Estava numa depressão do caramba porque não arrumava um emprego, era uma dificuldade" (Rosângela, Colibri).

Em muitos casos, no entanto, a entrada na economia solidária não pode ser explicada apenas a partir da dimensão excludente ou violenta do mercado de trabalho, senão, como uma escolha. "Fui muito humilhada. Eu peguei tipo, um trauma assim, 'eu não quero mais ter chefe, eu quero trabalhar, eu quero ter o meu negócio'". A busca por um trabalho que traga a elas "qualidade de vida", "respeito", possibilidade de praticar a autogestão, ter a voz ouvida e o trabalho valorizado, a busca pela sustentabilidade e por relações de trabalho mais horizontais e conscientes: "Na empresa a gente não planeja nada, a gente só apoia o que o patrão vê. Aqui a gente planeja, a gente faz, né, então é todas juntas, o que vamos fazer, o que que vai decidir, né, então todas têm uma autonomia de dar uma opinião e ser aceita."

Uma narrativa de crise econômica vem sendo construída no Brasil, cujos efeitos mais exacerbados puderam ser sentidos pelas mulheres da AMESOL desde 2016. "Era só o que você ouvia, no País inteiro, era a crise. E aí eu acho que isso acabou afetando... ela existindo ou não, acabou afetando". Desemprego das mulheres e seus familiares, queda das vendas, retração dos empreendimentos. As mulheres buscam alternativas de geração de renda.

Para algumas delas foi a inserção em empreendimentos solidários, inclusive entrando via programas de assistência social como o Programa Bolsa Família. Outras, que já eram parte de empreendimentos solidários, passaram a buscar formas complementares de geração de renda, como a venda de cosméticos, "revistinhas", e outros tipos de artesanato ou revenda. Ainda há aquelas que saíram dos empreendimentos ou permaneceram buscando "bicos" e empregos com maior estabilidade, "porque o registro, em si, só dá essa garantia de eu sa-

ber que todo mês eu vou tá beirando o dinheiro", estabilidade que muitas vezes elas ainda não têm no empreendimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No cenário de desemprego e trabalho precário e instável, há uma dimensão sensível à participação das mulheres na economia solidária que diz respeito às políticas públicas de economia solidária. A importância das políticas públicas de economia solidária se mostrou em muitos aspectos. Muitas mulheres entrevistadas tiveram formação substancial para o trabalho nos empreendimentos em temas da economia solidária, gestão de empreendimento, marketing, precificação, comercialização, e nesses espaços, também, teceram redes de proximidade e solidariedade fortes o suficiente para configurarem-se como apoio e sustentação dos empreendimentos e das mulheres, com o fim das políticas públicas de apoio à economia solidária.

Na cidade de São Paulo, as primeiras políticas de economia solidária foram construídas no início dos anos 2000, antes da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003. Nas cidades vizinhas essas políticas públicas municipais também foram sendo criadas, a partir de intercâmbios entre gestores e gestoras públicos. Para essa questão, é notável as políticas criadas sob governos do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos de esquerda. Esse é o caso das políticas municipais de Osasco e Santo André.

As políticas municipais, os centros públicos e incubadoras tiveram papel importante na entrada de muitas mulheres para o campo de economia solidária, que por razões diversas, como mostramos aqui, procuravam uma alternativa de geração de renda ao trabalho de mercado. Nesses espaços elas encontraram formação técnica e em temas da economia solidária, ambientes para produção coletiva, espaços de formação política e de articulação e criação de uma rede de pessoas envolvidas nesse projeto de construção de "outra economia".

Mesmo dentro desses espaços, as mulheres teciam críticas à forma como alguns projetos eram conduzidos ou à postura das pessoas que neles participavam: "Era para virar uma cooperativa [de alimentação], mas aí sempre tem aquela pessoa que acha que sabe mais que os outros, começou a fazer reunião separado, aí virou uma bagunça. Aí eu acabei saindo, porque, na verdade, a gente separou funções dentro da rede de alimentação. Começou a criar uma desconfiança. A gente começou a sair". "Chegava, assim, na incubadora, quando tinha reunião, todo mundo, um cutucava o outro

(...). Tudo que o povo lá da prefeitura falava 'não, tá errado'. Daí eles colocaram o SEBRAE no meio. Eles queriam mostrar uma coisa que não existia". O teor das críticas foi se acentuando com a descaracterização e fechamento dos projetos, que tem ocorrido desde 2016, com a troca das gestões municipais.

O desmantelamento das políticas públicas de economia solidária tem uma dimensão significativa na vida das mulheres que compõem os empreendimentos solidários: a não renovação de projetos vindos da SENAES, desde maio de 2016, que prejudica a organização da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, a descaracterização e fechamento das políticas públicas municipais de Santo André, Osasco, São Paulo, São Bernardo do Campo. Muitas vezes o fechamento de centros públicos e espaços de formação e incubação são relatados como uma "expulsão" das mulheres desses espaços.

"A proposta de lá era de sair com o espaço, a concessão das máquinas por dois anos, pra gente trabalhar e gerar renda. Um espaço para alimentação, refeitório montado; escritório... Falaram que a gente ia ter direito a tudo isso. E não tivemos direito a nada. Na Incubadora tinha espaço pra almoçar tudo bonitinho, a gente esquentava a comida. Se quisesse tinha fogão, podia fazer, de boa. Engraçado que eles falaram assim: 'acabou o projeto'. Eles deram até o dia pra gente sair, ali não podia ficar mais. A gente mal chegou e já chegou os caras: 'desliga as máquinas que a gente tá levando. Entendeu? Desliga as máquinas!" Aí tiraram as meninas. A gente tava fazendo uns negócios lá. Teve que desligar as máquinas mesmo. O cara ali em cima... Agora não quer que a gente tenha trauma?" (Inês, Retrós Vest)

"Agora em fevereiro [de 2018], esse prefeito novo fechou. Fechou o espaço enorme onde funcionava a Incubadora com tudo equipado. Cozinha equipada, tem freezer, tem micro-ondas, tem fogão, tem forno industrial, fechou. Tinha um espação com as máquinas de costura que as meninas tiveram que tirar de lá. Tipo colocou um lacre. Ninguém entra mais. Então, um espação enorme perdido e terminou a parceria. Não tem mais nada." (Elaine, Batuque na cozinha)

"Eu não saí total, né, mas eu falei que eu precisava dar um tempo, porque pra mim estava ficando muito... assim, a pessoa que está na gestão, ela não entende de economia solidária, não sabe de economia solidária. Aí, na hora da aplicação das políticas, das leis da economia solidária, estava virando... não tinha. E aí eu falei assim, 'eu queria aquilo'. Mas na verdade, eu não estava tendo." (Eliana, Zuca Artes)

"A gente vinha para aqui e fazia todo mundo junto. E aí a gente vendia junto. Aí depois que a gente perdeu espaço foi quando saiu o governo do Haddad que entrou o outro governo. Aí a gente perdeu espaço aí. Eles mandaram um monte de gente aqui do parque [Raul Seixas, onde fica o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) que abrigava o empreendimento] também na época, não é? Aí a gente começou a produzir... Cada um produzir o seu." (Rosângela, Colibri)

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Se por um lado a troca de gestões municipais e descaracterização das políticas de economia solidária trazem o enfraquecimento da organização e a perda de apoio local de produção, de atividades de capacitação, sobretudo, de comercialização, por outro lado, em alguns momentos, isso parece estimular a construção de redes e de autogestão entre empreendimentos. Algumas histórias nos mostram como a "crise" também foi transformada pelas mulheres em motor para a auto-organização dos grupos, guiados pela vontade de praticar a economia solidária, fortalecendo fóruns de economia solidária e redes de empreendimentos.

> "Mas a gente tá se organizando para além do poder público, assim, só os empreendimentos. É isso que a gente diz: mesmo que não exista mais a economia solidária como política pública, os empreendimentos em economia solidária tem que continuar. Não deixar de ir nos fóruns de economia solidária, porque ela sempre vai fortalecer, então vai ter como a gente, com os novos que estão chegando, tá passando pra eles, né. Em fórum, e a gente vai, vai sempre pra gente se fortalecer e ter como passar pros novos que tão chegando e chamar, também, conhecer, realmente, o que que é o movimento de economia solidária. Os fóruns e todos os espaços que a gente participa, as redes, a AMESOL, são todos espaços que a gente dá continuidade a esse trabalho." (Edna, Tendarte)

Ainda há outras dimensões de reprodução da vida que são impossíveis de serem separadas da economia solidária e, que nos mostram a importância e a necessidade de políticas públicas integradas. A moradia, o acesso a serviços de saúde, educação para as mulheres e creche para suas crianças, transporte público, assistência social, são dimensões que se entrecruzam com as políticas públicas de economia solidária. Vemos como todas essas dimensões de suas vidas interferem na participação na economia solidária e feminista, já que para isso precisam de saúde e vitalidade; uma casa para morar; transporte que as leve de casa ao local de produção, comercialização e articulação sócio-política; precisam de formação; precisam de uma responsabilidade pública e coletiva pelos trabalhos domésticos e de cuidados, porque "sem a creche tudo é muito difícil".

TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Uma dimensão que perpassa a vida das mulheres da AMESOL é o cuidado de outra pessoa. Mais comumente, isso está relacionado à maternidade, ao cuidado com pais, mães ou pessoas idosas, e com alguém da família que esteja doente, mas também com trabalhadores adultos que, geralmente, não são considerados como pessoas dependentes. Essa questão de responsabilidade de cuidado com outrem marca a vida das mulheres em diferentes momentos de suas trajetórias. O cuidado com irmãos ou irmãs mais novos é uma tarefa das meninas, e a maternidade, muitas vezes acompanhada do casamento confere a essa responsabilidade um novo sentido. A doença de algum familiar próximo não tem hora para chegar.

Mas, o cuidado com pais e mães idosos vem muitas vezes quando a mulher já está inserida no trabalho produtivo, seja no mercado, seja na economia solidária.

Ao falarmos de cuidado, também precisamos falar da sua dimensão material, como lavar e passar roupas, preparar as refeições, limpar a casa, ou seja, do trabalho doméstico. Como vimos, o trabalho doméstico e de cuidado influencia diretamente o tempo disponível para os empreendimentos e configura uma sobreposição de responsabilidades na vida das mulheres.

Algumas mulheres relataram terem passado por momentos de "crise" por conta dessa sobrecarga, resolvendo a crise a partir da reorganização das responsabilidades com o trabalho doméstico. É o caso de uma das mulheres que conta que, a partir do conceito de "moradores da casa", teve o trabalho doméstico dividido de maneira mais igualitária entre ela, seu marido e filhos.

> "Eu digo pra eles assim: eu sou mulher, eu sou a mãe, e nós somos moradores da mesma casa. Todos usam, todos tem dever. Chega uma época que eu fazia o trabalho nossos, aí fazia o de casa (que era cuidar, passar, lavar, cozinhar...) e reunião. Tudo essas coisas. E foi aonde chegou o ponto que eu cheguei, conversei com todo mundo. Eu falei: não, gente, vamos chegar num acordo, somos moradores. Todo mundo usa, usufrui, então vamos chegar num acordo. Vamos dividir. Eu fiz as divisões de tarefa, que até hoje ocorre, e cada um faz o seu." (Maurisa, Tendarte)

Nesse sentido, vemos o potencial da economia solidária e feminista em ser um agente de renegociação das relações domésticas, buscando, a partir da experiência de autogestão nos empreendimentos, construir relações de autonomia e divisão justa do trabalho no âmbito doméstico e familiar. A partir da entrada na economia solidária e no movimento feminista elas passam a se perguntar: "Por que eu não posso sair para fazer e deixar isso aqui? Nessa casa não é só eu. A gente pode estar dividindo esse serviço".

> "Pra mim foi muito bom [entrar para o empreendimento], porque eu vivia em casa, não fazia nada, cuidava só de casa, dos filhos, marido. A mente totalmente fechada. Eu vivia assim. Não tinha interesse pra nada. Muita coisa que eu fazia, mas que pra mim não tinha importância. Eu fico imaginando, em casa, quantas pessoas, mulheres, tá na situação que eu estava? Era algo que até as vezes fala que eu mudei bastante. Eu fiquei assim, sabe, sonhando. Que antes eu não sonhava. Que antes era lavar, passar, essas coisas. Eu não pensava. Não fazia nada, só levantava, passava, cozinhava... Eu mesma tô me admirando comigo mesma. Eu não consigo ficar quieta mais."
>
> Hoje eu também trabalho em casa. To tentando encaixar essas coisas... Mas se for pra escolher ficar aqui, com essas meninas [do empreendimento], eu fico aqui. Eu tenho que fazer uma escolha. O marido não aceitou muito, mas teve que aceitar. Eu falo pra ele: 'o que eu pude fazer eu fiz, mas agora é minha vez, também. Não quero mais ficar em casa.' Tem que aceitar, né" (Gil, Retrós Vest)

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Ao mesmo tempo, o cuidado com outras pessoas e com a casa traz para elas também sentido de realização. Em particular, acompanhar de perto a formação dos filhos "faz toda diferença". São muitos os casos de sobreposição do trabalho do empreendimento com o cuidado de outras pessoas, pois a produção desde a casa e a flexibilidade de horários aparece como possibilidade para conciliação entre cuidado familiar e doméstico, e geração de renda.

> "Chega uma hora que você vai ter que decidir se você quer ganhar dinheiro ou se você quer ter uma família e quer que os seus filhos cresçam saudáveis e felizes. Uma das questões que eu deixei de trabalhar [em empresas] era para estar mais perto da minha família. Então, eu acho que isso me ajuda muito a ser mãe e esposa, ser melhor pessoa, estar mais calma e estar mais inteira para a minha família". (Terezinha, Pitadas de sol)

> "É muito diferente, porque é liberdade, é autonomia. Você fazer da forma que seja melhor, da forma que você consiga cuidar do seu empreendimento, que você não se afaste da sua família, que você consiga deixar tudo junto na sua vida. É outra forma de você encarar o trabalho. É uma forma mais prazerosa, né, porque não te tira nada. Só te acrescenta". (Edna, Tendarte)

O valor positivo do cuidado se reflete na preocupação das mulheres em cuidar das pessoas por meio do seu produto, produzindo um cosmético natural ou alimentação saudável. Isso acrescenta o sentido de realização que elas encontram no trabalho no empreendimento e na participação na economia solidária e feminista, em uma perspectiva mais ampla de cuidar das pessoas e transformar as relações. É a possibilidade de aproximação com o lado humano das pessoas, ser sensível com suas necessidades reais, "poder acalentar" a partir do trabalho no empreendimento causar alguma transformação nas suas vidas ou no mundo.

Nesse caso o sentido de realização se sobrepõe à dimensão de engajamento no movimento de economia solidária e no movimento feminista: "Eu buscava uma qualidade de vida para mim, eu queria poder fazer o que eu gostava e com isso também cuidar de outras pessoas, porque alimentação natural é uma forma de cuidado.". Elas dizem: "você faz o que você gosta e não se torna cansativo".

ARTICULAÇÕES SÓCIO-POLÍTICA E RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Vimos anteriormente como as relações de solidariedade perpassam o funcionamento dos empreendimentos, desde a obtenção da matéria prima até a divisão das sobras. O que apresentamos agora é como são construídas, ou não, essas relações na vida das mulheres e o papel que elas têm em suas trajetórias.

Algumas dessas relações se constroem em âmbito familiar com parentes, irmãos, tios e tias. Algumas vão sendo criadas a partir dos casamentos com o próprio marido ou esposa, sogra, cunhada, e outras, a partir da maternidade, a relação com filhos e filhas,

noras, genros. Essas são as relações de solidariedade de proximidade, mas há também outro tipo de relações, as que são construídas fora de casa, as amizades, as parcerias, as companheiras e os companheiros que constroem o movimento feminista ou de economia solidária. A realidade das mulheres da AMESOL é permeada por essas relações familiares, comunitárias, de cuidado e solidariedade, cuja construção faz parte das atribuições femininas de reprodução da vida através dos vínculos sociais.

> "Eu sempre participei de várias redes de mulheres que procuravam se ajudar nas suas dificuldades. Porque assim, você é mãe, você trabalha, você nunca faz uma coisa só. Você tem que fazer uma porção de coisas. E você só consegue isso, e as suas amigas e as pessoas do seu entorno também só conseguem porque uma ajuda a outra, né? Eu a vida inteira ajudei as minhas amigas a pegarem os filhos na escola, as minhas amigas me ajudaram a levar os meus na escola e me ajudaram com outras questões para que a gente conseguisse dar conta de todas as coisas que a gente precisava dar. Fazer isso de uma forma organizada e em uma associação, além de fazer com que isso aconteça melhor, isso principalmente no caso do empreendimento, dá visibilidade às mulheres. Talvez a coisa mais importante seja essa, né?" (Vera, Línea Encadernação)

Além dos frutos materiais nos empreendimentos para obtenção de matéria prima, transporte e acesso a novos espaços de formação ou comercialização, essas relações de solidariedade, quando vistas no âmbito da vida das mulheres, também geram apoio, incentivo, suporte.

> "O meu marido, ele tem, assim, ele fala assim: 'gente, eu acredito muito em vocês'. Ele fala assim, sabe, de um jeito. Entendeu? E, assim, a família é o essencial. Ela tem que estar nos apoiando. Filho, marido, primo... não tem que estar pondo você lá pra baixo. 'Ah, desiste disso.' Isso daí é o essencial pra nós, eu acho que também é um pouco disso que o empreendimento ainda tá em pé. Porque a gente tem o apoio da família, porque se a família da gente fosse pra baixo, a gente tinha desistido, tinha entregado os pontos". (Maurisa, Tendarte)

> Lançar luz a essas dimensões invisíveis e fluidas da solidariedade, pode caminhar no sentido de tensionar e expandir o conceito de "empreendimentos econômicos solidários" que temos hoje cadastrado e institucionalizado como categoria de política pública, e muitas vezes como campo de pesquisa. Essa rede vai se construindo quando uma pessoa fala pra outra, que convida a outra. Essas relações vão se formando como uma "cordinha" ligada a vários pontos, ou então, como diz uma das mulheres da AMESOL: "como uma grande fofoca". "Aí foi chamando. Um foi chamando o outro. Um foi chamando o outro. Aí a Elaine trouxe a Rosa. A Rosa trouxe a Íris. Depois a Rosa me trouxe. E aí a D. Fátima... Quem foi que trouxe a D. Fátima?" (Ilma, Colibri)

É a capacidade destas mulheres em tecer essas relações que lhes permite ter aces-

so a espaços de articulação sócio-política, como observamos anteriormente. São parcerias com ONGs; projetos sociais; grupos e coletivos organizados; redes de economia solidária de costura ou artesanato; grupos de consumo; iniciativas de fomento à empreendimentos sociais ou atuação de mulheres empreendedoras; pontos de economia solidária. Assim, cada empreendimento vai se formando a partir de redes, e se conectando a outras redes, e a trama vai mudando de cor e ficando cada vez mais colorida.

Por outro lado, firmar parcerias é um processo que demanda cuidado, tempo, encontros, reuniões, e as mulheres se envolvem nessas atividades além do processo de produção e comercialização e do trabalho doméstico e de cuidados. Apesar de em muitos momentos essa rede significar o suporte às mulheres e aos empreendimentos, também em muitos outros sua construção e manutenção as sobrecarregam: "nossa senhora, não sei o que que eu vou fazer com tudo isso, essa é a verdade. Fora a minha vida pessoal, que muitas vezes fica de lado porque... ai, minha cabeça tá aí, né?".

Ainda que essas relações de solidariedade facilitem a participação das mulheres na economia solidária e feminista, podem ser observados que em alguns casos, existem entraves para a sua construção desde o âmbito familiar. É o caso de maridos que desincentivam ou não permitem a participação das mulheres no mundo do trabalho ou em espaços de formação: "Aí quando eu fui mandada embora, aí já tava casada, aí meu marido falou: 'ai, eu acho que o que eu ganho dá pra nós dois, não precisa mais trabalhar'. Já tinha parado de estudar, porque ele era muito ciumento, não queria que eu fosse pra escola".

> "E em casa aquele negócio de: 'Ah, você não pode fazer isso. Ah, você não pode fazer aquilo. Ah, por que você vai fazer isso? Você não está ganhando nada'. Eu tinha esse negócio na minha própria casa. Dentro da minha própria casa. Muitas vezes eu cheguei aqui e chorava aqui, sabe? Porque desfaziam do meu negócio. Desfaziam. Mas, tipo assim, eu... Pela minha deficiência que eu tinha, eu não era capaz. Eles achavam que eu não era capaz. E minha mãe, tipo, minha mãe era assim. Queria que eu ficasse em casa, que descansasse, que eu ficasse vendo televisão, tivesse lendo. Triste isso". (Rosângela, Colibri)

> Em um dos grupos, não por coincidência, um grupo formado por mulheres em situação de violência doméstica, há extrema dificuldade de articulação entre as participantes e de consolidação do grupo como um empreendimento da rede.

> "São mulheres que têm afirmação sempre, de seus companheiros, de que elas não são nada, que elas não podem, que elas não... e é muito difícil. Eu já, vários anos, eu venho tentando montar um grupo grande, várias mulheres já passaram, já me acompanharam. Eu não desisto. Porque é muito difícil. Já houve casos de mulheres estarem comigo e terem que mudar de cidade. Pela violência. E aí a gente perde essa mulher no grupo, né". (Cecília, Todas por uma)

São situações de violência e opressão que vem de dentro da família ou de relações próximas: "Dentro da minha própria casa. Isso aí, eu não tenho como esconder essa parte.". Nessas situações, a ausência das relações que configuram suporte material e objetivo para o trabalho nos empreendimentos podem ser vistos como a ruptura da articulação dos níveis de solidariedade, e representam entraves e limites para a entrada e participação das mulheres na economia solidária e feminista.

CONCLUSÃO

A participação das mulheres na economia solidária e feminista, entrada e permanência, é influenciada por uma série de determinantes sociais, que aparecem nas histórias de vida das mulheres a partir de diferentes perspectivas. A ideia de apresentar as histórias cruzadas é justamente perceber, nas diferentes trajetórias, onde essas questões se encontram, sendo como facilitadoras ou como obstáculos para a participação das mulheres nos empreendimentos e espaços de formação e articulação política.

De maneira geral, a relação com o mercado de trabalho é uma dimensão indispensável para entender a entrada na economia solidária, seja por dificuldades de inserção ou permanência no trabalho de mercado (deficiência, idade, maternidade, sobreposição de diversas responsabilidades de trabalho, que muitas vezes se mostra insustentável), seja pelas experiências das mulheres fazerem a escolha de trabalhar de maneira mais solidária, justa e horizontal.

Nesse contexto, as políticas públicas de economia solidária tiveram um impacto significativo na vida das mulheres, pois a partir de políticas municipais, muitas delas tiveram acesso à formação técnica e política, e vieram a conhecer e integrar o movimento de economia solidária e o debate feminista. Essa dimensão se mostra significativa quando olhamos para a descaracterização e o desmantelamento dessas políticas públicas. Alguns grupos perdem apoio, espaços de encontro e produção, e tudo de maneira bastante traumática. Não coincidentemente, esse é o momento de chegada de muitas mulheres à AMESOL.

Uma das questões que influencia a participação das mulheres é o trabalho de cuidados com outras pessoas e o trabalho doméstico, dimensões que muitas vezes ficam invisíveis, mas que se constituem como responsabilidades que precisam ser conciliadas e negociadas com as responsabilidades do empreendimento e de um trabalho gerador de renda. Em algumas situações, a economia solidária permite liberar um tempo para o trabalho de cuidado que também é valorizado pelas mulheres, pois o trabalho, desde a casa e a flexibilidade na organização do tempo, facilita para que elas possam, além de gerar renda, dedicar-se ao cuidado familiar e doméstico. Em muitos casos, essa flexibilidade acentua a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo que as mulheres têm para si, deixando clara a necessidade de uma renegociação dessas responsabilidades.

Por fim, as relações de solidariedade constitui o terreno onde as mulheres constroem a economia solidária e feminista. Essas relações podem partir das famílias ou podem ser construídas fora de casa. Assim

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

como as outras questões debatidas, elas apresentam certas ambivalências, pois, se por um lado são ajudas e sustentações objetivas e subjetivas que as mulheres têm com o trabalho no empreendimento, também demandam tempo de construção e cuidado (mais uma tarefa para a grande lista de tarefas a que essas mulheres têm que cumprir), e em alguns casos, as relações próximas (como casamento) são impeditivos para que as mulheres circulem por novos espaços.

FORMAS DE ENGAJAMENTO E A FORMAÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS

A economia solidária e feminista não é apenas uma prática empreendedora, mas também um projeto político e um questionamento à ordem estabelecida. Nesta seção, o objetivo será apresentar em que medida e através de que tipos de processo de politização as mulheres da AMESOL participam na construção deste projeto. Quais são os objetos de engajamento político? Em quais espaços esse engajamento acontece? Quais os tipos de ação? O que as formas ou espaços de engajamento das mulheres da AMESOL tem de diferencial? Quais são os pontos comuns e as principais diferenças entre as mulheres da AMESOL neste âmbito e os fatores que os explicam?

DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE ENGAJAMENTO

Algumas mulheres que compõem a AMESOL vêm do movimento feminista. Um dos casos emblemáticos é um grupo de mulheres que desenvolvia ações contra a violência na Zona Sul de São Paulo, o Maria Mariá, e que participaram da criação da AMESOL. São diferentes trajetórias do engajamento na luta feminista que trazem as mulheres à economia solidária, e que têm em comum a busca pela autonomia pessoal e financeira, apostando nas relações produtivas calcadas na solidariedade.

> "A gente luta porque a sociedade acaba impondo que mulher tem que ficar dentro de casa, cuidar da casa, cuidar da cozinha. Desde criança com os brinquedos, pra menina é a cozinha, ferro, boneca... Eu acho que a AMESOL luta pra quebrar esse paradigma e dar um apoio pra mulher ser sua própria empreendedora, você ir lá e fazer e mostrar que a mulher é capaz, conquistar seu espaço no mercado de trabalho fazendo o que ela faz de melhor". (Gaby, A toca do gnomo)

Há uma relação intrínseca da AMESOL com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). A MMM é um movimento de mu-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

lheres transnacional que surge da inspiração de uma manifestação realizada no ano de 1995 em Quebec, no Canadá. Entre as reivindicações conquistadas nessa manifestação, foi o aumento do salário mínimo e o apoio à economia solidária. No Brasil, a MMM tem o papel de dinamizar o movimento feminista, e se organiza de maneira orgânica e capilarizada desde os anos 2000, trazendo entre outras pautas, a busca por autonomia via construção da economia solidária e feminista. A aproximação da AMESOL com a MMM se dá, em grande parte, por conta da equipe da SOF, que além de fazer o trabalho de "animação" da AMESOL, também compõe o Secretariado Nacional da MMM, como veremos no próximo capítulo.

Por outro lado, há mulheres que tiveram por meio da participação na AMESOL o primeiro contato com o movimento feminista. É importante ressaltar que a aproximação com o debate feminista não significa identificação com ele logo de cara. Algumas mulheres da AMESOL relatam de início uma resistência ao envolvimento com esse debate, principalmente, quando a referência (negativa) que tinham vinha da mídia:

> "Na verdade, não era nem bem visto, né? O movimento feminista aqui. Não era muito bem visto. Porque as pessoas feministas da família, que a gente tinha assim, não era uma referência muito boa. A referência que eles passam na mídia também, não é uma referência muito boa." (Camila, Zuca Artes)

> "É uma ideia diferente, que não sabe que é ou que pratica o feminismo e vê com os olhos maus. A mídia vende o lado negativo das coisas e não é." (Patrícia, Patricinha artesanatos)

Essas contam que a partir do contato com as outras mulheres e do debate feito nos encontros da AMESOL, sobre "a força da mulher além da casa", mudaram de opinião.

> "Aí [quando entrei na AMESOL] que eu fui entender o que era o feminismo. O lado de dentro. Todo mundo fala do feminismo, outra coisa é você vivenciar. Uns que falam e outros que realmente militam nesse meio. Eu mudei muitos conceitos na minha vida, comecei a enxergar de um outro contexto." (Elaine, Batuque na cozinha)

> "Essa semana, eu encontrei com a minha irmã e falei: 'a gente está indo lá na AMESOL, que é um movimento feminista.' Aí ela falou assim: 'Mas você é feminista? Você é ou não é?'. Eu: 'Olha, deixa eu te explicar. Eu vou te explicar o seguinte. De que forma que você vê o feminismo? Porque de repente você vai falar que eu sou, mas eu não sou aquelas radical. Não. Feminismo não é só isso." (Eliana, Zuca artes)

> "Foi onde eu tive o reconhecimento como mulher. Antes eu era reprimida. Eu era dona de casa. Eu tinha um pouco de medo, a gente conhecia o feminismo como vândalo. Aquilo me assustava. Uma amiga me chamou e falou 'não é nada disso, vamos conhecer'. Foi ali que eu consegui ver realmente o que é o feminismo. Não é como o

povo fala. Eu ficava com medo até o ponto de ir pela primeira vez. A AMESOL me serviu pra abrir os olhos para me mostrar que eu posso. Eu posso me sustentar sozinha." (Maurisa, Tendarte)

Algumas mulheres que fazem parte da AMESOL vêm do movimento de economia solidária, onde é importante ressaltar as formações e perspectivas diversas. A maioria das mulheres que chegou a AMESOL, a partir de uma trajetória na economia solidária, teve passagem por políticas municipais de economia solidária já citadas, como as de São Paulo, Santo André, Osasco, São Bernardo do Campo, e que tiveram diferentes características entre si. Outras chegaram a AMESOL por meio da participação na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, também conhecida como "Redona".

"Antes eu já era da economia solidária. Mas daí ia em reunião, em reunião. A gente dividia muito, vai se dispersando. Aí quando realmente surgiu a ideia da AMESOL, aí a gente veio mesmo pra construção dessa proposta. Muitas são oriundas de outros espaços da Economia Solidária." (Dinah, Artemanhas)

Essas, não são as únicas lutas às quais as mulheres da AMESOL se engajam. Tem mulheres que fazem parte do movimento negro, da luta por moradia, movimento indígena, LGBT, e da luta antimanicomial, dentre outros.

"É um trabalho de formiguinha. Enquanto mulher eu entendo que tem que caminhar tudo junto: economia solidária que é pra dar a base pra que ela tenha o sustento dela. O feminismo que é esse olhar de cuidado umas com as outras. E mais a parte do movimento negro. É isso que eu quero levar pras mulheres negras: se deu certo pra mim, pode dar certo pra elas." (Elaine, Batuque na cozinha)

Às vezes esses debates se convergem, às vezes não. De certo modo, têm em comum caminhos para reivindicar direitos e construir a própria autonomia, para morar, para gerar renda, para ter acesso à saúde, lutar contra o preconceito ou outros determinantes sociais. Nesse sentido, as diferentes formas de engajamento político das mulheres fazem parte da busca por liberdade, por autonomia, pela oportunidade de circular por outros espaços.

"Depois que eu entrei para o movimento de saúde, aí é que eu faço. Eu sei meus direitos, eu sei o que está precisando, o que está faltando. Eu falo e falo alto mesmo. Eu não era disso. Se o pessoal fizesse assim para mim eu começava a chorar. Agora não. Eu encaro e falo. Falo e peço as minhas reivindicações." (Rosângela, Colibri)

Ainda há mulheres que chegaram à AMESOL a partir de uma demanda imediata e concreta de geração de renda, buscando ferramentas, instrumentos e espaços de comercialização. Nas reuniões, feiras e atividades de formação da AMESOL, elas encontram o debate sobre economia femi-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

nista e economia solidária, e suas diferentes formas e perspectivas de engajamento. "Não é só o comércio, tem um além, tem um a mais".

> "No meu crescimento, nas minhas vivências, não tinha esse tipo de discussão. Do feminismo, da importância da mulher se enxergar como mulher, empoderar outras mulheres. A gente não pode viver à mercê. A gente tem que se apropriar disso: ser mulher. Chegar aqui [na AMESOL] e ver esse tanto de histórias diferentes, ver como cada uma se completa, se fortalece, se ajuda, é engrandecedor. É uma experiência nova pra mim, como ser humano e como mulher. Tenho várias questões internas e externas, eu quero olhar pra isso, lidar com isso também. A gente é mulher, mas não é toda mulher que é feminista. É um divisor de águas pra mim, na minha vida." (Monicque, Aiyra da terra)

POLITIZANDO O COTIDIANO

Se estamos falando do engajamento das mulheres no movimento feminista, na economia solidária, na luta por moradia, saúde mental, ou no movimento negro, podemos ver, na história das associadas da AMESOL, como essas questões são suscitadas por experiências vividas por elas ou em suas relações de proximidade.

A identificação com o debate feminista na maioria dos casos parte de uma experiência pessoal de violência ou opressão. Outras vezes, são situações de violência ou opressão que acontecem com mulheres próximas (moradoras do mesmo condomínio, familiares, amigas). O engajamento na economia solidária aparece, em muitos casos, partindo da identificação de injustiças e processos adoecedores vivenciados no mercado de trabalho.

> "Você sente realmente a indiferença e injustiça quando você é protagonista da situação. Aí você vê a vulnerabilidade. São poucos espaços como o nosso. A gente tem que valorizar. Eu acredito. Eu só tô na AMESOL porque eu acredito. Que é possível mudar. O mundo eu não sei, mas é possível mudar a nossa realidade. Não é um pensamento individual, é coletivo. Isso só acontece quando tem envolvimento. Quando você é militante você tem um outro olhar, de acolher as crianças, negras, lésbicas, todas. Nós que somos feministas temos que nos comprometer com os problemas das mulheres, não dá pra ser indiferente. O problema da mulheres é o problema da maioria da sociedade brasileira. É nesse sentido, pra sobreviver com dignidade." (Dinah, Artemanhas)

Valendo-se da mobilização de situações pessoais para refletir sobre questões sociais e coletivas, é feito o movimento de "questionamento da ordem". Isso não passa, necessariamente, pela confrontação direta, por que em determinadas situações implicaria em risco para as mulheres. Ele acontece, muitas vezes, em conversas mais privadas, com a mãe, a irmã, a vizinha. Na tradicional separação entre o mundo público e o privado, as mulheres ficam circunscritas à esfera privada onde, teoricamente, não haveria construções pertinentes ao debate público. As mulheres da AMESOL, no

entanto, nos mostram o contrário. A forma de engajamento, pautada nos diálogos de proximidade e na criação de um olhar e de objetivos compartilhados (feita em grupos menores, trazendo ao debate elementos de sua trajetória particular), acontece, sobretudo, em tais lugares ditos privados: no ambiente doméstico e familiar, no condomínio ou vizinhança, na igreja.

"Eu nunca gostei muito de política, então eu sempre fugi de tudo que é, sabe, assim, tudo que é movimento, eu nunca fui muito de movimento. Mas sempre fui feminista no meu cantinho, sozinha. Mas eu sempre, sozinha. E aí quando elas me levaram pra lá, eu falava: "ai, mas será que não tem política..", porque eu odeio falar de política, participar desses papos chatos, tal, tal. E fui conhecer. E eu descobri... nossa! Eu me apaixonei pela AMESOL.

Me deu autonomia pra conversar com outras mulheres. Isso que foi legal. Um exemplo disso: eu tava, esses dias, conversando com uma menina que foi fazer caminhada comigo, ela é enfermeira. E o marido dela tem uma pizzaria. E ela foi fazer caminhada, era folga dela, e no dia da folga: 'agora eu tenho que trabalhar na pizzaria'.

Eu falei: 'você tem que trabalhar na pizzaria, mas você não vai descansar?' Eu falei: 'eu não tô querendo atrapalhar seu casamento, não quero influenciar você, não quero estragar, mas eu preciso te falar... enfermagem, por que que eles te dão um dia de folga? Porque você se desgasta muito no dia que você tá trabalhando e você tem que descansar pra você tá bem no outro dia pra atender os seus pacientes. Não é isso?' Ela falou: 'É'. 'Então por que que você não vai descansar? Você não tem que trabalhar. Ele faz a função dele e você faz a sua. Porque você vai pra casa, você vai ter que limpar a casa, e depois vai ter que trabalhar na pizzaria com ele? Você acha isso justo?'

Aí você começa a conversar, devagar, né: 'vai, não precisa enfrentar ele, mas vai disfarçando, vai conquistando...'. Pra ela ter essa... Pra ela conseguir sair. Ela ficou pensando, falou: 'poxa, é mesmo.' Aí, sabe quando você vê que a pessoa começa a refletir e você começa a... ganhar, sabe... É bem complicado, mas a AMESOL me ajudou a me fortalecer pra conversar com essas mulheres." (Tânia, Cirandarte)

Assim como o motor do engajamento político parte de situações cotidianas, o lugar de fazer política também o é: a casa, a vizinhança, a igreja, o quintal. Reconhecer isso é também quebrar com imaginário masculino do que significa "fazer política", que seria estritamente fora da casa, em cima de um palanque, na filiação à um sindicato ou partido. Sem esquecer, é claro, que todos esses espaços, também podem ser ocupados por elas.

As mulheres da AMESOL mostram como os lugares que seriam de reprodução da vida também são lugares onde se faz política. E vice versa. As mulheres quando chegam aos espaços políticos "tradicionais" levam uma série de demandas e dilemas que extrapolam os lugares estritos das vidas particulares e familiares.

"Eu e meu genro, meia volta a gente só falta se pegar aqui dentro. Só que agora eu já ganhei. É, eu já ganhei a briga. A gente

começa a discutir por causa de política e eu falo pra ele: 'você não criou quatro filhos, você não era viúva. Então você não fala do que você não sabe não. Você é só um moleque ainda, vai perguntar pra tua mãe qual o partido que ela apoia. PT [Partido dos Trabalhadores]. Tá vendo? Porque ela também criou você sozinho, sabe? Sem um pai pra criar, pra educar, pra ajudar, pra nada. Então, ela sabe o que que é luta, o que que é briga, o que que é você não ter apoio de ninguém, e você conhecer políticos pra servir cafezinho pra eles, sabe assim?'. Eu falei: 'se você tivesse passado essa época pelo que eu passei com quatro filhas, quatro filhos sozinha pra criar você daria valor'. A meia, sabe, o uniforme, o tênis, sabe, o material, a lata de leite. Tudo isso conta demais, sabe assim? Sem contar que eu ainda fui beneficiada na época do Bolsa Família, menina. Nossa, naquela época me ajudou por demais." (Conceição, Manias de menina)

É o caso da participação em partidos políticos, conselhos de direito das mulheres, nos atos na rua, em audiências públicas. A partir da participação no coletivo e dessa construção de um horizonte comum de reivindicação, elas levam aos lugares ditos públicos, as demandas de suas realidades concretas, cotidianas, ou seja, creches para as crianças, formas de financiamento que sejam compatíveis com os tempos e lógicas de organização dos empreendimentos solidários femininos, políticas públicas de fomento à iniciativas solidárias, transporte público de qualidade.

O COLETIVO COMO ESPAÇO DE RECONHECIMENTO

Partindo do reconhecimento de que o engajamento parte de uma experiência pessoal, é importante ressaltar, também, a importância da participação no coletivo. É a partir do encontro com outras pessoas que se traz novo sentido às experiências vividas. A partir desses encontros, as mulheres da AMESOL passam a ressignificar suas trajetórias individuais:

"Eu olho pra essa mulher guerreira e eu me identifico. É bem parecida com a minha história" (Conceição, Manias de menina)

"Quando eu entro pro movimento eu começo a perceber coisas que não percebia antes." (Tânia, Cirandarte)

"Foi participando do grupo que eu descobri o que era violência e o que tinha acontecido na minha família." (Cecília, Todas por uma)

É por meio da participação nos coletivos que acontece a politização do cotidiano. É um processo de subjetivação onde a mulher pode repensar a própria trajetória, e reconhecê-la dentro de uma estrutura social.

"Na AMESOL eu me sinto mais fortalecida, eu não era aquela louca que pensava tudo do contra ou questionava tudo: porque de eu ser assim. Por que fazer assim? Por

que que a gente precisa disso? Não, tinha um fundamento já, tem um fundamento nas coisas que eu buscava ou que eu falo. Eu cheguei a me questionar: 'nossa, mas eu sou tão diferente. Por que que eu sou tão...' criada ali naquele mesmo grupo de mulheres, eu não tenho muitas amizades. Minha mãe tem muitas amizades, principalmente com as mulheres, que a gente tem um outro grupo que a gente anda a cavalo e lá é um mundo machista. O mundo do sertanejo é machista. E eu gosto de estar com elas, mas ao mesmo tempo não me enquadrava com o modo, o jeito de pensar delas. Eu achava que o problema era eu. Eu consegui ver esse outro lado, de que a mulher tem o poder. Sem mulher, o que é a sociedade?" (Patrícia, Patricinha artesanatos)

Há muitas formas de integrar coletivos, e a partir deles, ressignificar suas trajetórias. Certamente, o coletivo da AMESOL tem esse papel pra muitas. Mas, isso pode ser visto em outros coletivos, não, necessariamente, anteriormente politizado.

"Eu daria o exemplo da companheira, né, de feminismo, porque ela veio e casou e ficou lá em casa. Lava, passa, cozinha, leva os meninos na escola, vai pra reunião, leva o menino no médico, e não sei o que, fica no hospital... Eu tô dando o exemplo da companheira, quando ela entra neste grupo [de costura], aí ela vai descobrindo mais coisas: 'não, eu posso'. Aí alguém chega e diz pra ela, quantos 'não' recebeu dentro da própria casa. 'Não'. Aí ela deixava o marido dar as costa. 'Eu vou fazer, vou provar que eu posso, que eu sou capaz'. Eu acho que é isso, né." (Rejane, Retrós Vest)

Em alguns casos, há uma rigidez maior que confere o pertencimento, como o caso da Redona, que tem reuniões periódicas e é necessária a participação nas reuniões para acessar outras dimensões dessa organização, como feiras e outros espaços de comercialização. A AMESOL, também, requer certa rigidez na participação, pois é preciso frequentar algumas reuniões para poder ser inserida no grupo do *Whatsapp*, por exemplo.

Há muitas mulheres que por meio da AMESOL têm contato com a Marcha Mundial das Mulheres. A "Marcha" tem uma organização relativamente flexível, e concentra as mulheres, principalmente, nos atos na rua e atividades de formação e articulação. Há uma percepção fluida entre as mulheres da AMESOL do que seria participar do movimento feminista, pois para algumas delas apenas ser parte da AMESOL já lhe confere esse lugar, para outras, tem a ver com "símbolos" como a camiseta ou a bandeira da Marcha Mundial das Mulheres, e para outras, isso requer uma dedicação mais

periódica e presente, ainda assim, fazendo parte da AMESOL não se consideram parte do movimento feminista.

Ainda que com diferentes dinâmicas de participação nos coletivos, a questão é reconhecê-los como espaços públicos de proximidade, como sendo espaços onde se faz política. Esses lugares não são institucionalizados, são sequer lugares físicos, pois podem ser encontros, pode ser uma conversa virtual. Esses espaços são políticos na medida em que neles se debate sobre as desigualdades, sobre os projetos comuns, onde as mulheres podem reconhecer as estruturas sociais nas quais estão inseridas.

> É que isso agrega muita coisa para mim. Muita coisa. Muita sabedoria, muito aprendizado, muita troca de conhecimento. O que eu consegui para poder me soltar na vida, entrando para esses grupos... Isso para mim significa liberdade. (Rosângela, Colibri)

As formas de engajamento e politização têm a ver com as condições de vida das mulheres, algumas negras, da periferia de uma grande metrópole. Os locais de moradia, distantes do centro; as vivências dolorosas no mercado de trabalho, quando conseguiam acessá-lo; as muitas responsabilidades sobrepostas na vida das mulheres , tudo isso tem reflexo nos processos, objetos e formas das "causas" às quais elas se engajam, e nos espaços a partir dos quais elas se politizam. No caso da AMESOL, a dimensão econômica é a "porta de entrada" para a vivência nos empreendimentos e em espaços de engajamento político.

Os empreendimentos econômicos podem ser os espaços de politização para as mulheres, isso acontece quando o grupo vai além da produção ou comercialização, quando não há essa fronteira da economia (como um mundo privado) e a política (o assunto público). O fato de serem só mulheres contribui para isso.

> "Eu achei que era só pra vender, só depois eu fui entender o conceito de Economia Solidária. Economia solidária é diferente, é acolhedora. Ela entende o problema da mulher, tem que cuidar da mãe, do filho. Tem que cuidar de todo mundo, mas não cuida de si. E dá pra fazer diferente. No seu tempo. Esse acolhimento é muito importante. Eu me identifiquei muito em estar na AMESOL pelo cuidado. O cuidar da outra. Olhar pela próxima. Se preocupar se veio, porque não veio, se está com problema dentro de casa. Esse olhar de cuidado com a outra mulher, isso cresceu bastante em mim. Aí que eu fui entender o que era o feminismo. O lado de dentro. Todo mundo fala do feminismo, outra coisa é você vivenciar. A gente dá um jeito pra que todo mundo possa no seu jeito, da forma que pode. É uma injeção de autoestima muito grande ver seu trabalho valorizado. É um trabalho. É um meio de vida, o meu meio de vida. Eu estou fazendo parte disso." (Elaine, Batuque na cozinha)

AUTONOMIA E CRESCIMENTO PESSOAL

Em alguns casos, o sentido do engajamento se aproxima do sentido de realização

conferido ao trabalho no empreendimento, de valorização do trabalho e conquista da autonomia financeira. Em outros momentos, o sentido do engajamento está mais ligado a uma dimensão pessoal.

É uma sensação de "não estar sozinha". Se reconhecer na vivência de outras mulheres, criar relações de confiança onde se pode conversar sobre assuntos íntimos.

> "Eu me apaixonei pela AMESOL. Eu falei: 'Caramba, meu! Não tô mais sozinha!' (risos) Tipo, tudo que eu achava, assim, que eu conversava com as mulheres, né, e eu descobri que eu não tava sozinha, que fazia sentido tudo que eu pensava. E me deu autonomia pra conversar com outras mulheres. Isso que foi legal." (Tânia, Cirandarte)

> "Então eu acho que nisso a AMESOL é muito reconfortante, porque você se sente íntima a ponto de poder falar de algo que te aflige e você não tem com quem. Então, nisso, eu gosto de verdade. Eu me sinto muito envolvida nessa parte de que vai acolher as outras pessoas, de conversar com elas, de discutir problemas que a gente não discute em outro lugar. Tem muita gente que tira a máscara e participa de verdade. Então é um grupo que eu gosto de estar." (Priscila, Coletivo Trans Sol)

Essa é a dialética entre o papel do coletivo e o crescimento pessoal. Porque a transformação da dimensão pessoal, é levada para o coletivo. O coletivo transforma as mulheres e elas transformam o coletivo.

> "Esquecer de mim, não. Eu me amo, eu me protejo, eu me fortaleço. Seria hipócrita dizer que eu não tenho ganho. Mas o meu ganho é esse. Eu me fortaleço junto com elas. A gente aprende. É uma troca. São mulheres maravilhosas, que tem criatividade, que buscam, que aprendem mesmo. É isso que me fortalece. Porque mesmo elas sendo o tempo inteiro bombardeada de: 'você não é. Você não pode. Você não tem. Você não faz'. Aquelas que conseguem reverter esse quadro, é bem bacana. Vocês crescendo, eu cresço junto." (Cecília, Todas por uma)

> "Crescer é mais difícil sozinha. Quando você encontra um grupo que acredita nas mesmas coisas que você, no poder da mulher, no apoio, que você não se vê sozinha, é muito mais fácil. A AMESOL pra mim é conhecimento, me trouxe muita coisa. Isso me ajuda a crescer. AMESOL pra mim é crescimento. Individual e coletivo." (Patrícia, Patricinha artesanatos)

> "Espero que a gente possa crescer juntas cada vez mais, que a AMESOL deslanche e cresça. Que a gente possa realizar os sonhos da AMESOL e nós crescendo junto também. O crescimento da própria mulher." (Sueli M., Tendarte)

> "Eu quero crescer junto com a AMESOL, junto com a mulherada." (Patrícia, Patricinha artesanatos)

Elas levam essa mudança pra dentro de suas casas. Para suas famílias. Naquela conversa com uma irmã, com a mãe, uma vizinha. Elas convidam essas mulheres para os eventos de economia solidária, para os encontros feministas. Para o coletivo da AMESOL.

"[Entrar para a AMESOL] trouxe mudança na formação dos meninos [os filhos]. Aqui em casa, como a gente é em seis, então você vai lavar uma louça, são seis pratos, são seis copos. Então você imagina. A gente ensina que eles tem que fazer, e tal. Então a gente na conversa, assim, vai devagarzinho, a gente vai tentando fazer a nossa diferença, né." (Eliana, Zuca Artes)

"Nesse dia, nesse mesmo dia que eu fui lá [na AMESOL], eu aprendi. Eu consegui abrir a mente. Então estou sempre lá na AMESOL e acho muito legal. Eu consegui levar minha mãe. Minha mãe hoje fala para mim: 'Pô, você faz coisa que nem seus irmãos faz'." (Rosangela, Colibri)

"Essa semana eu encontrei com a minha irmã e falei: 'a gente está indo lá na AMESOL, que é um movimento feminista', aí nós começamos a conversar. Já fazia acho que uns três meses que a gente não conversava. E nosso papo foi assim, ficou quase duas horas conversando sobre isso. Foi até gostoso. Ela também abriu a visão. Ela tem a cabeça fechada, então a gente não conversa muito. Pra eu não passar raiva... A gente começou a conversar e eu falei, 'nossa, foi legal'. É legal a gente aprender esse lado bom do feminismo, porque quando surgiu o debate foi bem legal." (Eliana, Zuca Artes)

ENCONTROS E ENTRAVES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

A AMESOL é um espaço no qual se pode perceber a ponte entre a experiência pessoal e a formação política. O que procuramos entender, foram quais as condições existentes para que experiência e politização se juntassem.

Nos encontros de formação, reuniões e feiras da AMESOL acontece, na prática, a relação entre a economia feminista e a economia solidária, por meio do encontro de diferentes caminhos. As mulheres se juntam em experiências práticas de solidariedade e de geração de renda dentro de suas diferenças, se reconhecendo e ressignificando a visão que têm sobre a economia, trabalho, justiça, autogestão, sobre as responsabilidades e divisões dos trabalhos necessários para reprodução da vida.

Em alguns momentos, essas conexões não são tão claras. Às vezes elas dizem que não conseguem entender "como é que essa economia feminista vai mudar as minhas relações na prática, dentro da minha própria casa ou do meu empreendimento."

"É difícil se achar na economia feminista, sentir que a gente pode ser útil na rede de economia feminista, porque parece que tem só lutas e não avanços, diferente da economia solidária que tem muitos atores." (Edna, Tendarte)

"A dificuldade agora, o que eu vejo mais, é a questão da prática, colocar em prática os conceitos, as formas de pensar, como eu vou passar isso para você. Porque a partir do momento que você vê eu mudando, essa é a reação, você muda também ou pára para pensar, pelo menos" (Patrícia, Patricinha artesanatos)

Na AMESOL, elas fazem críticas, também à economia solidária. São aqueles momentos onde a economia solidária parece "uma roupa apertada que a gente compra no brechó e fica tentando fazer caber", com suas "regras impositivas". Isso acontece, sobretudo, com aquelas dos empreendimentos de produção individual ou familiar, cujas relações de solidariedade envolvendo os processos do empreendimento ficam invisíveis, que não se sentem contempladas pelos critérios formais do que seria um empreendimento de economia solidária.

Nem sempre o grupo consegue colocar em prática as relações de solidariedade a que se propõe.

"A AMESOL para mim é uma conquista. Acho que poderia e pode ser muito mais acolhedora, fazer muito mais coisas pelas mulheres, principalmente no sentido de que as mulheres da AMESOL, elas precisam de sobreviver. Às vezes eu acho que é muito individualismo para uma equipe que diz que é economia solidária. Eu só acho isso. Eu acho que tem que ter humildade, porque 40% não tem humildade, uma quer mostrar que tem mais do que a outra, que sabe mais do que a outra.

Eu entrei na AMESOL vai completar três anos, no começo você se sente um peixinho fora da água, depois você vai se enturmando. Vi muitas pessoas que não tem nada de solidariedade, que está ali por estar. Pessoas que quer passar por cima dos outros, das outras, que não colabora. Mas faz parte, em todos os lugares você vai encontrar uma pessoa assim." (Zoraide, Zo Pasteis)

Por outro lado, fica perceptível a potência que o encontro dos debates da economia solidária e do feminismo têm para a vida das mulheres e dos empreendimentos. Nos encontros em que as mulheres debatem seus dilemas pessoais, seja das atividades produtivas ou das de cuidado, nos momentos onde essas diferentes dimensões não são passíveis de serem compartilhadas entre elas, cria-se esse espaço de proximidade onde podem ressignificar suas trajetórias, as formas de construção da autonomia, e os próprios movimentos feminista e de economia solidária.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Na AMESOL, a incorporação e reflexão sobre o debate feminista perpassam, não só o âmbito da economia, mas numa visão integral da autonomia, que se relaciona com direitos, a reivindicação de políticas públicas, a renegociação de responsabilidades, a ocupação de novos espaços, a importância do autocuidado. Essa forma de construir a economia solidária, que possibilita a politização dessas outras esferas da vida, é apreciada pelas mulheres da AMESOL.

"A solidariedade entre a gente é melhor. É uma coisa mais sincera, sabe? É uma coisa sincera realmente. E você vê que está todo mundo ali, todo mundo no mesmo interesse, pela mesma causa, sabe? Não é que eu estou aqui falando com você disso, mas chega ali eu já faço um comentário atravessado." (Rosângela, Colibri)

"Porque eu achei que lá [na AMESOL] eu fui acolhida e achei que lá realmente era economia solidária. Porque quando a gente estava aqui no Parque [Raul Seixas, onde fica o CECCO que abrigava o empreendimento], a gente teve muita dificuldade de implantar economia solidária. A gente fazia programação de economia solidária aqui. Aí quando a gente ia para a feira era totalmente diferente. Eu ainda quis até sair naquela época. Eu fiquei tão nervosa porque eu falei: 'Se vocês me dizem que é economia solidária, me dá as instruções, me plantam aqui e quando sai daqui a história é outra história, então como é que eu vou ficar nesse lugar?' Aí lá não. Na AMESOL eu realmente achei que lá foi assim um caminho certinho, não é?" (Ilma, Colibri)

"É aquela questão da AMESOL trabalhar com a questão das mulheres, né, principalmente, dentro dos princípios da economia solidária. O princípio que a gente já vinha seguindo, antes mesmo de estar na AMESOL. Então a gente já entrou porque a gente se identifica. Eu acho que as atividades até de fazer a gente se reconhecer como mulher, como trabalhadora. Todo esse trabalho, essa consciência do quanto a gente se sobrecarrega com os trabalhos. Porque a gente não é só empreendedora, a gente não consegue escapar. Quer dizer, a gente escapa porque a gente não deixa essas questões de serviços domésticos e desse trabalho segurar a gente e não deixar a gente fazer as coisas. Então isso não prende a gente. A AMESOL, ela ajuda muito, também, a gente ter essa consciência, né, de qual que é o nosso papel além de empreendedora, de mulher. Até onde um interfere no outro, e como não deixar um interferir no outro, porque eu acho que isso é o mais importante." (Edna, Tendarte)

CONCLUSÃO

Para reconhecer a contribuição feminista à economia solidária é preciso entender a importância dos espaços públicos de proximidade, onde as experiências pessoais podem ser politizadas e enxergadas dentro da estrutura social. Dentre os grupos de economia solidária, percebemos que o que é específico da AMESOL é justamente o fato de serem mulheres auto-organizadas, politizando suas experiências a partir de reflexões sobre as questões de gênero, raça e classe.

A incorporação do debate feminista aos grupos produtivos vinculados à economia solidária cumpre esse papel de "ir além" da dimensão econômica, abrindo possibilidade para que as mulheres se engajem politicamente nos espaços ditos privados, sem deixar de reivindicar os espaços públicos "convencionais".

Nos encontros entre as mulheres da AMESOL, os espaços de diálogo, onde elas trocam experiências, vão sendo construídos os lugares coletivos de fazer e refazer essas conexões entre a economia solidária e a economia feminista. Afinal, os próprios movimentos de economia solidária e feminista estão em construção, em disputa. Na AMESOL, a dimensão coletiva é construída como um espaço público de proximidade, onde as mulheres podem politizar e ressignificar suas experiências cotidianas, e traçar horizontes compartilhados.

MULHERES SE ORGANIZANDO

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

Chegando a este ponto da nossa análise da lógica dos empreendimentos e da história das mulheres da AMESOL e das suas formas de engajamento, nos cabe perguntar: O que é a AMESOL? Qual sua história? Quais atores e atrizes foram importantes no momento de sua fundação? E quais permanecem até hoje? Como o coletivo da AMESOL se constitui? Qual a dimensão da autogestão entre as associadas? Como e onde acontecem as construções do "comum" entre elas?

Fomos investigar o que é a AMESOL e como a realidade dessas mulheres influencia a criação e funcionamento da Associação. Para tanto, foram feitas entrevistas com mulheres que estiveram presentes no momento de articulação para criação da AMESOL, ainda antes da sua data oficial de fundação, em 12 de abril de 2013. Essas mulheres ocupavam e ocupam, sobretudo, o papel de articuladoras e não de empreendedoras. São militantes e ativistas da economia solidária e do movimento feminista que nos contaram um pouco mais sobre as disputas políticas, econômicas, culturais que envolveram a criação desta Associação.

Fizemos 14 entrevistas com mulheres empreendedoras que integram, hoje, a AMESOL, procurando entender o que significa a AMESOL para cada uma delas, qual o sentido que elas atribuem a participação, as dificuldades que encontram, os sonhos que tem para o coletivo. Essas entrevistas foram feitas em atividades de formação e durante a feira da AMESOL ao longo de 2018.

Foram realizadas breves "conversas" nas feiras mensais de economia solidária e feminista, que ao longo de 2018, constituíram-se como o principal momento de construção comum entre as mulheres da AMESOL. As entrevistas foram feitas com 5 expositoras e 9 consumidoras(es), para entender, além das formas práticas de fazer comum entre as associadas, como se dá a construção social do mercado e a relação que elas estabelecem com o público.

A seguir, apresentaremos nossos aprendizados sobre a criação e funcionamento da Associação, a forma como se exerce a autogestão entre as associadas e os desafios que se encontram nesse processo. As feiras de economia solidária e feminista terão destaque por serem o espaço onde o coletivo da AMESOL se forma e acontece na prática.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

A HISTÓRIA DA AMESOL
MOBILIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O FAZER COTIDIANO

A história da AMESOL tem o seu início no Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária, grupo que se reunia uma vez por mês e sentiu necessidade de ter um instrumento de organização das mulheres da economia solidária, conforme conta Vera Machado. Na discussão, a organização foi ampliada para além das mulheres dos empreendimentos do Fórum. Somaram neste processo, entidades, ONGs, movimentos sociais, gestores e gestoras públicas, principalmente, da cidade de Osasco.

A AMESOL nasce, portanto, de "muitas sinergias" que dizem respeito ao contexto cultural, político e econômico do nosso país, às fontes de financiamento, articulações sociopolíticas, às possibilidades de organização da sociedade civil e da disputa por políticas públicas, sem falar da trajetória pessoal das pessoas envolvidas, como vimos no capítulo anterior.

Vamos tentar aqui, delimitar algumas dessas forças, apresentando o campo de disputa em que nasceu a Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, no ano de 2013. Apresentaremos, também, as condições que fizeram possível a existência da AMESOL ao longo dos últimos anos, e como as mudanças no contexto refletiram no corpo e na dinâmica da Associação.

É importante destacar o papel das políticas públicas na conformação de condições que fizeram possível a criação da AMESOL. Essa história, no entanto, não é a única. A seguir, mostraremos a história da mobilização das mulheres, uma história que merece ser visibilizada para além do processo institucional. São histórias que se cruzam e se complementam, criando um campo de interação, das quais, as trabalhadoras dos empreendimentos e as articuladoras contribuem de forma dinâmica.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas públicas tiveram papel importante na criação da AMESOL, porque elas significavam a possibilidade de financiamento das demandas necessárias para essa articulação, um quadro de articuladoras e agentes remuneradas, além de recursos para garantir infraestrutura para organização de eventos, possibilitando encontros, atividades de formação e espa-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

ços de comercialização. Vale ressaltar que, a maioria dessas políticas públicas foi criada em gestões do Partido dos Trabalhadores, tanto em nível nacional, como municipal.

Entre os anos de 2010 e 2013, a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de Porto Alegre/RS, atuou em convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) na execução de uma das ações do "Projeto Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária". Esse projeto era voltado para a promoção do desenvolvimento local por meio do fortalecimento comunitário e a geração de trabalho e renda em empreendimentos e iniciativas solidárias. Executado pela Guayí, o Projeto Brasil Local "Economia Solidária e Economia Feminista" foi desenvolvido em 9 estados do país, mapeando empreendimentos solidários de mulheres, organizando atividades de intercâmbio e formação. Como desenvolvimento deste projeto, tem-se a criação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).

> A Rede de Economia Solidária e Feminista pretende valorizar e fortalecer a presença das mulheres na Economia Solidária, contribuindo com a construção de sua autonomia econômica por elas mesmas. Questionar a "naturalidade" com que o trabalho doméstico é destinado às mulheres, como se fosse vocação delas, como se não fosse trabalho. Diversificar as possibilidades delas de atuarem profissionalmente, sem ficarem relegadas a profissões ditas "femininas". Uma rede, da forma como propomos, é um conjunto de empreendimentos articulados entre si, que trocam informações e experiências, se complementam e se fortalecem na sua atividade produtiva, a partir dessa relação.

No estado de São Paulo, algumas das agentes que coordenaram as ações do projeto "Brasil Local Feminista" tiveram papel fundamental na criação da AMESOL e até hoje dela fazem parte, como Vera Machado, Sandra Santana e Maria Fernanda Marcelino. Algumas delas vinham já do envolvimento com a economia solidária, como é o caso de Vera Machado, na época assessora parlamentar, militante feminista envolvida com a criação de fóruns e políticas municipais de economia solidária em São Paulo, desde o final dos anos 1990, outras, vinham do debate feminista, como Maria Fernanda Marcelino, articuladora do movimento feminista e educadora da SOF, e Sandra Santana, militante da Marcha Mundial das Mulheres e Educadora Popular da Rede de Educação Cidadã (RECID) do Instituto

Paulo Freire e do Maria Mariá, organização de mulheres no Jardim Ângela que desenvolvia ações de superação de violência e autonomia econômica.

A SOF é uma organização não governamental com sede em São Paulo/SP que coordena atividades de educação popular para mulheres, a partir do tripé "Movimento Social, Transformação e Feminismo". Desde os anos 1990, a SOF tem o papel de estruturar a economia feminista, economia solidária, agroecologia e soberania alimentar, por meio da realização de cursos, seminários, oficinas e assessoria processual a grupos produtivos de mulheres. Na primeira década dos anos 2000, a SOF já compunha a coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres e, posteriormente, assumiu o secretariado internacional da MMM, até o ano de 2013.

Nesse contexto, é criada a AMESOL em abril de 2013, como mostra notificação retirada do site da SOF.

> Na última sexta feira, dia 12 de abril, mais de 30 mulheres da Economia Solidária do estado de São Paulo se reuniram na Câmara Municipal para fundar a AMESOL – Associação das Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo.
> [...]
> A AMESOL será uma ferramenta importante para a auto-organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, assim como um apoio financeiro, já que um de seus principais objetivos é a criação de um fundo rotativo que contribua para ampliação e qualificação grupos. Além disso, a AMESOL oferecerá formação técnica e feminista e será um espaço de articulação e troca de experiências.[10]

Entre os anos de 2013 a 2015, um novo convênio entre a SENAES/MTE e a Guayí permite a continuidade das atividades envolvendo e fortalecendo a RESF e, dentro dela, a então criada AMESOL. Esse convênio tinha por objetivo apoiar e fortalecer Redes de Cooperação constituídas por empreendimentos econômicos solidários. Durante o período, foram organizadas feiras, conferências pautando as reivindicações das mulheres para as políticas públicas de economia solidária, e outros eventos. Como balanço deste período, uma das coordenadoras da execução do projeto fala que, ao seu término, ainda era preciso fortalecer os empreendimentos, no que diz respeito à viabilidade econômica, precificação, construção do coletivo.

Concomitante ao projeto coordenado pela Guayí, a AMESOL seguiu sendo animada pela SOF, que ia incorporando a Associação em seus processos de formação via Marcha Mundial das Mulheres ou por projetos/convênios com a Secretaria Nacional de Políticas paras as Mulheres e com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, o que ajudou que a AMESOL tivesse algum amparo financeiro com a inserção nessas políticas públicas.

No entanto, contar a história da AMESOL apenas a partir das políticas públicas seria reduzir o protagonismo de muitas

mulheres. Vale relembrar que desde 2007, a organização das mulheres no movimento de economia solidária vinha ganhando mais visibilidade, e em 2008 é formado o Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Como desdobramento desse movimento, além do angariamento de recursos para fortalecer as mulheres e seus empreendimentos (com os programas e projetos descritos acimas), em São Paulo o debate foi ganhando corpo. O lugar desses encontros, que reuniam tanto mulheres dos empreendimentos como entidades de apoio e fomento, movimentos sociais, parlamentares e gestores públicos, era a Câmara Municipal de São Paulo, na região central da cidade, e na SRTE, Secretaria Regional do Trabalho e Emprego.

As mulheres dos empreendimentos solidários que formaram a AMESOL, se organizavam a partir da situação de vulnerabilidade em que se encontravam no mundo do trabalho, e isso incluía as dificuldades de inserção e permanência no trabalho formal, os impactos da divisão sexual do trabalho, sua invisibilidade e a sobrecarga que traz para suas vidas, e também, a situação frágil e precarizada nos empreendimentos solidários. Elas contam que sempre houve uma quantidade significativa de mulheres nos empreendimentos solidários, mas nas reuniões, nos encontros e nas assembleias da economia solidária, normalmente tinha "um monte de homem e só um pingo de mulher".

> "Eu estou na AMESOL desde que ela foi fundada. Nós já tínhamos o grupo de economia solidária antes da AMESOL com o Maria Mariá, com o apoio da SOF, com nossas formações, e da Marcha Mundial das Mulheres através de suas ações dando oportunidade de participarmos para expor e vender nossos produtos em vários estados. Isso elevou a auto estima das mulheres, pois a maioria delas havia sofrido violência doméstica e sobreviviam com a venda de artesanato, alimentação e sabão (feito com óleo reciclado). Vários desses materiais usados no artesanato é reciclado. A ITCP-USP [Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo] foi super importante no Maria Mariá, nas formações e feiras de troca. Percebi ao participar de espaços onde discutiam Economia Solidária, Conferências e Fóruns, que a maioria eram homens. Hoje estamos conseguindo mudar isso com muita luta. Somos protagonistas da nossa própria história". (Sandra Santana)

Assim, a AMESOL é formada para articular "todo mundo que trabalhava com Economia Solidária e mulheres", tanto empreendimentos quanto organizações de fomento e gestão pública. "O objetivo era fazer uma articulação política", conta Vera Machado. Nessa época, muitos dos empreendimentos que compunham a AMESOL eram coletivos, e vinham de várias cidades do estado de São Paulo, como São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Suzano, Rio Grande da Serra, Osasco, Campinas, Hortolândia, e se reuniam, sobretudo, em áreas centrais da cidade de São Paulo.

Do ponto de vista das mulheres que compunham os empreendimentos solidários, elas estavam na busca por "liberdade, autogestão do próprio negócio, saber por preço justo, saber sobreviver com o dinheiro."

Apesar de estarem nos empreendimentos, nos espaços de produção e comercialização, elas não apareciam nas conferências e eventos de economia solidária e "não tinham o trabalho visibilizado". Uma das empreendedoras lembra:

> "Antes eu já era da economia solidária. Mas daí ia em reunião, em reunião. A gente dividia muito, vai se dispersando. Aí quando realmente surgiu a ideia da AMESOL, aí a gente veio mesmo pra construção dessa proposta. Muitas são oriundas de outros espaços da Economia Solidária. Agora a gente tem autonomia pra fazer a gestão coletiva. Nós passamos a ser protagonistas." (Dinah, Artemanhas)

Durante os anos de 2010 e 2013, a SENAES organizou o Segundo Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários do Brasil. Durante o mesmo período, a SOF e o Centro Feminista 8 de Março, de Mossoró/RN (CF-8) fizeram um levantamento nos Territórios da Cidadania onde atuaram com grupos de mulheres. Foram identificados pelas organizações 972 grupos produtivos de mulheres, frente a 267 identificados pelo Mapeamento da SENAES[11]. Essas cifras sugerem que a delimitação criteriosa do que configura um Empreendimento Econômico Solidário deixa de lado muitas iniciativas protagonizadas por mulheres, pois elas atuam de forma "oscilante", devido, em particular, às responsabilidades como mães e esposas, e tem dificuldades em se enquadrarem nos critérios formais dos empreendimentos de economia solidária. Essa tensão perpassa a história da AMESOL, como conta Maria Fernanda Marcelino, educadora da SOF.

> "As políticas sempre favoreciam exatamente quem já estava estruturado, né. E os grupos de mulheres, ainda que fossem muito mais numerosos, quando foi feita a pesquisa, por exemplo, só identificou os masculinos. Porque os grupos de mulheres são oscilantes. Quando a SENAES foi apresentar os dados, o recorte que eles fizeram excluíam os grupos de mulheres. As experiências das mulheres. Foi-se criando uma rede de pessoas mobilizadas em torno dessa questão das mulheres, com a ideia de formar uma associação. Essa rede era formada por mulheres não necessariamente se identificando como feministas, mas olhando pra essa realidade das mulheres na economia solidária, que é muito desigual. A gente foi criando um outro jeito de olhar pra realidade dessas mulheres, que não fosse reprodução do "mais do mesmo". Porque mais do mesmo, já não estava dando certo, né? As mulheres já eram os empreendimentos mais frágeis, já eram a maioria que ninguém enxergava. Então, fomos criando outras formas de enxergar e de olhar isso." (Maria Fernanda Marcelino, SOF)

A criação da AMESOL, resultado dessas "muitas sinergias", contou com o envolvimento de entidades de apoio e fomento, incubadoras universitárias, representantes de partidos políticos, gestores e gestoras públicas, organizações não governamentais, movimentos sociais, sem esquecer, é claro, das mulheres que integraram e integram

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

os empreendimentos solidários, envolvidas nas atividades de produção e comercialização. A Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo tem o objetivo de ancorar o debate feminista à realidade das mulheres produtoras, tecendo relações de solidariedade e disputando políticas públicas a partir da realidade dessas mulheres.

Com essa nova fonte de recursos, as atividades da AMESOL ganham fôlego. Também pelo contexto econômico e político de aumento do desemprego no Brasil e fechamento ou descaracterização das políticas municipais de economia solidária, muitas novas mulheres chegam à AMESOL. Esse crescimento é visto como positivo pelas sócias e pelas articuladoras, por agregar cada vez mais mulheres, cada uma com sua trajetória e saberes, mas, também, traz alguns desafios para a autogestão e construção coletiva do grupo.

O FAZER COMUM: POTÊNCIAS E LIMITES DA AUTOGESTÃO NA AMESOL

A AMESOL não é um lugar. Ela não tem sede própria, as mulheres se reúnem para reuniões e atividades de formação normalmente na SOF, no bairro Vila Madalena, no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã ou em algum espaço parceiro, como o Instituto Rosa Luxemburgo ou a Casa do Professor (subsede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP).

Desde sua criação, há a tentativa de criação de um estatuto da Associação, que até o início de 2019 ainda não havia sido formalizado. Durante esses anos, a mudança de projetos, das atividades desenvolvidas pelo grupo e do conjunto de empreendimentos que compõem a AMESOL trazem tensão ao esforço de redação de um estatuto que descreva fielmente a realidade da organização das mulheres, já que ela está em constante transformação.

"A AMESOL é uma oportunidade real de vivenciar a economia solidária na prática, além da teoria e toda a formação que a gente tem. O feminismo vem como a base de tudo isso, porque são mulheres empoderando mulheres, fortalecendo mulheres, estando com mulheres e pensando com mulheres. É uma prática real do feminismo. A AMESOL é a expressão do feminismo junto com economia solidária. Eu gosto dessa ideia da "expressão". Eu sempre estive em movimentos sociais,

nesse debate político, social, econômico, mas eu sentia falta de prática. A AMESOL é isso, a prática de toda essa discussão. A expressão desse grupo de mulheres, uma prática de Economia Solidária e Feminista. A gente não fica só teorizando, a gente faz acontecer." (Vanessa, Aiyra da terra)

Se por um lado, essa fluidez do corpo e dinâmica da Associação é apreciada pelas mulheres que dela fazem parte, por outro lado, elas, também, reclamam pela solidez da Associação. Como no caso dos empreendimentos, certo grau de formalização significa alguma proteção jurídica, além da garantia da permanência dos vínculos entre as mulheres. No caso da AMESOL, uma figura jurídica também poderia contribuir para angariar novos recursos, visto que o cenário de curto e médio prazo é de extinção dos programas e projetos públicos de apoio à Economia Solidária.

Se a AMESOL não é uma coisa material (um documento ou uma casa), ela é antes construída "na oralidade", no diálogo como base da construção coletiva. "E aí a gente foi tentando criar a AMESOL, esse debate entre nós. Qual é a melhor maneira?

A gente está nessa construção agora." (Maria Fernanda, SOF)

A AMESOL é o encontro das mulheres na construção comum de projetos, ações e sonhos que se fazem possíveis na intersecção dos debates da economia solidária e da economia feminista.

Se perguntarmos para alguma mulher da AMESOL quantas pessoas fazem parte da Associação, ou quantos empreendimentos a constituem, talvez as respostas sejam inconclusivas. Isso faz parte do movimento de construírem-na como um espaço aberto para a entrada e saída das mulheres, à medida em que suas necessidades de vida demandem. A AMESOL assim é construída como um espaço "acolhedor" e "aberto", onde as mulheres participam por ser um momento de encontro, de reconhecimento, da construção da solidariedade e ajuda mútua, não só em questões relativas aos empreendimentos, mas também, mobilizando elementos das suas trajetórias pessoais e familiares. Isso não significa, no entanto, que não haja compromisso entre as sócias.

O movimento de "não burocratizar a Associação", que parte também da equipe da SOF, aparece como uma forma de que a existência da AMESOL seja compatível com a realidade concreta das mulheres e suas outras demandas que não são somente do trabalho produtivo.

"Este é um debate. É um dos debates. Porque várias que são da AMESOL há mais tempo ficam muito queixosas de que elas estão aqui na Associação discutindo, como fazer, o que fazer, se desdobrando em tarefas. Tem que ir um dia antes pra ajudar a montar, tem que ajudar na divulgação, tem que isso, tem que aquilo... E não é justo que algumas cheguem, só exponham, e depois peguem o recurso. Então aí tem um incômodo com isso. Ao mesmo tempo, que a gente não quer criar uma forma burocrática do tipo, 'para participar das feiras, você tem que participar

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

de, pelo menos, três reuniões'. Porque aí, qual o risco que a gente... qual situação que a gente empurra as mulheres? A gente não quer criar uma burocracia que não seja real pra vida das mulheres. Quer que as mulheres tenham prazer de estar na reunião da AMESOL, se sintam parte dessa construção, que venham para a reunião, que participar da feira é uma decorrência disso tudo. E não burocratizar a participação. Porque isso que acontece em muitos lugares. 'Ah, você pra participar desta feira, você tem que vir pra uma reunião'. A gente fala, 'pô, mas às vezes a pessoa não tem condição de ir numa reunião'." (Maria Fernanda, SOF)

A dificuldade em delimitar as fronteiras do coletivo traz alguns desafios. Essa questão aparece na hora de prestar contas dos projetos e convênios, que muitas vezes viabilizam as atividades da Associação, como também traz incômodo para as participantes mais comprometidas.

"Esse ano tivemos crescimento e amadurecimento muito grande, foi até muito rápido. Esse ano aumentou muito o grupo e algumas coisas importantes ficaram pra trás. Com a entrada de pessoas novas, essas pessoas ainda não tinham se amadurecido dentro do grupo e aí é muita gente, muita coisa... Aquilo foi crescendo e ganhando uma proporção maravilhosa. Hoje muita gente conhece a AMESOL, muita gente conhece o Ponto [de Economia Solidária e Cultura do Butantã], o movimento. E muita gente interessada em participar. Isso foi muito legal nesse ano. Mas isso tem que ser feito de uma forma estruturada, se não a gente acaba se desorganizando. E daí perde o objetivo real que é discutir o feminismo, que é construir a economia solidária, que é de fato dar o empoderamento feminino." (Vanessa, Aiyra da terra)

"Que a gente precisa levar esses espaços dentro da sociedade e esses espaços só vão ser levados se a gente tiver coragem e determinação que eu digo, assim, não adianta você chegar no grupo e falar 'eu faço parte desse grupo e eu vou esperar que algo seja feito para mim'. Porque falar é muito fácil." (Marta Baião, CIM)

Na busca pelas fronteiras do que é a AMESOL, e do que ela não é, encontramos alguns critérios mais fluidos e outros mais rígidos. Há uma dimensão do coletivo da AMESOL que é construída a partir do gênero. A AMESOL é uma Associação de mulheres, que privilegia e valoriza o trabalho delas. Isso não significa que não há empreendimentos mistos na AMESOL, mas que as mulheres desses grupos são quem os representam nas ações coletivas da Associação, como a comercialização nas feiras, as reuniões, as atividades de formação.

Há um critério para todas as mulheres da AMESOL de não terceirizar o trabalho, ou seja, os produtos tem que ser artesanais, feitos por elas.. Isso não significa que elas não trabalhem com revenda, às vezes como "bicos", no caso das "revistinhas" de revenda de cosméticos, ou mesmo junto com seus produtos artesanais em outros espaços de comercialização. Significa que está acordado entre elas que nos espaços de comercialização da AMESOL esse tipo de produto

não entra. Assim, a AMESOL coloca como critério a atividade produtiva própria entre suas sócias, seja de artesanato, seja com preparação de alimentos ou a venda de produtos *in natura*.

O fazer coletivo entre as sócias da AMESOL vai sendo construído, assim, a partir das demandas práticas dos grupos e das mulheres. O "coletivo da AMESOL", ou a esfera comum, vai acontecendo a partir da experiência prática de construção coletiva de projetos e ações. Quando vão montar as feiras, por exemplo, elas decidem juntas quem pode participar da feira e com quais tipos de produto, o formato e disposição das barracas de acordo com a possibilidade e necessidade daquele momento, pensando na identidade que querem criar e expor para visitantes da feira e potenciais consumidores.

> "Então, por exemplo, nós decidimos que a gente não ia ter um monte de barraquinha, de banquinha. A gente ia ter tendas maiores, porque isso propiciava mais conforto, do ponto de vista do sol, da chuva, propiciava que uma mulher cuidasse do trabalho da outra, enquanto a outra ia ao banheiro, comer, ou sei lá o que. A gente discutiu que sempre era muito fundamental ter momentos de encontro comum, assim, então oficinas, que pudessem se aproximar mais do cultural também, né." (Maria Fernanda, SOF)

Em algumas situações, a construção de uma decisão coletiva por meio da autogestão é um desafio, tentar ouvir e incorporar tantos pontos de vista diferentes. Isso toma tempo e às vezes traz desgaste. "Sabe trabalhar com as pessoas também é difícil. É um exercício.". "É muita gente, muita coisa (...) a gente acaba se desorganizando. E daí perde o objetivo real". (Vanessa, Aiyra da terra)

Por outro lado, a diversidade é também uma grande potência da AMESOL. Poder reunir em um espaço de respeito e confiança diferentes pontos de vista, é também uma oportunidade para "abrir a mente", poder reconhecer nas outras pessoas sua própria história, poder conviver e celebrar a diferença. "A gente conviveu com pessoas que eu poderia olhar pra elas com ódio, antes. Hoje eu vejo pessoas que é ser humano igual eu." (Gil, Retrós Vest). O reconhecimento dessa diversidade aparece na experiência das mulheres da AMESOL como a prática cotidiana de construção de uma economia solidária feminista. É a construção de um projeto coletivo comum, "sonhar junto". Reconhecer as diferenças e construir, sustentadas nelas, um projeto coletivo de transformação do mundo.

As decisões da Associação são tomadas nas reuniões, que ao longo de 2018 aconteceram mensalmente. Costumam reunir cerca de trinta mulheres, entre sócias da AMESOL, pessoal da SOF e recém-chegadas. As reuniões são organizadas no formato da roda de conversa. Vera Machado e Maria Fernanda que atuam como articuladoras desempenham um papel de propor e dar seguimento à agenda da reunião (pontos a serem discutidos e registro de decisões), de moderação (ordem de fala e gestão do tempo), de lembrança das regras coletivas, bem como de informação sobre questões como a atualidade dos Fóruns de economia solidá-

ria ou a conjuntura política. A lembrança de regras coletivas inclui, em particular, o fato de que as decisões são tomadas pelo coletivo e não pela SOF.

As mulheres dos empreendimentos refletem sobre esse processo coletivo de tomada de decisão e de construção comum:

> "Nas reuniões da AMESOL todas falam e todas são ouvidas. Eu venho de um outro jeito, que quem estava presidindo a reunião teve vezes que falava "cala a boca, você não sabe se comportar?" ou "cala a boca, não é hora de você falar". Não me venha mandar calar a boca! [Na AMESOL] esse ponto é muito forte: todas podem falar, todas são ouvidas." (Sueli M, Tendarte)

> "Agora a gente tem autonomia pra fazer a gestão coletiva. Nós passamos a ser protagonistas." (Dinah, Artemanhas)

Para executarem seus projetos comuns, as mulheres dividem-se em comissões. No ano de 2018, quatro comissões foram formadas e trabalharam, coletivamente, a Comissão de Finanças, responsável pela gestão do fundo coletivo da AMESOL, por zelar pelo caixa nas feiras e outras atividades; a Comissão de Comunicação, responsável pela gestão das mídias sociais e pela divulgação das atividades desenvolvidas; a Comissão de Infraestrutura, responsável pela organização das feiras e mostras mensais de Economia Solidária e Feminista; e a Comissão de Alimentação, que se reúne pontualmente quando há a demanda de produção coletiva na área da alimentação, como feiras ou eventos. Nas reuniões do coletivo, as comissões de trabalho desempenham um papel de proposta e informação de acordo com o trabalho que realizaram ou pretendem realizar nas suas respectivas áreas. As comissões são mais do que organizativas e de trabalho, são, também, espaços de aprendizado coletivo, de formação, "inclusão" e "troca de experiência".

> "Eu faço parte dos grupos que eu me coloquei, de infraestrutura, porque eu acho importante compartilhar o que eu aprendi e as outras histórias que eu participei. Eu vejo que tem muita fragilidade das mulheres, mas [a comissão] é um grupo que é de inclusão." (Priscila, Coletivo Trans Sol)

Ao longo do ano de 2018 e nos primeiros meses de 2019 foi ganhando corpo a proposta de criar uma nova comissão de Comercialização, que pudesse buscar novos espaços de venda (feiras, lojas, parcerias, nichos de mercado, *Internet*). Algumas acharam que era importante existir pessoas responsáveis por "trazer esse mapeamento, e aí a AMESOL enquanto entidade buscar. Porque a gente sozinha é uma pessoa física. Não é uma entidade. Então a gente não tem a mesma força. Eu, sozinha, eu não vou conseguir." (Priscila, Coletivo Trans Sol). Elas falam da importância de ter uma pessoa que possa executar, exclusivamente, esse trabalho de abertura de novas possibilidades de comercialização, mas que isso não seja feito sem a participação das produtoras refletindo sobre a importância e os limites da autogestão.

"Eu acho que teria que ter uma pessoa específica voltada para isso. Mas isso não quer dizer que... eu acho que não pode eximir as empreendedoras, porque senão, também, fica muito fácil e onde é que está a autogestão? Eu tenho que conhecer o espaço, saber se aquela feira é interessante. Ah, isso aqui é interessante de ser feito. Estou te levando essa proposta pra vocês irem atrás enquanto entidade. Mas não adianta ficar sentada aqui e esperar que elas [da SOF] procurem." (Priscila, Coletivo Trans Sol)

Na AMESOL é feito uso de algumas ferramentas de gestão, que são construídas e alimentadas de forma coletiva por cada comissão, garantindo que sejam materializadas as decisões tomadas nas reuniões.

FERRAMENTAS DE GESTÃO DA AMESOL

- Fundo Coletivo , que é alimentado com uma contribuição mensal de cada sócia (5 reais), com flexibilidade para quem não puder pagar, além de uma porcentagem das vendas nas feiras (5% para as sócias e 10% para as não-sócias, fronteira que muitas vezes mostra-se permeável). Nas reuniões da AMESOL, a Comissão de Finanças apresenta o balanço do Fundo com cópias das planilhas de entrada nas feiras e das contribuições individuais, muitas vezes, essa apresentação se dá por *e-mail* e também pelo grupo de *Whatsapp*. Ao longo do segundo semestre de 2018, integrantes da Comissão de Finanças dizem estar preparando uma proposta de uso do dinheiro do Fundo, a partir das necessidades e demandas debatidas por todas ao longo das reuniões.

- Ficha de inscrição para feiras é um controle virtual feito para a participação nas feiras e mostras de Economia Solidária e Feminista, organizadas pela AMESOL. Essa ficha pede o nome do empreendimento, produtos que serão expostos, além de um campo para ideias e propostas de oficinas ou atividades culturais a serem desenvolvidas. Entregando essa ficha, que fica sob a responsabilidade da equipe da SOF, a mulher concorda com os critérios de exposição: "1) Somente mulheres participarem da comercialização (os homens são bem vindos para consumir e apoiar antes, durante e depois); 2) Ter espírito colaborativo em todo processo da feira, da arrumação e a comercialização." Essa ficha funciona, também, como uma espécie de "cadastro" dos empreendimentos que fazem parte da Associação.

- Caixa único: nas feiras e mostras da AMESOL, cada mulher expositora ao montar sua barraca recebe uma ficha que serve de comanda para que consumidores/as paguem no caixa único. Quem fica responsável pelo caixa no dia da feira, além de distribuir todos os ganhos de acordo com as vendas, já separada a porcentagem destinada ao fundo da AMESOL, é a Comissão de Finanças. Segundo as mulheres da AMESOL, o caixa único é indispensável, pois

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

ele é "o representante da economia solidária". É por meio dele que é feito o registro das vendas, que acontece o controle da contribuição de cada expositora ao Fundo coletivo da AMESOL, é onde acontece o uso compartilhado dos recursos (a máquina de cartão), e também carrega a dimensão simbólica da construção coletiva do espaço da Feira.

Materiais de divulgação: juntas, as mulheres da AMESOL planejam e, quando possível, executam os materiais de divulgação coletivos da Associação e das ações coletivas abertas ao público. Assim acontece com o material de divulgação das feiras e mostras (cartazes e panfletos). Há também marca-páginas que foram idealizados por elas e executado por artistas amigas convidadas para fazer a ilustração, entre elas Camila, pertencente ao empreendimento Zuca Artes, membro da AMESOL. O Coletivo da AMESOL vem construindo coletivamente uma logo, com ajuda do Ideário, um empreendimento solidário que auxilia com a identidade visual do grupo. Assim foram também os processos de construção dos outros materiais de divulgação da AMESOL, como faixa e banner.

Outra forma de comunicação entre as mulheres, mais cotidiana e operacional e não deliberativa, é o grupo de *Whatsapp*. Nele, as mulheres trocam mensagens sobre eventos e sobre a mobilização política na economia solidária e no feminismo. Há frequente troca de informação política (notícias, atos, jornais) e discussões sobre a atualidade. Também há organização para troca e compra coletiva de matéria prima, técnicas de artesanato e oportunidades de comercialização. O grupo no aplicativo é um importante canal de comunicação e articulação das mulheres em rede, justamente por permitir o diálogo imediato sem a necessidade de compartilhar o território. Nesses diálogos virtuais, as mulheres vão construindo seus vínculos afetivos e de cuidado, e ampliando as dimensões do fazer comum.

CONCLUSÃO

Ao olhar para a história da AMESOL e como ela se constrói hoje, encontramos muitas dimensões que nos afastam da ideia de que ela é apenas uma associação de mulheres empreendedoras. O esforço aqui foi o de apresentar a AMESOL não apenas a partir de sua história institucional, mas também, da história das mulheres e de seu fazer comum. A partir desse aporte, temos elementos para entender a AMESOL a partir de diferentes perspectivas, e que signi-

fica para as mulheres diferentes dimensões além da econômica, mas também política, de mobilização e engajamento, e social, quando se reconhecem entre si e, a partir desse reconhecimento, vão construindo seu fazer comum.

De certo, a dimensão econômica é importante, materializada nas Feiras de Economia Feminista e Solidária mensais, principal espaço de comercialização organizado pela Associação, mas também, nas trocas que acontecem entre as próprias mulheres a partir das quais elas podem melhorar a qualidade de seus produtos, embalagem e rótulo, técnicas de venda e outros lugares para comercialização. O debate sobre a autonomia econômica das mulheres ocupa grande parte das discussões do coletivo, que busca não só sobreviver, mas "viver de forma digna" a partir do trabalho produtivo e artesanal que fazem.

Reduzir a AMESOL a seus frutos econômicos seria simplificar outras dimensões que atravessam esse fazer comum. Há uma dimensão na AMESOL de politização das mulheres, de construção e articulação de engajamentos, além do acesso ou contato com políticas e gestores/as públicos. Como vimos, são nesses momentos de construção coletiva, onde as mulheres podem refletir sobre e ressignificar suas trajetórias, encontrando entre elas causas comuns às quais se engajam politicamente.

Há uma dimensão social de reconhecimento entre elas, que perpassa a construção de laços de solidariedade e ajuda mútua, que se mostram como suportes essenciais para a construção de sua autonomia. Encontrar apoio, pessoas que pensam de forma parecida, aprender com as diferenças, fazer amizades e circular por novos espaços da cidade, do estado e do país. Essa forma de construir a própria autonomia, baseada nas interdependências, é também uma forma de emancipação inseparável da proteção através da solidariedade.

> "Mas o estar com a outra pessoa e partilhar afirmação, conhecimento, passar um dia agradável." (Cristina, Aondê)

> "É a liberdade nossa, né, que a gente adquire." (Maurisa, Tendarte)

> "A importância mais, assim, principal que tem é que eu tenho a minha mente ocupada. É uma ocupação porque eu não me vejo dentro de casa sem participar desses grupos. Depois tem as outras coisas que trazem. Tem a renda. Tem a satisfação de estar junto com pessoas que eu gosto. As minhas vizinhas falam que eu tenho rodinha no pé." (Ilma, Colibri)

> "A gente vai lá, comenta e tem o social também dentro desse grupo. Não é só ir lá, reunião. Agora, tem o social e tem as nossas passeatas. Tem as nossas conversas com o governo. Já fui para Brasília tipo bate e volta. Fui e voltei. Na época do Lula sentei com a Erundina lá nas cadeiras para conversar com ela." (Rosângela, Colibri)

Há também a dimensão do trabalho doméstico e de cuidados, que não é compartimentada nas atividades da AMESOL. A possibilidade de ter o trabalho produtivo valorizado, "uma injeção de autoestima", também está ligada à possibilidade de (re) negociação dos trabalhos aos quais as mulheres são responsáveis. Nas atividades práticas da AMESOL há essa preocupação mútua, vista, por exemplo, no fato de as mulheres poderem levar os filhos nas Feiras e outras atividades, como veremos a seguir.

CONSTRUINDO MERCADOS E ESPAÇOS PÚBLICOS
A FEIRA DA AMESOL

Desde dezembro de 2017, a AMESOL organiza uma feira mensal no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, na zona Oeste de São Paulo. Apoiada pelo projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres", a Feira tornou-se um dos principais locais onde a AMESOL se constrói como coletivo, e onde este coletivo entra em contato com seu público. Através das vendas, bem como de oficinas, rodas de conversa e programação cultural, ali organizada, a Feira constituiu-se um lugar de comercialização e também de formação, de construção política e de exercício da autogestão.

Como o espaço da Feira foi construído e como isso repercute na AMESOL? Quem participa desta construção e como? Que tipo de relação foi estabelecida com o público? Quais são as dinâmicas e os avanços, os desafios e as perspectivas para além do Projeto? Este capítulo reflete sobre esse processo, em andamento, a partir da nossa presença na Feira e de "conversas", que foram breves entrevistas com as produtoras e com o público. Apresentamos, também alguns debates relativos à Feira que aconteceram nas reuniões da AMESOL e nas jornadas de formação, incluindo informações coletadas em entrevistas com trabalhadoras do Ponto.

A CONSTRUÇÃO DA FEIRA COMO "COMUM" E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

UM ESPAÇO ACOLHEDOR E COLABORATIVO

Um sábado por mês, a Feira da AMESOL reúne cerca de 30 empreendimentos na casa e no quintal do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Montada no dia anterior pela Comissão de Infraestrutura da AMESOL, a Feira é organizada nos segmentos: alimentação, artesanato e produtos agroecológicos. No segmento do artesanato, as mesas de exibição, que são pranchões de 2 metros de comprimento, são compartilhadas entre dois e às vezes até três empreendimentos. Estão instaladas em forma de U no quintal, em torno de uma área comum e sob uma grande tenda. Os segmentos de alimentação e de produtos agroecológicos estão situados dentro da casa e em um terraço coberto. O caixa único, administrado pela Comissão de Finanças, permite registrar o conjunto das vendas e calcular a contribuição de cada empreendimento da AMESOL – 5% das vendas para as sócias e 10% para as não-sócias – é ins-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

talado dentro da casa, com duas filas, para reduzir o tempo de espera.

Elementos visuais (*banner*, cartazes, embalagens) de identificação da AMESOL são dispostos em vários lugares. Dentro de cada segmento da Feira, as expositoras trocam de lugar a cada mês, de acordo com o plano estabelecido pela Comissão de Infraestrutura, sendo que o objetivo é propiciar oportunidades de conversar com novas pessoas. Além das sócias da AMESOL, outros empreendimentos que trabalham de acordo com os princípios da economia solidária e feminista participam da Feira. Estes incluem em particular, os empreendimentos ligados à Rede de Economia Solidária e Saúde Mental que operam durante a semana nas instalações do Ponto. Todos devem respeitar as regras estabelecidas pela AMESOL: as expositoras são mulheres, todos os produtos vendidos na Feira são fabricados por elas mesmas (veja seção 4). Cadeiras e mesas são disponibilizadas ao público e às expositoras no quintal e na casa, e durante a tarde, são organizados programa cultural, oficinas de formação e rodas de conversas. A entrada é gratuita.

Essa proposta visa tornar a Feira um lugar acolhedor. Através dos valores de solidariedade anunciados no material de divulgação e transmitidos pela organização do espaço e pela postura das expositoras, a Feira se apresenta como um local propício ao desenvolvimento de novos contatos e parcerias para as expositoras e, também, uma inserção na economia solidária para parte do público que visita a Feira.

"Tem um olhar diferente, um carinho diferente. Então você quer que isso aconteça para todo mundo. Não é só o bolinho que estou vendendo (...) Estou passando o carinho para as pessoas, então é isso que a gente vê nos movimentos de mulheres, é isso que é tão importante, é esse cuidado que tem (...) Porque tem esse cuidado da outra, tem esta diferença." (Elaine, Batuque na conzinha)

"Me parece que as pessoas hoje estão mais sensíveis, com o outro. Porquê? Por que um está precisando do outro." (Ana Rosa, Estilo e Raça).

"Também eu fiz muitas parcerias aqui [na Feira]. Então a rede aumentou, aumentou bastante a minha rede aqui, de apoio." (Cristina, Aondê)

"É também um espaço que acolhe os nossos filhos, né quando a gente precisa, né? Então, acho que uma feira, quando é só de mulheres, é mais fácil de você levar criança. Porque existe uma solidariedade, né?

Então todo mundo pega o bebê. Pensa nos espaços." (Cristina, Aondê)

Estes valores e estas relações distinguem a Feira da AMESOL das feiras convencionais, onde os expositores pagam uma taxa de entrada e são submetidos à concorrência interna e à seleção dos seus produtos (curadoria), em função de seu potencial de venda presumido.

"É completamente diferente a parte, assim que as pessoas se ajudam. É como se todas as pessoas fossem meio sócias, vamos dizer assim. Todo mundo ajuda todo mundo. Todo mundo está muito interessado que todo mundo dê certo, entendeu? Não existe uma concorrência. Existe uma colaboração que não existe nos outros lugares, sabe? Nos outros lugares existe uma concorrência." (Vera, Línea Encadernação).

A CONSTRUÇÃO DO COMUM

A construção da Feira como espaço comum, gerida de forma colaborativa e solidária, supõe um importante processo organizativo. Desde 2017, o Projeto acelerou consideravelmente o ritmo dessa construção, graças ao acompanhamento das educadoras do projeto e aos recursos financeiros disponibilizados. Estes, excedem em muito os do fundo coletivo da AMESOL e permitiram cobrir os custos de infraestrutura (aluguel da tenda e mesas de exposição, programação cultural) e de logística (transporte e almoço das expositoras, alojamento na véspera da Feira para expositoras que moram mais longe). Além disso, essa dinâmica atrai, constantemente, novas mulheres, geralmente, amigas ou conhecidas das sócias da AMESOL, que querem participar da Feira.

A construção da Feira exige responder a um conjunto de perguntas:

- Quais são os recursos geridos em comum e quais permanecem individualizados?
- Como acontece a gestão dos recursos comuns, de acordo com quais princípios e regras?
- Como os recursos em comum são "produzidos"?
- Quem faz parte do coletivo? Qual é a relação entre as sócias da AMESOL e as outras pessoas que participam da Feira?

Se a Feira é o local onde a autogestão é praticada, as reuniões da AMESOL são o lugar em que as decisões são tomadas e as comissões da AMESOL, de Infraestrutura, Finanças e Comunicação, são os espaços em que o trabalho de preparação é realizado (veja secção 4). Também se realizam oficinas internas da AMESOL para executar algumas tarefas coletivas. Os dias de formação representam, por seu lado, espaços de reflexão, mas não de decisão, sobre várias questões, inclusive, a organização da Feira. Nas reuniões da AMESOL, as decisões são

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

tomadas ao final de debates onde as informações e opiniões sobre como organizar a Feira e os recursos de que ela necessita são discutidas e avaliadas de acordo com os princípios da economia solidária e feminista, os quais são lembrados pelas educadoras do projeto e pelas sócias mais antigas ou mais familiarizados com eles.

Nessas reuniões, o grupo se mostrou disposto em colocar, em comum, um grande número de recursos não apenas a infraestrutura física da Feira e o fundo da AMESOL, mas também, conhecimentos e oportunidades de venda. As oficinas, onde mulheres da AMESOL e parceiras ensinam, gratuitamente, suas técnicas de produção, são lugares onde o conhecimento é compartilhado:

> "Porque eu apoio aqui, geralmente eu cobro para dar essa oficina. Sempre quando eu dou eu cobro, porque o conhecimento, ele não é gratuito, mas como a gente tem gratidão pelo espaço então a gente quer compartilhar, sabe? Porque esse é o clima daqui, né? Compartilhar." (Cristina, Aondê)

Equilibrar as vendas entre as produtoras é outra grande questão discutida na AMESOL.

> "Precisamos ver como apresentamos os produtos, tem disparates enormes entre as vendas dos empreendimentos. Como fazer com que cada uma venda minimamente?" (Vera Machado, SOF)

> "A gente fica preocupada, eu vejo que tem mulheres que trabalham tanto, se esforçam tanto, e não tem muita venda. A gente tenta sempre se pôr no lugar na outra. Esse é um ponto que me deixa muito preocupada." (Conceição, Manias de menina)

Diferentes soluções são consideradas. Uma delas consiste na criação de maior sinergia ou equilíbrio entre os segmentos da Feira:

> "Tem clientes que chegam para alimentação e orgânicos, mas como ligá-los com o artesanato e os serviços? A questão é como construir um espaço único." (Vera Machado, SOF)

> "Ensinei às minhas companheiras plantar produtos da roça para vender além do artesanato. Toda feira tem que ter uma praça de alimentação." (Imaculada, associação de mulheres de Peruíbe)

Outras opções são a formação de cadeias produtivas entre os empreendimentos ou até mesmo a produção coletiva que poderia ocorrer em certos eventos:

> "Precisamos fazer uma produção coletiva para a feira do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra] que possa ser trabalhada por cada grupo da alimentação, para não disputar as vendas." (Vera Machado, SOF)

"Dividir por igual produtos que são diferentes e têm custos diferentes também não é justo. Tem uma angústia por resolver e tem ideias que precisam ser amadurecidas." (Maria Fernanda Marcelino, SOF).

Por um lado, existe o anseio e sonho coletivo de uma feira inclusiva e acolhedora capaz de satisfazer as necessidades de todas as expositoras e do público. Um sonho que foi expresso em particular durante uma atividade de formação dedicada à descrição da feira ideal:

"Queremos uma feira com muita diversidade de produtos e de pessoas, de cultura, boa estrutura, divulgação, espaço para crianças com oficina que introduza economia solidária na brincadeira. O ideal seria também ter um transporte. Queremos reciclagem, que já tem bastante na AMESOL. Queremos uma tenda, menor, para a divulgação da AMESOL. Queremos muita gente e oficinas para frutas e verduras, artesanato, alimentação, atendimento médico, ervas e temperos e banheiros químicos porque vai ser num lugar grande." (Sueli S., Manias de Menina).

Por outro lado, as lógicas individuais não desaparecem e, na medida em que as condições de vida ficam mais difíceis e que novas mulheres chegam para participar da Feira, surgem umas questões.

"Precisa de muita paciência e amor para fazer juntas, cada uma tem cabeça diferente." (Sueli S., Manias de Menina).

"Não existe um senso comum, uma coisa definitiva. A feira ideal é aquela que é construída juntas." (Maria Shibata, organização da feira de Registro/SP).

A divisão do espaço e, em particular, das mesas de exposição na Feira, concentra as tensões, expressada, muitas vezes, na desconfiança desta divisão.

"Precisamos dividir o espaço, tantos metros para cada uma para evitar ser invadida, que é desagradável" (Rosangela, Colibri).

De maneira geral, a disposição da Feira põe o coletivo à prova, seja entorno da divisão seja na atribuição rotativa das mesas de exposição, da qual as expositoras acreditam, em certos casos, que não lhes permite valorizar seu tipo de produto. Entre sentimento de injustiça, denúncia do caráter "autoritário" da comissão e senso de compromisso e de construção coletiva, a gestão da Feira como comum não progride sem conflitos, nem incômodos.

As ideias generosas e, até mesmo radicais, que podem existir de compartilhar recursos, amadurecem à medida que as formas e regras concretas de produção e uso desses recursos são desenvolvidas. Várias opções são discutidas durante as reuniões:

- *produzir coletivamente* certos recursos (por exemplo, o *banner* do AMESOL);
- *mutualizar* o uso de certos recursos, como mesas de exposição ou máquinas de

cartão de crédito que vários empreendimentos já possuem;

- *comprar ou alugar certos recursos* através do fundo do Projeto, ou seja com *fundos públicos*;
- ratear despesas ou usar o fundo coletivo da AMESOL, ou seja, usar *fundos próprios*;
- *compartilhar* certas infraestruturas com *outros coletivos*, como o Ponto Butantã ou a Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP);
- *buscar apoios* de projetos (*fundos privados ou públicos*) para determinados gastos.

As formas de produzir e gerir recursos em comum são escolhidos de acordo com o significado que a AMESOL pretende atribuir a esses recursos (por exemplo, é importante que o *banner* da AMESOL seja fabricado por elas mesmas), mas também, de acordo com as condições e em alguns casos, restrições no acesso a recursos.

Este é, particularmente, o caso dos fundos provenientes do Projeto, cujas regras de uso, determinadas pela lógica da gestão pública, nem sempre são compatíveis com a organização da AMESOL. Por exemplo, a precisão das informações e os prazos para as solicitações de hospedagem e transporte nem sempre podem ser cumpridos pelas sócias da AMESOL, que enfrentam inúmeras contingências em seu cotidiano. Os desafios de trabalhar com recursos públicos, também, resultaram na impossibilidade de acessar os recursos durante determinados períodos. Se essas situações causaram o cancelamento da participação de algumas mulheres nas atividades, também, fortaleceram a AMESOL, propiciando a busca de novas formas de acesso a recursos próprios ou através de novas alianças, seja com outros coletivos seja através das redes familiares e de apoio das expositoras. Estas experiências trazem contatos e ideias para uma organização autônoma da Feira para além do Projeto.

O acesso ao Projeto terá possibilitado a criação de um coletivo capaz de seguir com outros recursos a construção de um espaço comum autogerido? Ou terá criado apenas uma atividade temporária? Por um lado, fica claro que será difícil manter o nível de despesas de alojamento, transporte e infraestrutura do Projeto. Por outro lado, as reuniões da AMESOL estão mostrando o compromisso das mulheres na construção deste espaço. A experiência de organização da Feira durante os períodos de interrupção do Projeto confirmou a capacidade da AMESOL em mobilizar recursos próprios e em explorar novos caminhos, como mutualizar certas despesas com outros grupos e buscar apoio para despesas ocasionais.

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE VENDA

Além da dinâmica interna da AMESOL, a Feira é o espaço de relacionamento com o público. Quais são as características deste espaço – o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã – e quais são as ações e reflexões em curso, entre as mulheres da AMESOL sobre este relacionamento?

O Ponto Butantã é o resultado da mobilização, desde o final da década de 2000, de trabalhadores e trabalhadoras da Rede de Saúde Mental da zona oeste de São Paulo, em prol da economia solidária. Dentro do movimento antimanicomial, o objetivo tem sido oferecer aos beneficiários dos serviços de saúde mental um acesso ao trabalho através da economia solidária. Assim, vários empreendimentos de economia solidária foram incubados nos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e nos Centros de Convivência da Região Oeste, que fazem parte do serviço público de saúde, mas sem terem inicialmente um espaço próprio.

A partir de 2013, com o auxílio da ITCP-USP, o CAPS Butantã obtém o direito de ocupar as instalações do número 250 de Avenida Corifeu de Azevedo Marques, no bairro do Butantã. Vários empreendimentos de economia solidária, que integram a rede de saúde mental, começam a ser alojados nesse endereço. A ocupação é formalizada em 2016, com a criação do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, como equipamento público sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. Vale ressaltar, que essa política terá beneficiado apenas dois Pontos em toda a cidade de São Paulo (além do Butantã, o Ponto Benedito Calixto de Economia Solidária e Cultura) e que foi interrompida pelo prefeito de São Paulo eleito, em novembro de 2016, João Doria.

Hoje, o Ponto do Butantã hospeda vários EES que trabalham e/ou comercializam no local, como a comedoria Quiririm (venda de almoços e sobremesas, predominantemente orgânicos); a horta que produz temperos e ervas para uso na Comedoria e mudas para comercialização; o Núcleo de Orgânicos (venda de cestas de alimentos, vinculado ao coletivo de consumo ComerAtivaMente); a livraria Louca Sabedoria (venda de livros a preço acessível, em particular sobre a temática da saúde mental); o empreendimento de artesanato Ybyatã; e a loja Pé à Biru (venda de produtos de 18 empreendimentos de artesanato, com gestão participativa), além da Escola de Formação em Economia Solidária "Paul Singer" que organizou durante o ano, um sábado por mês, aulas sobre temas vinculados à economia solidária e autogestão.

Deste ponto de vista, ser acolhida no Ponto permite à AMESOL

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

construir a sua feira num lugar dedicado à promoção da economia solidária e frequentado por ativistas deste movimento e de redes militantes mais amplas: "Militância no Ponto não é só aquela que nós trazemos, tem também do Morro do Querosene [bairro próximo ao Ponto, conhecido por sua luta a favor da preservação da cultura popular] e da COHAB" (Vera Machado). Por outro lado, a Feira da AMESOL contribui para a dinamização do Ponto, graças ao público que atrai – "A Feira está ajudando também a consolidar as pessoas conhecerem o Ponto, né" (Gisela) –, à participação dos empreendimentos do Ponto à Feira, bem como à integração de alguns grupos, nomeadamente o Ybyatã, à AMESOL.

As "conversas" que realizamos na Feira dos meses de junho e julho 2018 nos permitiram estabelecer um perfil do público naquele momento, são homens e mulheres militantes da economia solidária, do movimento feminista, da agroecologia e da saúde mental; mulheres interessadas em expor seu trabalho na Feira ou em criar seu próprio projeto de feira; e algumas pessoas do bairro que vieram passear e fazer compras. Os militantes, que constituem a maior parte do público da Feira, geralmente ouviram falar da Feira em eventos ou nas redes sociais; o público do bairro conheceu a Feira através do Ponto ou passando pela frente.

Portanto, em sua maioria é um público sensibilizado para a economia solidária e feminista e que frequenta a Feira para "fortalecer" através das suas compras e presença. Este público procura "conhecer o trabalho das pessoas" e às vezes conversas longamente com as produtoras. O interesse e a atitude deste público são obviamente apreciados pelas produtoras:

> "O público que vem aqui é um público diferente. Primeiro que a maioria das pessoas que vem aqui é, eu não sei exatamente que adjetivo usar, se é militantes ou são pessoas que se alinha à causa ou alguma coisa desse tipo. Porque são pessoas diferentes. Não é qualquer pessoa que vem aqui. Isso já ajuda muito. As pessoas vêm sabendo que o que está sendo exposto aqui é feito por mulheres, não é qualquer coisa." (Vera, Línea Encadernação).

No entanto, esse público permanece limitado em número e, em alguns casos, também em poder de compra. "Não comprei porque estou sem dinheiro, quase" (Mariângela). Além disso, pode ser deslocado por outros eventos militantes que ocorrem no mesmo dia:

> "[...] os nossos clientes aqui nesse espaço, nosso cliente é só quem é de movimentos. Vem por causa da causa, principalmente por causa da Marcha Mundial das Mulheres. Então vêm como apoio. Só que se acontecer um ato lá fora da Marielle [Franco, vereadora do Rio de Janeiro e militante dos direitos humanos assassinada em março de 2014], vai todo mundo lá para a Marielle. Nós ficamos sem o nosso público." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

Estas limitações levantam alguns questionamentos para a AMESOL. Para algumas expositoras, seria necessário mudar para

um local comercial, com mais passagem e uma clientela com maior poder aquisitivo:

> "Ah, eu acho que não sei, ter um espaço em um lugar que seja mais assim, mais visitado, né? Para o pessoal que expõe, os expositores, se não tiver venda, para a gente não resolve muito, né? Então tem que ter venda, né? Então... Aqui é bom, mas não é assim um lugar de alto... de alta comercialização, né? Eles fazem muita feira na Paulista, no Conjunto Nacional. Lá é muito bom, né? Se a AMESOL conseguisse entrar lá para fazer as feiras de lá seria muito bom." (Francesca, Joias do Bem).

Esta ideia, no entanto, não é unânime, e a opção que foi discutida de forma recorrente é ocupar uma praça pública que, diferenciando-se de um espaço comercial convencional, teria mais passagem que o Ponto do Butantã. No entanto, essa opção está sendo pouco a pouco descartada, dado que a liberação de uma praça exigiria uma parceria com o governo municipal, enquanto a gestão municipal atual manifesta sua hostilidade a esse tipo de ocupação pelos movimentos sociais.

Paralelamente, a ideia avança de que é possível construir um público maior ficando no Ponto do Butantã e que essa construção de fato já começou:

> "Ah, eu acho que está caminhando. Eu acho que já está melhorando, sabe? A divulgação está melhorando, esse espaço, a uns meses atrás, eu ia falar que o espaço, ele não é muito bom para Feira, mas eu acho que a Feira vai crescer e aí vai ficar mais uma referência. Porque eu acho que já está... muitas pessoas já estão conhecendo mais a AMESOL. A gente participava da feira do MST, da visibilidade. (...) Talvez tenha outros Pontos para dar uma diversificada, mas acho que é mais de criar o público mesmo. Que tem que melhorar." (Cristina, Aondê).

Esta construção avança nos círculos militantes onde a Feira AMESOL começa a ser conhecida, mas também, é possível e importante conquistar um público para além destas redes e por outros meios:

> "Só vê no Facebook quem já é meio dessa rede, assim, que já tá conectado com esses temas." (Analu, ITCP-USP).

Nesse sentido, a Comissão de Comunicação da AMESOL planeja novas ações de panfletagem a ser distribuído aos moradores do bairro, além de contatos com os meios de comunicação como os jornais e rádios da região, para atrair um público amplo e não necessariamente militante. As ações no bairro também devem ser reforçadas por novas alianças, em particular a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã, organizada pela Associação Nacional Reggae, na Rua José Álvares Maciel, perto do Ponto, e onde a AMESOL é convidada a participar um domingo por mês desde setembro de 2018.

Através destas ações, a AMESOL iniciou uma nova fase na construção do seu público, que vai muito além da mera "recepção" de ativistas pró-causa. Trata-se agora de "edu-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

car o público" (Fernanda, Malungo Arte) para que ele conheça a economia solidária e feminista.

> "É preciso as pessoas saírem de uma feira de economia solidária com um mínimo de conhecimento sobre o que é economia solidária. Visualmente deve ter no mínimo: um *banner* na entrada da feira, do lado de dentro e de fora. E entre as barracas, *posters* com frases sobre a economia solidária. As pessoas não podem sair tão vazias como entraram." (Edna, Tendarte).

É também uma questão das produtoras se adaptarem à demanda do público, aprendendo individual e coletivamente as lições das vendas.

> "Nós resolvemos nas feiras da AMESOL, focar mais [na alimentação] porque é um produto que nós vimos também que faltava. Porque aqui o pessoal também gosta de orgânico, gosta de chá, alimentação natural, essas coisas que nós gostamos também." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

> "Nós estamos fazendo que é um processo de ver todos os materiais de todos os companheiros. E tem um que vende mais, porque ele vende mais? O que ele tem de interessante que ele vende mais? A questão de organização, qual tipo de material que nós estamos usando, o que nós devemos mudar no nosso material para poder vender mais, mas essa questão do público, como eu falei, nós estamos com alguns movimentos sociais." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

Ampliar o público levanta questões delicadas, como a abertura a um público mais popular, presente em certas regiões do Butantã, e cujo poder aquisitivo ou tipo de consumo pode exigir umas mudanças na oferta das produtoras. Neste sentido, um passo adicional poderia ser dado pela criação de espaços de diálogo com o público, tendo em vista a "co-construção" da oferta e demanda, além de interpretar a demanda do público por meio das vendas e de informar este público sobre a economia solidária e feminista praticada na AMESOL, aproximar as produtoras do seu público, por exemplo, através de rodas de conserva para discutir em conjunto o que pode ser produzido e vendido na Feira.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

RUMO A UM ESPAÇO PÚBLICO "INTEGRAL"? COMERCIALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E POLITIZAÇÃO

"É mais que uma feira, é um movimento e fortalece" (Cris). Para além da divulgação de produtos, a Feira da AMESOL constitui um lugar de formação e de politização. Como essas diferentes dimensões aparecem para as produtoras e para o público? Como elas interagem? Que tipo de espaço público é finalmente a Feira da AMESOL e como ele contribui para a autonomia das mulheres?

Existem três momentos principais de formação e politização na Feira da AMESOL: as oficinas, onde as produtoras partilham seus conhecimentos sobre técnicas de produção; as rodas de conversa, onde uma pessoa, sócia da AMESOL ou convidada, propõe uma discussão sobre um tema relacionado ao debate feminista ou à economia solidária; e a programação cultural, com grupos de música de mulheres engajadas. As produtoras enfatizam a importância dessas atividades, mesmo que não as esperavam:

> "A princípio vem por causa da Feira, que fala: ah espaço de comercialização, não precisa pagar, mas não. Tem a questão da formação que é importante. Muito importante." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

> "É porque aqui tem outras atividades, você está trabalhando, mas é mais leve porque você tem aí uma música, um show, oficina. Então é uma programação, né? Cultural. Então, ele é mais. É um movimento cultural, na verdade, né?" (Cristina, Aondê).

Na visão das produtoras, a existência dessas atividades, particularmente a programação cultural, ajuda a atrair um público sensível aos valores da Feira.

> "Você canta, tem uma que fala 'vamos juntar mão com mão' (...) Falando de um só povo para a gente se unir e a proposta dessas meninas que vêm hoje [grupo de música andina] é maravilhosa. É essa. Então, trazendo essas meninas, trazendo bolos, então aí começa a ter um público maior de diferença." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

Além destas dimensões já existentes, a atividade de formação dedicada a descrição da feira ideal evidenciou o desejo das produtoras de um espaço *integral*, que incluiria, serviços de cuidado, como ciranda para crianças e massagens para adultos, atenção médica e programação cultural para jovens.

> "Queremos que as pessoas encontrem tudo o que precisarem dentro da Feira. Se o nosso sonho é tão grande, tem que ter isso." (Estefani, Horta di Ghetto).

Na Feira da AMESOL, a formação política está intimamente ligada ao trabalho, pois as mulheres se formam durante a Feira, ou seja, durante o seu tempo de trabalho, e as questões debatidas estão relacionadas às

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

possibilidades de viver com dignidade do seu trabalho.

> "E também, eu acho que é um espaço que para muitas mulheres é um espaço de liberdade, né porque ela está lá só entre mulheres, ela recebe um apoio feminista, então assim, não é só... É o trampo dela, quer dizer, ela não tem o tempo de participar de um movimento social, só que já une o útil ao agradável... É legal porque aproxima mulheres que não têm, nunca tiveram interesse de participar de movimento. Na verdade é um movimento e é um trampo ao mesmo tempo." (Cristina, Aondê)

> "O Projeto veio de encontro com as necessidades. Está vindo, porquê? É o espaço de comercialização, não adianta você levantar a bandeira do movimento. O movimento do MST é terra, das mulheres é pelos direitos. Não que, aqui nós temos autonomia na questão financeira, mas da economia solidária é o quê? É o trabalho, agora se você não tem espaço de comercialização, como é que você vai se sustentar, porque o pessoal fala assim: você trabalha com isso e mais uma outra coisa? Não. Este é o nosso trabalho. E nós queremos viver com dignidade, não sobreviver daquilo. Porque não adianta, você tem uma filosofia de vida e não consegue viver daquilo. Então esse Projeto está vindo de encontro para essa questão do fortalecimento das feiras que é importante. Você vê o quanto, parece pouco, mas quantos recursos está gerando?" (Ana Rosa, Estilo e Raça)

As discussões entre produtoras durante a Feira, bem como nas reuniões internas da AMESOL, constituem espaços de formação baseada na crítica coletiva, o que mostra a possibilidade concreta de articular a prática da democracia com a economia.

> "Eu comecei a participar de feira aqui. Foi minha primeira feira. Também teve muitas dicas, né? Quando a gente tem as reuniões, o pessoal dá muitas dicas e então eu sei um pouco mais. Eu aprendi aqui a organizar a mesa. Eu aprendi mais sobre economia solidária que eu não sabia tanto. Então eu também, a economia solidária, ela influencia as pessoas. Eu conhecia muito assim essa discussão. É... Também eu fiz muitas parcerias aqui. Então a rede aumentou, aumentou bastante a minha rede aqui, de apoio. Comecei a investir muito é... ah tudo, né? As dicas de rótulo. Mudou o rótulo. Deu uma melhorada esses cursos que têm, que você dá opinião no do outro. E é um apoio, normal. Entendeu? Isso é legal, muito rico porque ninguém fica chateado com a crítica. Então tem umas críticas legais e a galera vai falar isso numa boa, não é?" (Cristina, Aondê).

Os momentos de formação na Feira abrem uma possibilidade, que a maioria das mulheres não teria de outra forma, de problematizar sua experiência de trabalho comparando-a com a de outras mulheres e situando-a em uma análise crítica da economia dominante na base da economia solidária e feminista. Para algumas mulheres, as oportunidades de formação, tanto na Feira quanto nos cursos do AMESOL ou em outros espaços, como por exemplo, os

Centros de Formação em Economia Solidária (CESF), significam uma mudança pessoal radical, em busca de mais conhecimentos para uma vida mais esclarecida.

> "A princípio a gente sofria porque não tinha o caminho das pedras e não são todas as pessoas que querem te ensinar, então você tem que buscar. Se você tem esse desejo e sofreu, então para mostrar para os outros: há possibilidades por aqui. E acho que é isso, acho que tem muitas demandas da economia solidária porque a economia solidária também é uma transformação de você enquanto ser humano, porque se você não mudar, você acaba reaplicando tudo o que aprendeu aí fora." (Ana Rosa, Estilo e Raça)

Para outras mulheres, no entanto, a formação não tem lugar na agenda:

> "Da reunião eu vou, né? Mas os cursos é meio complicado para mim, para eu estar saindo, né?" (Francesca, Joias do bem)

Se o debate permite às produtoras o desejam de se formar, a participação do público nos espaços de debate da Feira é menos óbvia. Quando perguntado sobre sua participação, uma parte do público respondeu negativamente, destacando várias razões, essencialmente de natureza prática: "fiquei supervisionando meu filho que brincava com outras crianças", "ajudava nas barracas" (procurando emprego), "não tenho tempo". Aquelas e aqueles que falaram com as expositoras, geralmente, o fizeram em privado, aproveitando uma compra, mas não necessariamente participaram das rodas de conversa ou das oficinas:

> "Conversei, todas foram muito solícitas. Foi muito legal a conversa com todas elas. Ela me explicou bastante sobre a xilo[gravura], me ensinou técnicas... A gente ficou uma meia hora conversando. Essa da toquinha, também. Tem uma moça do guarda-chuva, que eu não comprei, mas ela faz umas bolsinhas e tal, legal." (Safia, consumidora).

Aquelas e aqueles que entraram na Feira sem conhecer a economia solidária e feminista, como por exemplo, uma mulher negra de 34 anos que veio pela quarta vez "para fortalecer o movimento de mulheres e a compra de produtos não industrializados", não necessariamente aprenderam sobre isso. Conversando com as produtoras, esta mulher diz ter aprendido mais sobre o processo de produção de cada produto, mas não sobre a economia solidária em si.

Além das condições práticas, a comunicação com o público sobre questões complexas como a economia solidária e feminista deve ser considerada como um processo:

> "É difícil fazer comunicação porque as pessoas não têm tempo, não é rápido as pessoas pegarem o que é economia solidária. O Tendarte [empreendimento] tem um papelzinho que fala "parabéns! Você acaba de adquirir um produto da economia solidária", falando minimamente sobre o empreendimento e inclusive sobre o produto." (Edna, Tendarte).

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

O objetivo da AMESOL de fortalecer os elementos visuais de divulgação da economia solidária e feminista é uma contribuição a esse processo. Incentivar o público a participar das rodas de conversa, propondo temas de discussão que o envolve, como o consumo e a "co-construção" da oferta e da demanda, deveria contribuir para a construção da relação com o público e para as vendas das mulheres da AMESOL.

CONCLUSÃO

Desde dezembro de 2017, a Feira tornou-se uma das principais atividades junto com a formação, através da qual a AMESOL se consolidou. Constituiu-se em um evento regular pelo qual as mulheres se reúnem a cada mês para construir, na prática, e não sem dificuldades, o espaço de divulgação e comercialização de seus produtos. Ao nível dos empreendimentos, a Feira teve um impacto positivo, embora desigual, nas vendas, mas também, na qualidade dos produtos e da sua apresentação (embalagem, rótulo, material de divulgação, organização das mesas).

No nível coletivo, a Feira foi o principal lugar onde um entendimento comum da economia solidária e feminista e da autogestão foi se desenvolvendo aos poucos, através da prática e da experimentação. O coletivo se transformou através dessas atividades e pela chegada de novas mulheres na Feira e/ou na AMESOL, atraídas pela possibilidade de comercialização, e também, por causa de mudanças nas relações internas impulsionadas pelas atividades em comum. As empreendedoras, geralmente, se apropriaram do funcionamento de muitas dimensões da AMESOL, em particular, as infraestruturas, a comunicação e as finanças, através das três comissões, às quais poderia ser acrescentada uma nova comissão de comercialização, empurrada nessa direção pelas educadoras.

Por fim, além da comercialização, a Feira é o espaço através do qual a associação, gradativamente, encontra seu público e constrói sua relação com ele, através de uma organização e programação que relaciona, estreitamente, a comercialização com a formação e a cultura. Este processo levanta questões importantes, como a oportunidade de aprofundar o diálogo com o público para abrir caminho à co-construção da oferta e da demanda, na qual não apenas a AMESOL "educa" o público sobre sua proposta, mas também pode se abrir a suas solicitações e sugestões e aproximar-se à sua realidade.

Outra questão que surge a partir da experiência da Feira diz respeito ao crescimento da AMESOL, dentro dos limites de espaço do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, e pela possibilidade de

novas atividades em comum, seja de comercialização, seja de articulação produtiva entre empreendimentos.

O fim do Projeto que permitiu a organização desta Feira levanta preocupações se abre uma nova fase para a AMESOL. Uma fase em que as perspectivas de acesso a políticas públicas são muito limitadas e onde a aliança das empreendedoras com as educadoras do projeto, que podem ter acesso a outras fontes de financiamento ou projetos de apoio, pode ser importante. É também uma fase em que a experiência individual e coletiva adquirida pelas próprias empreendedoras será decisiva para o desenvolvimento de novas ideias e práticas, necessárias à gestão e a produção de recursos comuns neste contexto. Algumas já foram propostas, como a venda ou a rifa de produtos dos empreendimentos em benefício do fundo coletivo da AMESOL, a participação como coletivo em outras feiras e novas parcerias no nível dos empreendimentos ou da associação para obter diferentes recursos, como mesas, tendas, artistas, e transporte. A experiência dos últimos meses alimentou as práticas, mas sem dúvida, também, a imaginação coletiva e a confiança de poder superar obstáculos juntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MIES, Maria. "Towards a methodology of women's studies" *Institute of Social Studies*, 1979, nº 77.

BUTTO, Andrea; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

SINGER, Paul (2006), "Économie solidaire (1)". In Laville, Jean-Louis; Cattani, Antonio David (org.) Dictionnaire de l'autre économie, Paris, Galimmard, p. 290-302.

Site da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, disponível em www.emplasa.sp.gov.br (acesso 22/10/2018)

Site da Guayí. Disponível em: <http://guayi.org.br/?page_id=48>. Acesso em: 13nov 2018.

Site da SOF. <http://www.sof.org.br/2013/04/15/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e fundada-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15jul 2019.

"EU NÃO ESTOU NO MAPA..."
EMPREENDENDO DESDE A PERIFERIA: DESAFIOS PARA AS MULHERES

Beatriz Schwenck
Joana Barros

MAPEAR: UM CAMINHO PARA SE RECONHECER NA CIDADE

Ao avançar da pesquisa-ação, ao longo de 2018, foi se mostrando cada vez mais significativa a relação da AMESOL com o território onde está inserida, a Região Metropolitana São Paulo. Isso ficava claro ao longo das entrevistas e visitas aos empreendimentos espalhados pelos mais diversos rincões da cidade, ao ouvirmos as histórias de vida das mulheres, bem como na logística das atividades da Associação. Em muitas situações, o horário de início e término das atividades é pensado de acordo com a distância que as mulheres têm que percorrer desde suas casas, e em outras situações, era necessário garantir o pouso delas na noite anterior, em local próximo às atividades, mesmo acontecendo na mesma cidade onde residem.

Quais são os espaços da cidade que as mulheres usam para dar conta das responsabilidades (EES, creche, escola, família, AMESOL, movimento)? Como usam estes espaços (transporte, segurança)? Como são os tempos? Como os empreendimentos da AMESOL se inserem no espaço local e se articulam uns com os outros na compra de matéria-prima, comercialização e demais atividades? Como essas ligações podem ser melhoradas ou ampliadas?

Como a condição de mulheres periféricas interfere na construção de uma economia solidária e feminista? Quais os limites de construção da AMESOL entre mulheres de diferentes territórios da Região Metropolitana de São Paulo? Quais as potencialidades de construção de novas articulações da AMESOL ancoradas localmente? Quais as possibilidades de continuidade das ações da AMESOL sem o financiamento do projeto para gastos como transporte, alimentação e hospedagem?

As questões levantadas na pesquisa, claramente dialogavam com a dimensão espacial de mobilidade na metrópole paulista e da inserção das mulheres da AMESOL na sua dinâmica. Para além de comprovar uma percepção fluida sobre o grande dispêndio

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

de tempo e recursos financeiros, dentre outros, o convite a uma reflexão coletiva entre as mulheres da AMESOL sobre estas questões, resultou em mais do que uma espacialização sobre deslocamentos urbanos e metropolitanos, possibilitou refletir sobre a experiência de estar na cidade em algumas de suas múltiplas dimensões. Reflexão esta que foi ganhando contornos mais interessantes ao ser feita de modo coletivo, desde pontos de vista, trajetórias e expectativas diferentes.

Foi a partir dessas questões latentes que a equipe de pesquisadoras organizou junto às mulheres da AMESOL duas oficinas de Cartografia Social, que aconteceram no segundo semestre de 2018[12]. O objetivo inicial dos encontros dessa oficina foi localizar a movimentação das mulheres pela cidade, e os impactos que isso traz para seus empreendimentos, para seu engajamento político e para a dinâmica da Associação, e passaram pelo reconhecimento das condições de acesso à cidade. O resultado destas oficinas ilumina de maneira muito potente o caminho e foram um momento de autorreflexão sobre sua experiência de mobilidade na cidade, seus percursos e intercruzamentos, no âmbito urbano, social, econômico e político, de outras mulheres e as possibilidades de existir no mapa, uma busca das mulheres por autonomia.

CARTOGRAFIAS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES E A DISPUTA PELOS MAPAS E POR EXISTIR NOS MAPAS

As cartografias sociais tem uma longa tradição de debates e acúmulo na Geografia e na Antropologia. Nas últimas duas ou três décadas, tem sido utilizada como ferramenta de produção de conhecimento e de lutas políticas importantes, na interface e articulação entre pesquisadores/as e movimentos sociais. Importa sublinhar o caráter seminal da experiência do Projeto Nova Cartografia Social para este campo de debate e de ação política, que aponta para a importância do processo de autocartografia na disputa social e na construção de possibilidades de reconhecimento social de suas formas e legitimidade de existência nos espaços onde existem.

Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de

> combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social. É nesse sentido que o PNCSA busca materializar a manifestação da auto-cartografia dos povos e comunidades nos fascículos que publica, que não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas. (PNCSA, 2019).

As autocartografias, cartografias sociais e mapeamento de conflitos e impactos, embora sejam processos diferentes e apontem questões diversas, muitas vezes são utilizados de forma articulada ao longo de um processo de cartografia social, com focos diferentes, mas articulados. Os processos cartográficos possibilitam uma aproximação com os territórios, através da escuta qualificada, o reconhecimento dos modos de vida, de ser e estar nos lugares e territórios, os conflitos sócio-espaciais e as resistências em suas especificidades. Por outro lado, as cartografias sociais ao visibilizar e desnaturalizar os processos vividos, permitirem um reconhecimento de semelhanças e proximidades entre os grupos e/ou internamente a um grupo, oportuniza e dá suporte a formas de organização e articulação destes grupos.

A cartografia social e mapeamentos participativos interessam muito pelos processos que fomentam, e por possibilitarem reconhecer, visibilizar e comunicar elementos concretos de disputa na sociedade. Os processos cartográficos ou auto-cartográficos constituem-se a partir de uma aproximação e conhecimento do grupo, que já tem uma mínima organização prévia e no mais das vezes, estão envolvidos em processos de resistência e/ou de trabalho coletivo.

As oficinas ou momentos de encontros nos quais se constroem estes mapeamentos, possibilitam que os participantes falem e debatam as condições de vida nos lugares onde vivem, apontando não somente os problemas que experimentam e enfrentam no seu cotidiano, mas também, as suas formas de lidar com aquele espaço, suas referências culturais, os marcos importantes para cada um do grupo e para o coletivo, modos de construção de outros mundos e modos de existir possíveis.

O processo cartográfico em território supõe um trabalho "de gabinete", de pesquisa e aprofundamento de informações sobre aquilo que se debate, o que também abre uma frente interessante de formação que extrapola os limites do que está no mapa, mas que é oportunizado pelo movimento de compreender aquilo que emerge da vida concreta e se materializa em riscos, cores, marcações, inscrições da vida em movimento no papel que suporta o mapa.

Os espaços de cartografia social são momentos e processos de formação e conhecimento mútuo, a partir das expertises dos grupos, coletivos e movimentos locais, bem como do acúmulo que os educadores carregam e, sobretudo, pela troca de experiências proporcionadas pelo encontro.

O mapeamento de impactos e conflitos em território nos aproxima da dinâmica sócio-espacial com outro olhar e com outros filtros de leitura. Se nos processos de cartografia social privilegiamos processos auto-cartográficos, cujo centro está numa escala da vida cotidiana e na perspectiva dos

sujeitos naqueles espaços, os mapeamentos de impactos supõem um escala de aproximação de sobrevoo, de processos macroestruturais ou, pelo menos, dão esta chave de leitura de forma mais imediata.

Os processos de construção da auto-cartografia e, sobretudo, seus desdobramentos nas práticas de lutas e organização social na qual estão inseridos e/ou fomentam, tornam visíveis sujeitos que estão invisibilizados nos sistemas consagrados de registro normativo. É importante sublinhar o fato de que esta ação de incorporação do tempo ao espaço mortificado dos mapas construídos tantas e muitas vezes para a dominação de territórios e dos povos que ali vivem, é uma ação política.

> Neste contexto [de conflitos ambientais], nos mapas que procuram incorporar a historicidade dos processos sociais, o espaço torna-se um vasto tabuleiro de xadrez sobre o qual os sujeitos sociais evoluem, se deslocam, se orientam. A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representá-lo simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação. A representação desses territórios, onde se incorpora o conhecimento dos diferentes interesses, assim como o conflito entre seus distintos projetos, abre, pois, ao debate a questão da legitimidade do poder que sobre eles se exerce. (ACSELRAD, s/d, p. 6-7)[13].

Quando construímos cartografias estamos lidando com questões relativas à narração, à nomeação e à imaginação política, e também. com uma experiência de aproximação com uma linguagem e conteúdos que são lugares privilegiados para o debate sobre a cidade. Nos debruçamos em mapas que muitas vezes são antigos e/ou defasados em relação ao momento atual, para inscrever nele o pouco que reflete de nossas vidas e a experiência que foi ao longo do tempo silenciada e apagada. Ao fazermos isto, disputamos os sentidos do passado no presente que estão em constante construção.

A cidade vivida e imaginada, redesenhada nos mapas que saem das cartografias sociais é obra do pensamento, é ação política, constituindo-se na tensão da vida. A elaboração intelectual é um ato político, constituído e constituinte em diálogo público. A nomeação e a inscrição de novas formas de dizer esta experiência através dos mapas, guardam uma relação próxima com o lugar de enunciação da experiência, ou seja, falar como se fala e o que se fala estão em conexão com o lugar de onde se fala.

Mais do que um exercício de enxergar os lugares por onde se passa, mensurar as distâncias, localizar os pontos próximos e conhecidos, os mapeamentos participativos e/ou cartografias sociais, ao convidar pessoas, grupos, coletivos a reconhecerem e se localizarem nos mapas oficiais, constroem/possibilitam uma primeira experiência de estranhamento da (nossa) invisibilidade na representação oficial do que seria a cidade. Invisibilidade esta que atinge de forma bastante significativa as mulheres, e em especial, aquelas que vivem nas periferias e áreas pobres.

"Eu não tô no mapa?; Minha casa fica nesta área aqui (apontando pra uma mancha branca no canto do mapa); Nossa! Como é longe...; Em 1984 não tinha meu bairro ainda..." - estas e algumas outras expressões de surpresa e espanto foram ditas pelas mulheres empreendedoras da AMESOL que participaram das oficinas de cartografia social. A nota de surpresa mesclada à de indignação por "não estar no mapa" revela de pronto a experiência de invisibilidade e apagamento vivenciado cotidianamente nas ruas concretas, representadas naquele mapa pelas mulheres que se deslocam pela metrópole paulista.

O estranhamento inicial de estar ou não no mapa, de procurar e não reconhecer os lugares por onde se anda, foram aos poucos dando lugar a surpresa de se encontrar no mapa e depois, de se inscrever no "mapa oficial". A linguagem cifrada dos mapas foi cedendo lugar ao reconhecimento de que os mapas oficiais, sobretudo, são construídos para não deixar que elas de fato existam no mapa, ou seja, se representem. A percepção desta invisibilidade na representação cartográfica oficial foi ganhando os contornos e os tons das violências sofridas todos os dias nos deslocamentos diários pela cidade, pela região metropolitana.

Porque foi possível reconhecer as distâncias, os trajetos e os tempos empreendidos nas suas jornadas diárias vividas. Muitas vezes, de forma solitária, as mulheres da AMESOL puderam no momento mesmo de partilhar suas histórias vividas, reconhecer na fala das outras mulheres as suas próprias agonias e problemas no deslocamento cotidiano pela metrópole.

Aquilo que inicialmente parecia como experiência solitária, ou somente partilhada com as colegas mais próximas, ao longo da oficina foi possível reconhecer como traço comum da vida das mulheres nas cidades da região metropolitana de São Paulo. Suas vidas na cidade e, sobretudo, o seu deslocamento "naquela mancha", mostram claramente a maneira como as mulheres vivem, percebem e articulam as tarefas da reprodução, o trabalho doméstico, o cuidado com a família (não só filhos e maridos, mas também agregados e pais idosos, ou ainda familiares que vivem próximos) com as inúmeras tarefas de sua atividade e produção profissional.

MOTIVOS E LOCAIS DE DESLOCAMENTO

As mulheres que compõem a AMESOL residem nas zonas periféricas da cidade de São Paulo ou em municípios circunvizinhos. As artesãs e produtoras têm suas residências distribuídas como um anel que cir-

cunda a Grande São Paulo, espalhadas em peso na Zona Leste e municípios adjacentes como Santo André, São Bernardo do Campo e Rio Grande da Serra. Algumas residem na Zona Sul de São Paulo, beirando a represa Billings; outras distribuem-se por municípios a oeste como Taboão da Serra e Osasco. Na AMESOL, há poucas mulheres residentes na Zona Norte de São Paulo, o que traz a reflexão se não há produção feminina, familiar e solidária neste local ou se a ausência delas na AMESOL é um reflexo da dificuldade de acessar certos espaços da cidade.

Os deslocamentos que as mulheres fazem por conta do trabalho nos empreendimentos se dão por diferentes motivos. Para aquelas cuja produção não acontece em casa, o deslocamento até o local de produção é a principal preocupação, seja ele a casa de alguma companheira de empreendimento, seja a casa de um parceiro ou amigo, ou o ateliê de produção. Com sorte, o trajeto é pequeno e possibilita viagens constantes. Quando esse não é o caso ou quando é período de baixa de vendas, muitas vezes a produção é planejada para que aconteça apenas em alguns dias, chegando até a ser interrompida quando a situação se exacerba. A dificuldade com o transporte foi e é um dos motivos para muitas mulheres preferirem ter a produção em casa.

Outro motivo de deslocamento pela cidade é para a compra de matéria-prima. Ao se juntarem para identificar os pontos da cidade pelo qual circulam, as mulheres da AMESOL tiveram em comum o local de compra de seus insumos, independente de onde residem, o centro de São Paulo. Para as que trabalham com alimentação, esse lugar é a Zona Cerealista; e para as artesãs, a região em torno da Rua 25 de Março. Segundo elas, esses são os locais com matéria-prima mais barata que, ao ser comprada em grande quantidade, compensa os gastos de tempo e dinheiro para deslocamento.

"Porque às vezes no bairro não tem a opção, eu mesmo, eu até tento, mas o bazarzinho lá, tudo de pior categoria, é difícil, não tem opção, o preço é mais caro." (Cris, Pitadas de Sol)

Em algumas situações o tempo e custo com deslocamento é tanto, além da dificuldade de transporte do material adquirido, que elas preferem fazer as compras perto de casa, ainda que isso signifique pagar mais caro por algum insumo ou fazer alguma adaptação no produto, mudando a receita ou o material do artesanato.

"Quando a minha demanda tá muito pequena, eu não tenho como ir para a Zona Cerealista buscar produto, porque vai encarecer, eu acabo pagando mais caro e pegando ali no bairro, em algumas lojas, mesmo pagando um pouco mais caro, me compensa." (Cris, Pitadas de Sol)

Outro motivo de deslocamento para as mulheres da AMESOL são as reuniões de articulação sócio-política e atividades de formação, seja aquelas envolvendo diretamente atividades da Associação, como as reuniões mensais ou reuniões que garantem a participação delas na Feira Agroecológica do Butantã, seja relacionadas à outras parcerias pertinentes aos empreendimentos e à participação em movimentos sociais. Para as mulheres da AMESOL, a maioria desses espaços de articulação militante, também, acontece em áreas centrais de São Paulo.

"No meu caso, por exemplo, eu saio lá da Zona Leste e vou para a Zona Norte, e eu ouço falar: 'por que você vai para aquela distância, o que você vai fazer lá? Isso

não te leva a nada', então, eu fico chateada também com isso: poxa, será que isso não é nada, eu sair do meu lugar cômodo e ir lá para o outro lado, para a Zona Norte da cidade, tentar fazer alguma coisa para realmente... participando no movimento, tentando aprender, ensinando, dando exemplo, tudo isso. Muita gente não consegue entender." (Rosângela, Colibri)

Deslocarem-se de suas casas das periferias até o centro, se por um lado lhes proporciona o encontro com mulheres de diferentes áreas da cidade e com debates recheados de diferentes perspectivas ou pontos de vista, por outro lado, vão distanciando-as de suas comunidades.

"Eu não reclamo da militância, mas ela toma muito tempo. A gente não se incomoda de sair, de fazer militância, mas quando você coloca na balança tudo que acaba atrapalhando um pouco e até afastando as pessoas do bairro. Isso conta muito, porque várias vezes, quando eu cheguei, minha filha diz: 'mãe, olha, veio um homem aí que queria comprar não sei o que pro aniversário da filha dele'. Eu não estava, e o homem foi só uma vez e não voltou mais. A mulher foi só uma vez e não voltou mais, porque a gente estava aí no mundo." (Edna, Tendarte)

Por fim, para a grande maioria das mulheres da AMESOL, as principais oportunidades de comercialização não se encontram nos bairros onde residem e produzem, mas sim, em áreas mais centrais da cidade de São Paulo. "É que a verdade, apesar de nós morarmos na periferia, o nosso público não tá na periferia", elas dizem. É o caso da Feira Mensal de Economia Solidária e Feminista organizada pela AMESOL no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, da Feira Agroecológica do Butantã, da qual têm participado mais ativamente desde o segundo semestre de 2018, e de outros lugares como lojas colaborativas ou espaços onde montam as bancas na rua, sobretudo, na região da Avenida Paulista.

"E você tem que fazer o que se você vive só disso? Vai ter que ir para várias feiras, vai ter que ir para vários cantos, você vai ter que ir, ter um jogo de cintura. O custo é alto, mas se é desse jeito que a gente tem que viver, vamos ter que lidar e correr atrás do que é melhor para cada uma." (Terezinha, Associação de agricultores da Zona Leste)

Para todos esses deslocamentos, seja para produção, compra de matéria-prima, atividades de formação ou articulação sócio-política, seja para a comercialização de seus produtos, o tempo e condições de deslocamento são difíceis e têm influência determinante na participação das mulheres na economia solidária e feminista e nas condições concretas de busca por autonomia.

USO DO TEMPO E DINHEIRO

As mulheres da AMESOL, com exceção de duas, não dispõem de carro próprio para circular pela cidade. Os meios de transporte usados por elas são, sobretudo, ônibus, metrô e trem. Em alguns casos, as mulheres relatam a necessidade de pegar cinco conduções diferentes para chegar ao destino final, acumulando dez baldeações, contando o retorno para casa.

Elas indicam de 40 até 80 horas por mês, gastas em trânsito para cada pessoa do empreendimento. Esse cálculo é uma estimativa que imaginamos ser consideravelmente maior. Para muitas mulheres, quantificar esse tempo gasto, foi feito pela primeira vez durante as oficinas de cartografia.

"Aqui, então, a gente colocou as horas que a gente gasta, quanto tempo que a gente gasta dentro dos trans-

portes, tipo, oitenta horas por mês, mas deve ter mais horas. É muito tempo. A gente não tinha feito essa conta de quantas horas a gente fica." (Dani Matias)

Para algumas mulheres da AMESOL, o tempo gasto no deslocamento contabiliza, consideravelmente, mais do que o tempo de uma semana inteira de trabalho artesanal. É importante ressaltar que quanto mais longe o destino e, consequentemente, mais tempo passado fora de casa e do local de produção, mais impacto tem na dinâmica familiar e na atividade produtiva do empreendimento.

"O lado negativo mostra, essa cartografia, o quanto que nós somos invisíveis, que o trabalho da mulher é invisível. Na fila do supermercado, na fila do açougue, em uma UPA, em uma AMA com filho, tudo isso é o tempo que ela tá fazendo o papel de várias coisas e não é remunerado e nem reconhecido socialmente. É sempre: 'a minha mulher fica em casa, a minha mulher não trabalha', quer dizer, e a mulher faz milhões de coisas totalmente invisíveis. A cartografia dá essa dimensão, da invisibilidade da mulher na nossa sociedade. Isso só vai mudar a partir do momento que nós mudarmos, no nosso micro-espaço, na família, não reproduzindo esse modelo mais. Eu vejo que a família tem um papel muito grande na formação e na desinformação." (Associada da AMESOL)

O longo tempo de deslocamento às vezes torna-se impeditivo para a participação das mulheres nas atividades da AMESOL, principalmente aquelas não diretamente ligadas à comercialização dos produtos. Se o compromisso é no centro e começar muito cedo, ou terminar muito tarde, o longo tempo de deslocamento torna a participação de algumas mulheres inviável. Assim, as reuniões da AMESOL, que normalmente acontecem em São Paulo nos bairros da Vida Madalena, Centro ou Pinheiros, não começam antes das 9h. Quando a reunião se estende até o período da tarde, há uma preocupação coletiva com a volta pra casa, no horário de pico, e o encontro não costuma durar para além das 16h30min.

Além do tempo, é significativo o gasto monetário que as mulheres têm com o deslocamento pela cidade. Em 2018, a tarifa de transporte público na cidade de São Paulo era de R$4,00, havendo em alguns casos, a possibilidade de integração entre baldeações. Algumas das mulheres da AMESOL possuem benefício das viagens gratuitas, por conta da deficiência física ou da idade. Vale lembrar, no entanto, que as regras para uso gratuito de transporte público para a terceira idade variam entre os municípios, e ainda que uma mulher da AMESOL possa circular gratuitamente por São Paulo, é possível que tenha que pagar as tarifas normais assim que chegar à cidade de Osasco.

As mulheres revelaram gastar, mensalmente, grandes quantias de dinheiro com transporte e deslocamento, valores que também supomos serem estimativas balanceadas para baixo. Em alguns casos, elas indicaram mais de R$200,00. Essa é uma quantia considerável, principalmente, se tomarmos em conta a disparidade de ganhos entre os empreendimentos da AMESOL e a instabilidade mensal em que algumas mulheres chegam a tirar menos do que R$200,00 de sobra, em determinados meses. Além disso, quando a viagem é longa e retornar para casa nas horas das refeições torna-se inviável, há de se levar em conta os gastos com alimentação.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

CONDIÇÕES E DIFICULDADES DO TRANSPORTE

Independente do município de que saíam ou do tipo de transporte que usam, alguns problemas relatados pelas mulheres foram comuns. Muitas mulheres relatam que as condições de transporte são determinantes para a escolha dos produtos comercializados pelos empreendimentos. Os pesos de porta tornam-se pesados demais para carregar; peças delicadas de artesanato podem quebrar ao longo do trajeto; verduras e alimentos beneficiados estragam ou tem a aparência prejudicada ao andarem de um lado para outro empacotado. As mulheres da AMESOL são atentas e criativas, e assim vão adaptando sua produção às condições de deslocamento até os pontos de comércio. Algumas confeccionam o estandarte de seus produtos de forma personalizada, como uma das artesãs que fabricou um painel para expor seus marcadores de páginas com PVC, de forma desmontável e leve de carregar nas costas. Outras foram, por tentativa e erro, pensando nas melhores estratégias de embalagem e transporte, a fim de preservar a aparência, qualidade e acabamento dos produtos.

Em outras situações, elas relatam o impacto que os grandes deslocamentos carregando seus produtos e matérias-primas têm para sua saúde:

"Tem um monte de coisa, é o dinheiro da passagem, é o horário dentro do ônibus, é o peso de carregar as coisas até lá, é a dor nas costas depois, tudo." (Associada da AMESOL).

São diferentes formas que as mulheres encontram para driblar a dificuldade de carregar seus produtos e matéria-prima pela cidade. Algumas usam carrinhos (o que muitas vezes representa um novo desafio, ao se depararem com meios de transporte e calçadas não acessíveis), mochilas ou sacolas. Outras encontram lugares para estocar os produtos mais perto dos locais de comercialização – seja um estoque pago, seja a casa de algum parente ou amigo(a).

A questão da acessibilidade é ainda mais sensível para algumas mulheres da AMESOL que possuem deficiência física ou mobilidade reduzida por conta da idade. Essas, contam que há muitos ônibus, calçadas e estações de metrô que não são acessíveis, o que dificulta o deslocamento delas, impactando diretamente na autoestima e na busca pela autonomia de ir e vir dos lugares.

Uma das sócias da AMESOL, uma mulher deficiente que enfrenta dificuldades de locomoção, teve ajuda das companheiras da Associação para compra de uma cadeira de rodas motorizada, conquistada por meio de uma campanha de financiamento colaborativo no ano de 2017. Após uma situação traumática que passou com a cadeira ao tentar entrar em um vagão do metrô, ela

nos conta que a cadeira, por si só, não basta, pois a maioria das calçadas da cidade são desiguais e esburacadas; há muitas estações de metrô sem elevador e muitos ônibus que não são acessíveis ou não a aceitam em horários de pico; e há muitas pessoas despreparadas que compartilham com ela o transporte e que, ao tentarem ajudar, colocam-na em situações de risco. Para ela, muitas vezes o uso das muletas, no seu passo devagar, a faz mais próxima da autonomia pessoal do que a cadeira de rodas motorizada em função dos inúmeros entraves no precário acesso que as mulheres têm à cidade.

"Você vai fazendo isso e chega uma hora que fica automático, você vai e faz, vai e faz, quando eu parei, que eu vi o meu trajeto, o que eu faço, como eu faço. Tem também a falta de mobilidade, tem vezes que eu estou no ponto de ônibus, passa o ônibus, ele para, eu não consigo subir. Eu deixo ele ir embora para ver se tem outro mais adequado para mim, que eu possa subir." (Rosangela, Colibri)

As mulheres que circulam com seus carrinhos e mochilas cheias contam que, muitas vezes a presença delas no transporte público é sentida com hostilidade, sobretudo, nos horários de pico em que há superlotação e o volume de coisas carregadas por elas parece atrapalhar os demais passageiros. Em alguns casos elas são destratadas, e muitas vezes, não são aceitas a entrar nos ônibus, independente do tempo de espera para ele passar.

Outra grande reclamação entre as mulheres da AMESOL sobre as cruzadas de se deslocarem pela Grande São Paulo são as situações de assédio. Isso, em alguns casos, tem a ver com o fato de carregarem seus produtos e deixar visível o trabalho como artesãs – trabalho muitas vezes desrespeitado e descredibilizado pelas pessoas com quem compartilham o transporte público. Em outros casos, esses com maior frequência, o assédio liga-se ao fato de serem mulheres, e terem sua intimidade, escolhas e corpos violados e desrespeitados. "Assédio não tem idade", diz uma das mulheres mais velhas da associação, ao relatar situações de violência sexista.

DESAFIOS PARA A AMESOL E AS POSSIBILIDADES DE NOVAS ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS

Vivenciando essas condições degradantes e arriscadas de deslocamento pela cidade, reflexo de serem mulheres moradoras da periferia da maior região metropolitana do país, o acesso e relação que elas criam com a cidade é motivo de reflexão entre as mulheres da AMESOL. A relação com o centro da cidade e todas as oportunidades que nele as mulheres encontram é um debate a ser feito a partir da reflexão de que "as pessoas, elas são muito mais centrais do que da onde vem".

"A maior parte das pessoas vai comprar no centro, eu não sei por que... é um questionamento meu. Por que que a pessoa não compra do seu vizinho, se ela compra do seu vizinho se ele tá no centro. Entende? Por que que lá é mais valorizado do que aqui, eu trazendo para você?" (Associada da AMESOL).

"Esse pessoal todo que sai das regiões, dos bairros onde a gente mora e eles vão comprar no centro, eu acho, eles vão comprar no centro. Se eu depender do meu bairro para sobreviver, vou passar fome. Eu me desloco para mais longe para vender o meu produto, porque ali den-

tro só, não dá." (Terezinha, Associação de Agricultores da Zona Leste)

"Quando a gente foi morar lá não tinha nada, era só mato. Qualquer coisa que quisesse, você tinha que deslocar para o centro de Osasco. E parece que isso perpetua. E nem sempre as pessoas valorizam essa questão de produção de como foi feito." (Edna, Tendarte)

"A despeito dessa constatação, muitas mulheres chegam à conclusão de que trabalhar no centro "não é vantajoso", tendo vários "pontos negativos" que a estimulam umas às outras a "se organizar na região onde a gente tá." (Associada da AMESOL).

A reflexão sobre a cidade e o centro não tangencia apenas as possibilidades e oportunidades de comercialização, mas também, para o esforço de politizar a realidade em que vivem – condição, como vimos, indissociável da dimensão econômica nas atividades da AMESOL:

"A gente é maior ativista, militante, e a gente vai pro centro para discutir isso, a gente não vai na nossa vizinha e fala: 'deixa eu te falar uma coisa aqui, você conhece a economia solidária, você conhece o nosso coletivo? Está fazendo isso e isso.'" (Associada da AMESOL).

"É uma coisa que você para pensar: eu moro em tal lugar, mas eu estou colaborando com quais pessoas? Eu não estou chegando na minha vizinha, eu não estou chegando no meu bairro falando sobre isso, eu estou indo para o centro conversar com pessoas que já entendem sobre isso. Conversar com as pessoas locais, minhas vizinhas, sabe, aquele: 'me empresta uma farinha'. 'Ah, conhece tal coisa?' Para elas também entenderem e que elas possam também participar dessas atividades." (Associada da AMESOL).

Quanto mais cresce a AMESOL, na diversidade de mulheres e das zonas de onde vêm, mais difícil fica a participação e frequências nas reuniões presenciais. Uma das ferramentas que elas usam para comunicação é o *Whatsapp* e redes sociais, tecnologias que permitem o diálogo imediato, independente de onde as pessoas estejam, no entanto, é preciso ter acesso a internet – questão que não é comum a todas as mulheres da AMESOL, e que também pode se configurar como um entrave para novas mulheres na Associação.

Esses desafios estimulam o debate e a troca de experiências entre mulheres provenientes de diferentes zonas da cidade. Se para umas, a saída é buscar oportunidades de comercialização no próprio bairro, para outras, essa perspectiva é descrita como sendo bastante difícil.

"O meu bairro é um bairro bruto, a rua é bruta. Então eu não tenho comercialização nenhuma, ninguém tem interesse nenhum em saber de nada. É um povo bruto. Não tem nada e eles não tem interesse em fazer nada. Então a gente tem que sair para fora. Porque o bairro não se interessa. Não se interessa. Nem, assim, pra ter um artesão, fala: oh, você faz artesanato, eu faço também. Nem ouve isso. Então não tem nem o fato de você falar sobre economia solidária. Porque eles não dão a mínima." (Maurisa, Tendarte)

Nos encontros entre as mulheres da AMESOL, percebe-se a vontade e a necessidade de levar o debate da AMESOL, da economia solidária e feminista, e das oportunidades de comercialização, para suas comunidades. No entanto, esse é um projeto de esforço e que pode ter seus resultados sentidos a médio e longo prazo, é um "trabalho de formiguinha":

"Os bairros precisam ser reeducados. E não é um trabalho que a gente vai conseguir fazer da noite para o dia, é um trabalho, assim, muito demorado." (Edna, Tendarte)

Ou ainda:

"É um trabalho de tartaruga, você fazer dentro do seu próprio bairro, fazer com que a comunidade olhe e compre o seu produto, porque você mora na comunidade e precisa ajudar a própria comunidade a crescer." (Terezinha, Associação de agricultores da Zona Leste)

Um exemplo da capilarização e da territorialização do debate sobre outras formas de produzir e comercializar, e de reeducação do público, está sendo feito por um dos coletivos que faz parte da AMESOL, o Coletivo Horta di Guetto, localizado em Taboão da Serra. As mulheres desse coletivo contam as tensões e desafios que encontram no processo de organizar uma feira periódica que comercializa produtos agroecológicos, orgânicos e solidários em uma praça do bairro, que ao longo do tempo e do esforço de comunicação, têm trazido resultados positivos:

"Não que comercializar no centro seja errado, porque para mim é o lugar onde eu consigo vender mais. Mas a gente tem um exercício lá [em Taboão da Serra] que a gente tá fazendo já tem um tempo, de panfletar. Tirar uma quinta-feira de noite, de tarde, e estar na praça onde a gente faz a feira, e panfletar com os vizinhos que estão voltando do trampo ou que estão indo buscar o filho na escola. A gente faz esse tipo de ações que tem dado um retorno muito bom. É essencial. Você não acha que é uma forma também de conversar com essas pessoas? Porque a gente não tinha público nenhum de orgânicos, agora a gente tá tendo pessoas que vão lá direto. Elas sabem que a feira vai acontecer e vão lá para comprar orgânicos.

Lá na feira agroecológica a gente falou: 'meu, como que a gente vai falar pro pessoal que isso aqui é agroecológico? como que a gente vai falar que é a mulherada que produz?' Parece um bicho de sete cabeças. A gente não sabia nem por onde começar. Mas nisso a gente tá tendo resultados, tipo, num processo de um ano. Tem um ano que a gente tá lá na praça...

Eu acho que todo canto que tá aí tem algum movimento, seja de teatro, se existe ainda aquele negócio de associação de bairro, associações, sei lá, eu acho que todo lugar, de onde todo mundo vem, deve ter algum movimento. Se você não for conversar com essas pessoas, como vai chegar até elas?

Muitas vezes a gente vende os produtos com um movimento cultural que existe perto do bairro. E agora, na praça, onde a gente mora, a gente está tendo vários clientes, mas isso, assim, é um processo de um ano. Várias vezes a gente já foi montar a feira super desanimado, mas sabendo que teria um movimento cultural para ser o nosso braço, assim, no que a gente estava querendo fazer, lá dentro do Taboão." (Bruna, Horta di Guetto)

Vale ressaltar nesse relato, assim como em outros trazidos pelas mulheres da AMESOL, a importância da parceria com outros coletivos, associações, movimentos culturais. Nesse sentido, a presença de mulheres artistas, "artivistas", e da juventude no Coletivo da AMESOL têm muito a contribuir nas discussões. Essas parcerias têm por objetivo um contato maior com a rede de articulação local, além de incidirem sobre os índices de violência dos territórios periféricos da grande cidade:

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

"Lá [no Taboão da Serra] é muito violento, tem roubo, assalto. Eu acho que os movimentos culturais diminuem a violência visivelmente. Eu venho de um lugar de periferia, eu sei como que é. Tipo, eu já vi muitos espaços que foram ocupados com um trabalho artesanal, trabalhos culturais, e a violência ser diminuída sim. Lá dentro da periferia os movimentos culturais ajudam muito.

A gente [do Horta di Guetto] está procurando parcerias, também, primeiro para abordar outros assuntos que a gente só consegue com a arte, com a música, com o corpo, e, também, para falar na questão da violência. A gente não está sozinho pra trabalhar essa questão.

A gente [da AMESOL] poderia procurar algum movimento cultural, alguma cia de teatro, alguém que está fazendo um trabalho artesanal com a comunidade. E se aliar com essas pessoas, porque eu acho que elas estão falando da mesma coisa que a gente." (Bruna, Horta di Guetto)

Assim, as mulheres da AMESOL trocam experiências de articulação e comercialização em seus diferentes territórios, e refletem, coletivamente, sobre as possibilidades de articulação da própria AMESOL enquanto coletivo de produtoras, bem como das relações locais territoriais que as mulheres vão fazendo em suas respectivas comunidades. Isso resulta no debate sobre a busca por novas parcerias em potencial (artesãos do bairro, igrejas, escolas, movimentos culturais), que possam expandir o debate sobre a economia solidária, o feminismo, e contribuir para acessar novos espaços de comercialização.

Outra questão que permeia a criação de novas articulações, levantada no seio do debate sobre as dificuldades de mobilidade e acesso à cidade. Entre as próprias mulheres da AMESOL são feitos alguns questionamentos:

"Como que nós poderíamos fazer com que essas compras fossem coletivas para otimizar melhor o tempo? Quando determinadas feiras fossem pequenas, que às vezes uma fosse e levasse o trabalho das outras. E como reduzir o custo? Porque cada uma que vai ter um custo, de repente se pudesse diluir isso e que uma fosse fazer compra para as outras e reduzir em tempo, seria economia de tempo, de custo. E volta no princípio que somos da economia solidária..." (Associada da AMESOL).

"De repente você poderia formar uma parceria com essa pessoa que vende mais caro lá no seu bairro. De repente descobrir pessoas que também trabalham com a sua matéria prima." (Associada da AMESOL).

As discussões sobre a compra coletiva de matéria prima, de possibilidade de comercialização conjunta nos territórios, ou da divisão de gastos com o transporte, avança quanto mais cresce a AMESOL e quando se consolidam, entre elas, os laços de amizade, pertencimento e solidariedade. Esse é um processo que toma tempo, cuidado e confiança, mas que despontam como alternativas para a sustentabilidade da vida das mulheres, dos empreendimentos e da Associação.

Outra questão debatida por elas, como já vimos anteriormente, é a necessidade de

políticas públicas adequadas à sua realidade e demandas concretas. Nesse sentido, além de uma melhor malha de transporte público, e que permita que circulem pela cidade em melhores condições, elas também refletem sobre políticas de apoio e fomento à economia solidária que sejam compatíveis com a realidade de suas vidas e da comunidade onde vivem:

"Então eu acho importante o projeto que, na época, era o [Fernando] Haddad e até a Marta [Suplicy] também tinha, de levar a municipalização para os bairros. Porque, se se levar, se a gente conseguisse uma loja colaborativa em cada zona, Zona Leste, Zona Sul, Zona Oeste, a gente teria um porto garantido até para, de repente, produzir... É, a pessoa fica lá o dia inteiro, ela consegue ter uma tomada, uma coisa que ela consiga ligar uma máquina, uma máquina de costura pequena, alguma coisa assim. Porque a gente não pode se dar ao luxo de ficar só para vender, a gente também tem que produzir." (Associada da AMESOL).

Por fim, é preciso ressaltar os impactos que os custos de tempo e dinheiro gastos com deslocamento pela Grande São Paulo têm sobre o preço dos produtos comercializados pelas mulheres da AMESOL:

"A dificuldade de carregar o produto, isso vai ter sempre. Acho que nunca vai deixar de existir esse problema que a gente tem de o produto ficar mais caro, porque é longe, vai ter que tirar em cima do produto. Desde que o mundo é mundo, vai sempre existir isso." (Terezinha, Associação de Agricultores da Zona Leste)

O dilema da precificação é um desafio para as mulheres, que ao se proporem apresentar para seu público produto com "preço justo". Quando visibilizados os altos custos do acesso à cidade, sobretudo, quando parte significativa das atividades dos empreendimentos são feitas no centro da cidade, essa questão fica exacerbada:

"Com o tempo, se a gente pôr na ponta do lápis, que a gente vê o tempo e o dinheiro, a condução, o transporte, se a gente for colocar tudo no produto, a gente não consegue vender. Porque a gente gasta demais, então, qual é o preço justo? É complicado, o total mesmo não dá para colocar." (Associada da AMESOL).

"Na verdade, esse total, você vai ter que colocar e diluir em vários produtos, então, o problema maior vai ser a venda de todos os produtos necessários para cobrir o custo que você teve." (Associada da AMESOL).

NOVOS CONTORNOS E O QUE FICA NO MAPA

Os relatos das mulheres compõem um quadro bastante ilustrativo do modo como o uso da cidade interfere, estruturalmente, na participação delas nos empreendimentos e espaços de articulação da economia solidária e feminista. Seja pela possibilidade de atender aos encontros (em um equilíbrio de gasto de tempo e dinheiro, muitas vezes escassos na vida das mulheres), seja pela árdua tarefa de se deslocarem

grandes distâncias preservando sua saúde e a qualidade dos produtos. O fato das mulheres da AMESOL serem moradoras da periferia está intimamente ligado à forma como elas constroem sua participação nesses espaços e movimentos.

As oficinas de cartografia, como instrumento de reflexão coletiva, tiveram o significativo impacto de lançar luz a uma parte da dinâmica dos empreendimentos e da vida das mulheres que, muitas vezes, fica invisibilizada. Das mulheres que participaram da oficina, apenas integrantes de um empreendimento relataram fazer o cálculo prévio dos gastos de tempo e dinheiro com o transporte. Para as demais, as quantidades foram nessa ocasião levantadas pela primeira vez, e com a suspeita de terem sido registradas em valores significativamente menores do que realmente representam, ainda assim, expressivamente altos.

Dar visibilidade e ênfase às condições de mulheres moradoras das periferias de uma grande cidade, tem o sentido de aprofundar o debate sobre os determinantes para a participação delas em um projeto de economia feminista e solidária, e dos caminhos que as mulheres trilham na busca pela autonomia pessoal e coletiva. Trazer à consciência e entender as suas especificidades e diferenças é, também, caminho para buscar alternativas reais e locais de articulação, seja militante, seja para a comercialização dos produtos e garantia da viabilidade econômica dos empreendimentos.

Assim como em diferentes aspectos da AMESOL, durante as oficinas de cartografia as mulheres mostraram que as preocupações, individuais e coletivas, não tangenciam só a dimensão econômica de seus trabalhos, mas também, a dimensão social e política de construção de relações pessoais, de vizinhança, territoriais, pensando não apenas na abertura de novos canais de comercialização, mas em como levar para seus territórios e para as diferentes parcerias que articulam, os debates sobre as relações de classe, gênero, da economia solidária, o feminismo, e de acesso à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia.** Disponível em:<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf>. Acesso em:

_____ (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

_____ (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio

de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. (Orgs.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, v.1, n.1, 2004,

BARROS, Joana da Silva. Movimentos sociais e subjetivação política: anotações sobre sociabilidade política brasileira recente. **Revista Em Pauta**, v. 12, 2014, p. 91-113.

DESAFIOS E SONHOS PARA A AMESOL

Isabelle Hillenkamp
Beatriz Schwenck

Nossa "pesquisa-ação" junto à AMESOL desvelou como a participação das mulheres na economia solidária feminista conecta diferentes dimensões, econômica, mercantil e não mercantil, social, política, que são indissociáveis na busca por autonomia. Pudemos observar essas dimensões na experiência das mulheres da AMESOL em diferentes níveis, nas suas histórias de vida, na lógica dos empreendimentos, no engajamento político e participação em movimentos sociais, no diálogo com o poder público, na relação que elas têm com o território.

Nos espaços e momentos de construção comum da AMESOL, elas mobilizam justamente a intersecção entre estas diferentes dimensões, e essa é a forma de construir as relações retratada por elas, como a consolidação e crescimento da Associação.

Para concluir, apresentamos alguns desafios destacados por elas na construção deste coletivo, no âmbito da geração de renda, da organização da produção, da comercialização, da consolidação da AMESOL e do apoio por políticas públicas, bem como grandes sonhos que têm para o futuro da Associação e o crescimento da economia solidária e feminista.

GERAÇÃO DE RENDA

A disparidade de rendimento que existe entre as mulheres da AMESOL constitui um primeiro desafio, tanto porque faz parte do projeto coletivo da Associação que todas as mulheres consigam alcançar a autonomia financeira a partir do seu trabalho, quanto porque esta disparidade constitui uma prova para as relações solidárias que elas pretendem construir. A autonomia financeira, para algumas, ainda não se concretizou:

> "Eu ainda não consigo sobreviver com o dinheiro do empreendimento." (Sueli M., Tendarte)

Para aumentar sua renda, muitas mulheres apostam no fortalecimento da Feira mensal de Economia Solidária e Feminista, mas também, na abertura de novos canais e espaços de comercialização. Para tanto, al-

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

gumas pensam na criação de uma nova Comissão que fique responsável por mapear essas possibilidades e levar para o grupo. Elas pensam em formas de organização para avançar nessa questão, mas estas precisam ser compatíveis com os tempos pessoais de cada uma, as demandas familiares e particulares, o tempo de produção e de articulação da AMESOL, e demais movimentos sociais que fazem parte.

Uma contribuição importante da AMESOL para melhorar a geração de renda dos empreendimentos foi o desenvolvimento de oficinas onde cada uma pudesse apresentar seus produtos e receber sugestões do Coletivo. Essas discussões aconteceram ao longo das reuniões da Associação em 2018 e 2019, em que as mulheres trocavam sugestões de melhoria dos produtos e processos produtivos, da embalagem, da exposição e organização das barracas. A troca possibilita que as mulheres se aproximem da realidade uma das outras. Fica claro, durante esses momentos, a necessidade de mais investimento para a melhora dos produtos de vários grupos, seja no que diz respeito à formação continuada, seja na melhoria dos processos e locais de produção ou da logística de comercialização.

PRODUÇÃO COLETIVA E A FORMAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS

Como vimos anteriormente, a AMESOL é uma Associação de mulheres, cada uma representando seu empreendimento solidário. Alguns empreendimentos que constituem a associação tem produção coletiva, outros não. Algumas mulheres demonstram bastante interesse para arranjos coletivos de produção, mas esbarram em condições restritivas de concretizá-los.

Para a proposta da produção coletiva entre as mulheres e seus empreendimentos se concretizar, há alguns desafios postos, sendo que o primeiro deles é a ausência de locais para produção coletiva. Especialmente com o fechamento e a descaracterização das políticas públicas municipais de economia solidária, essa questão ficou ainda mais acentuada. Há também a dificuldade de encontro, já que as mulheres residem por todos os cantos da Região Metropolitana de São Paulo, e às vezes a viagem entre o local da casa e o local da produção pode demandar uma quantidade de tempo e dinheiro insustentável. "Como São Paulo é grande, cada uma tá no seu próprio mundo." As mulheres também esbarram no dia a dia com demandas e responsabilidades familiares, de cuidado da casa e dos filhos, que muitas vezes não permite a sobreposição com um trabalho feito fora ou longe de casa.

> "Eu tentei fazer um arranjo produtivo com uma das mulheres da AMESOL, eu ia fazer um produto e ela o outro, e a gente ia comercializar juntas. O produto final ficou ótimo, o problema foi que pra chegar da minha casa até a dela eu levei 1h30, de carro. Meu pai me deu uma carona. 1h30 só a ida. O produto coletivo ficou bom, mas a parceria não tem como dar certo." (Vanessa, Aiyra da terra)

As mulheres da AMESOL pensam em alternativas para colocarem em prática essa dimensão coletiva da produção, a despeito das dificuldades mencionadas. Durante o ano de 2018 foi amadurecida entre elas a possibilidade de criar cadeias produtivas entre os próprios empreendimentos de forma que não implicasse, necessariamente, em um local comum de produção, mas sim, uma coordenação no desenho e na fabricação do produto, na comercialização e distribuição dos ganhos:

> "No nosso empreendimento de estamparia artesanal em tecido a produção é toda coletiva, e agora a gente quer investir em formar cadeias produtivas para que o tecido possa virar outros produtos. A gente já teve parcerias mas elas se desfizeram pois não havia o entendimento dos processos da economia solidária de todas as partes. Na AMESOL a gente teria que montar um arranjo produtivo de fato, não é um grupo que contrata outro, e nem apenas comprar o tecido estampado, mas pensar junto sobre o processo produtivo e o produto. Isso demanda investimento de tempo." (Gisela, Ybyatã)

Fortalecimento jurídico e a busca pela autonomia do coletivo

No atual contexto de escassez das políticas públicas de apoio à economia solidária, não só a dimensão econômica dos empreendimentos fica fragilizada, como também sua dimensão jurídica. Como alternativas a essa fragilidade que envolve a falta de uma legislação específica para empreendimentos artesanais e solidários, a AMESOL aparece como uma possibilidade de auto-organização e uma figura jurídica que abarque os empreendimentos não formalizados:

> "A gente podia fazer encontros para discutir esses problemas. Grupos locais, para pensar soluções para o pequeno artesão. Talvez, acho que esse seria um caminho interessante para a AMESOL. Porque é uma coisa que eu penso fazer, entendeu? Eu e algumas pessoas, a gente pensa nisso, uma associação de produtores artesanais, mas que seja artesanal mesmo, né? Que essa associação possa defender a gente." (Cristina, Aondê)

Ao longo de 2018, o debate sobre a formalização da AMESOL aconteceu em muitos espaços. A formalização da AMESOL entra como prioridade no planejamento para o ano de 2019. As mulheres aos poucos vão se apropriando desse universo jurídico, com o objetivo de criar uma figura jurídica que ajude na captação de recursos, via inscrição em editais e convênios. Para elas, o movimento de formalizar a Associação é um movimento de "busca pela autonomia do coletivo".

Da mesma forma como vimos com a formalização jurídica dos empreendimentos, a formalização pode se construir como um instrumento que garanta segurança do coletivo e diálogo com outras instituições, e quando encarado desta forma, perde a necessidade de retratar um reflexo fiel da Associação, que está em constante mudança.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E FOMENTO E A REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

No estado de São Paulo, a Lei nº 14.651, de 15/12/2011, cria o Programa Estadual de Fomento a Economia Popular Solidária e dá outras providências. Essa lei, apesar de ser de 2011, nunca foi posta em prática. No entanto, ela é um instrumento jurídico importante e faz parte da história de engajamento de algumas figuras presentes na AMESOL até hoje, como Vera Machado. Em junho de 2018, as mulheres da AMESOL acompanharam a Audiência Pública "Paul Singer", que aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo, ocasião na qual foi entregue uma proposta de Decreto de Regulamentação da Lei a gestores e gestoras públicas da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo.

Em discussão coletiva, as mulheres da AMESOL pensaram sobre a importância de uma legislação que abarque o trabalho por elas executado. Além do reconhecimento jurídico por parte do Estado, a regulamentação da lei significa a destinação de recursos para fortalecer os empreendimentos. Neste sentido, elas ressaltaram a necessidade de apoio público tanto no que diz respeito às possibilidades de comercialização, como também de formação:

> "O que falta muito na economia solidária é o apoio financeiro, governamental para feiras. Não só feiras, quanto a parte financeira do grupo, o apoio financeiro que nós não temos. É cada um por si. Que nem o Banco do Povo, para nós, ele não funciona, por causa dos juros muito altos." (Sandra, Maria Mariá)

> "O grupo precisa de formação continuada e possibilidades de estruturação do empreendimento. Não adianta ter a parte de negócio se não tem a qualidade dos produtos." (Gisela, Ybyatã)

> "A economia solidária não está ligada a um partido, a uma religião, uma crença, senão fica uma coisa personificada. Ela tem que abraçar todas independente da religião. E entender que o Estado tem que ser laico. Tem que fazer política pública pra todo mundo: pra mulheres, pra negros, pra gays. Nós não somos coitadinhos. Não quero piedade de ninguém. Só quero ter um espaço pra poder trabalhar. E trabalhar essas outras questões para além do meu trabalho financeiro, essas outras questões. Questões que envolvem o lugar onde eu moro. Eu não tenho pretensão de ficar rica, até porque eu não vou ficar mesmo. A maioria da humanidade é pobre. Mas eu acredito que o trabalho pode agregar outras coisas para além do próprio preço do trabalho. Pode agregar tudo: dignidade, autonomia, autoestima. As instituições tratam o artesanato como se fosse qualquer coisa, como uma coisa pejorativa. Eu não aceito isso. Eu não quero papel de coitada, eu quero papel de protagonista. De mudar. É a maioria das mulheres que tem que sustentar sua casa com seu dinheiro, como eu. Eu não quero favor do Estado. Quero o que me é de direito." (Dinah, Artemanhas)

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

FAZER A AMESOL CHEGAR NOS TERRITÓRIOS

Por conta da grande dispersão territorial na Grande São Paulo entre as mulheres que constroem a AMESOL, normalmente os encontros acontecem em áreas mais centrais da cidade de São Paulo, em um "meio do caminho" entre elas. Um dos sonhos para o futuro da Associação é que ela consiga chegar, também, nos territórios onde as mulheres moram e produzem.

> "A gente podia criar a partir da AMESOL outros grupos e levar pra dentro das comunidades. Aqui a gente sai da comunidade e vem pra AMESOL. É levar a AMESOL pra dentro das comunidades. A gente se qualificar, se fortalecer, pra poder cada uma levar pra sua comunidade a AMESOL. Então o que eu espero da AMESOL é conseguir colher bastante informações, ou o grupo ir lá para o meu município, para o bairro, para a comunidade que eu vivo. Mostrar para elas esse outro lado do feminismo, do poder da mulher sem ser o radical que a televisão vende. Então, é basicamente isso, o que eu espero da AMESOL, que a AMESOL para mim é crescimento e o que eu espero é poder levar para a minha comunidade os conhecimentos, ou até o grupo da AMESOL mesmo, para elas verem como é, a gente pode ser forte juntas." (Patrícia, patricinha artesanatos)

Fazer crescer a AMESOL, buscando sustentabilidade econômica sem perder a dimensão social e política. Outro sonho comum entre muitas mulheres da AMESOL é que a Associação cresça cada vez mais, agregando mais mulheres, expandindo a diversidade de produtos e os espaços de comercialização.

> "Eu acredito que nós temos que ser referência pro Brasil." (Dinah, Artemanhas)

> "Ter o reconhecimento geral na nação, ser conhecida pelo Brasil inteiro como fora." (Bel Bernardes)

> "Eu sonho com a AMESOL bem grande, com muitas mulheres que batalham. Só falar "a AMESOL" só pelo nome já é reconhecido, igual essas marcas grandes que você fala o nome e já sabe o que é. Eu acho que tem que crescer muito mais. Eu acho não, eu desejo." (Maurisa, Tendarte)

Fazer crescer a AMESOL, no entanto, não é apenas uma questão de quantidade de sócias. É expandir, também, o debate político sobre a economia solidária e a economia feminista. Como vimos, a chegada de novas mulheres na Associação trazem desafios para a construção coletiva do grupo e para o amadurecimento desse debate.

> "A gente tem que se instalar no espaço, e que possa ser identificadas pela população como uma alternativa. A gente vê a exploração da mão de obra das mulheres, o quanto as mulheres são exploradas no Brasil. Eu acho que a partir do momento em que a gente conseguir se instalar, criar um espaço coletivo de produção, vai ser bem interessante em termos políticos, de dar visibilidade a essa possibilidade que a

gente tem criado dentro da economia solidária." (Marta, CIM)

"Tem vários tipos de crescimento. Pode crescer em quantidade de pessoas que fazem parte, ela pode crescer territorialmente, em não estar só no município de São Paulo, mas em outros municípios organizando mulheres em outros lugares e crescer também nessa coisa da visibilidade, de cada vez mais dar visibilidade às questões da mulher e às suas particularidades, entendeu? Mas de uma forma boa, sabe?" (Vera, Línea Encadernação)

"Eu espero que ela chegue cada vez mais ao alcance de muitas mulheres que podem estar dentro de casa, mas que tem aquele dom. Toda mulher tem um dom. Mostrar pra elas que "eu posso ir pro mercado de trabalho conquistar minha independência pra me manter, me sustentar". Mostrar a união, uma sempre pode contar com a outra." (Sueli M., Tendarte)

"Espero que a gente possa crescer juntas cada vez mais, que a AMESOL deslanche e cresça. Que a gente possa realizar os sonhos da AMESOL e nós crescendo junto também. O crescimento da própria mulher." (Gaby, A toca do gnomo).

Neste sentido, esperamos que as reflexões possam ser suscitadas pela publicação deste texto e contribuam, mesmo que modestamente, para o desenvolvimento da AMESOL e dos demais atores e coletivos envolvidos na construção de uma economia solidária e feminista.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

AS AUTORAS

Beatriz Schwenck é socióloga, mestra pelo Programa de pós graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Estuda e trabalha com grupos de economia solidária, em especial nas intersecções do debate entre economia solidária, gênero e raça. É ativista do movimento feminista e da economia solidária.

Fábio Sanchez é militante da economia solidária há mais de 20 anos, sociólogo e professor no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Antes foi formador e coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (1999-2003) e assessor da Rede de ITCP's (2002-2003). Foi também chefe de gabinete do Professor Paul Singer (2003 - 2005) e secretário nacional adjunto (2005 - 2011) na Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Gláucia Marques é formada em Agronomia, integra desde 2016 a equipe técnica da SOF atuando com ATER Assistência Técnica e Extensão Rural no acompanhamento de grupos de quilombolas e agricultoras no Vale do Ribeira e processos de comercialização solidários.

Isabelle Hillenkamp é sócio-economista, doutora em Estudos de Desenvolvimento pelo Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e de Desenvolvimento (IHEID, Suíça), pesquisadora do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD-CESSMA, França) e pesquisadora associada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Desde 2014, desenvolve "pesquisações" em parceria com a SOF no âmbito da economia solidária e da agroecologia feministas.

Joana Barros é professora da Universidade Federal de São Paulo. Doutora (2012) e mestre (2004) em sociologia pela FFLCH-USP; graduada em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP; é pós-doutora pelo IAU-USP (2018). Atualmente é pesquisadora do grupo Distúrbio (sediado na UERJ) e coordena o Laboratório de Narrativas Urbanas (sediado no IC-Unifesp). É coordenadora do Centro de Memória Urbana (CMUrb) e do Ateliê de História Oral na Unifesp.

Maria Fernanda Marcelino é militante da Marcha Mundial das Mulheres desde 2005, trabalha com mulheres populares na cidade de São Paulo e desde 2013 com economia solidária e feminista. É formada em história pela UNIFESP.

Miriam Nobre é agrônoma e mestre pelo Programa de Estudos de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista desde 1993 onde realiza atividades de formação e produção de conhecimento em economia feminista, economia solidária e agroecologia. É ativista da Marcha Mundial das Mulheres, cujo secretariado internacional coordenou entre 2006 e 2013.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Tica Moreno é socióloga, mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC e doutoranda em Sociologia na USP. Integra a equipe da SOF desde 2005 e é militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Vera Lucia Ubaldino Machado é militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e da Economia Solidária, participa desde a sua criação do Fórum Paulista e Municipal de Economia Solidária e da MMM. Articuladora e uma das fundadoras da AMESOL e do GT de Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

EQUIPE DO PROJETO

Fernanda Cristina de Carvalho Mello era doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, com estudos focados em temas relacionados à Economia Solidária e políticas públicas, relação entre movimento social e Estado e na ampliação da democracia. Fez parte da equipe deste projeto desde seu inicio e enquanto esteve conosco.

Helena Zelic é comunicadora, com formação em Letras pela Universidade de São Paulo. Integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista e é militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Lohayne Oliveira é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, membo do Programa de Educação Tutorial (PET) EcoSol UFSCar, agricultora bolsista da CSA São Carlos e, atualmente, desenvolve atividade de pesquisa acerca dos atravessamentos teóricos entre Economia Solidária e Economia Feminista. É militante feminista e do movimento LGBT.

Milena Lima e Silva é formada em Ciências Sociais em 2008, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo em 2016, ambas formações pela Universidade de São Paulo, e atualmente é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. As pesquisas mobilizam as áreas de Participação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Planejamento Urbano. Tem experiência profissional em instâncias Públicas de Participação Popular; na elaboração e acompanhamento de Projetos Sociais; e em Capacitações com a temática de Direitos Humanos, em especial Migração e Gênero.

Nalu Faria é psicóloga, atua na SOF (Sempreviva Organização Feminista) desde 1986, onde desenvolve atividades de assessoria, formação e reflexão feminista. Integra o Conselho Diretor da Fundação Perseu Abramo desde 2013. Coordenou Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) de 2005 a 2009. É integrante da coordenação internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) desde 2016.

Natália Lobo é agroecóloga, foi bolsista do projeto "Economia feminista e solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres" entre os anos de 2017 e 2018, onde atuou junto a grupos de agricultoras familiares e quilombolas do Vale do Ribeira. É ativista da Marcha Mundial das Mulheres.

◂ VOLTAR PARA O SUMÁRIO

Renata Baboni é doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO/Argentina). Especialista em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina (CLACSO). Participou do grupo de pesquisa do Centro de Pesquisas Sociossemióticas da PUC-SP (2012-2013). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos de Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP

Sheyla Saori é agrônoma, mestre em agroecologia e desenvolvimento rural. Parte da equipe da SOF, do GT de mulheres da ANA e da Marcha Mundial das Mulheres.

Simone Braghin é mestra em Sociologia e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e especialista em Direitos Humanos e Teorias Críticas do Direito pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO-Argentina). Atualmente é membro do Núcleo de Estudos em Direito, Justiça e Sociedade (NEDJUS/UFSCar).

Sônia Coelho é Assistente Social e Educadora popular. Integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista, atua com formação e articulação no movimento Social e feminista. É Militante da Marcha Mundial das mulheres e compõem a Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas.

Realização

UFSCar

sociologia UFSCar

Entidades Parceiras

FAI UFSCar

AMESOL
Associação de Mulheres da Economia Solidária de São Paulo

sof
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL